

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-graduação em Sociologia



Dissertação de Mestrado

**Conflitos ambientais: uma análise das perspectivas teórico-
metodológicas que orientam a produção acadêmica brasileira no
período de 1992 a 2012**

Carlos Guilherme Madeira

Pelotas, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia e Política
Programa da Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

Conflitos ambientais: uma análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção acadêmica brasileira no período de 1992 a 2012

Carlos Guilherme Madeira

Pelotas, 2014

CARLOS GUILHERME MADEIRA

**CONFLITOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS TEÓRICO-
METODOLÓGICAS QUE ORIENTAM A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA
NO PERÍODO DE 1992 A 2012**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M181c Madeira, Carlos Guilherme

Conflitos ambientais : uma análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção acadêmica brasileira no período de 1992 a 2012 / Carlos Guilherme Madeira ; William Héctor Gómez Soto, orientador. — Pelotas, 2014.

137 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Conflitos ambientais. 2. Conflitos sociais. 3. Perspectiva teórico-metodológica. 4. Conflito e consenso. 5. Produção acadêmica. I. Soto, William Héctor Gómez, orient. II. Título.

CDD : 301

Carlos Guilherme Madeira

Conflitos ambientais: uma análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção acadêmica brasileira no período de 1992 a 2012

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 08/09/2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Orientador – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado

Examinador Externo – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande (FURG)

Prof.^a Dra. Elaine da Silveira Leite

Examinadora Interna – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

Prof.^a Dra. Elaine da Silveira Leite

Examinadora Interna – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

Dedico

à minha família, que sempre me apoiou nos momentos de maior dificuldade de minha caminhada, e, em especial, ao meu pai Manoel Madeira, minha mãe Maria Cristina e meus irmãos “Os Madeiras”: Marcus Vinicius, Luiz Eduardo, Júlio César e Sérgio Danilo.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao plano espiritual e maior que coordenou as melhores vibrações para a realização deste esforço.

Agradeço ao carinho, dedicação e preocupação de meus pais Manoel Serafim Madeira Filho e Maria Cristina Madeira nessa trajetória não apenas acadêmica, mas sobretudo humana, a qual tem forjado a pessoa que sou hoje.

Agradeço aos meus irmãos que ao longo tempo tem sido uma fonte de inspiração, dentro de suas diversidade e singularidades: Marcus Vinicius Madeira, Luiz Eduardo Madeira, Júlio César Madeira e Sérgio Danilo Madeira.

Aos meus amigos e colegas do Curso de Ciências Sociais que sempre me motivaram nos estudos, nas reflexões e nos abraços: Marina Landa; Nathasha Silveira; Tatiani Müller Khols. Não esquecendo, também, Lucas Pires.

Aos colegas no Mestrado em Sociologia da UFPel que foram importante ao meu crescimento intelectual e humano.

Especialmente, agradeço à Patrícia da Cruz Oliveira, Ana Cristina Gluszevicz, Gabriela Medina Alvares, Gabriela Gomes e Bruna Gabriele dos Anjos Jardim, pela paciência, amizade, conhecimento e esforços empenhados a essa pesquisa de Dissertação.

Fundamentalmente, ao meu orientador, William Héctor Gómez Soto pelos ensinamentos, pelas contribuições oferecidas na produção dessa Dissertação, bem como por sua generosidade e humanidade. O que o fazem, além de um orientador, um ser humano, contribuindo intelectualmente e humanamente com seus orientandos.

À CAPES pela possibilidade e oportunidade da realização de estudos financiados, com verba pública pertencente à sociedade brasileira.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, pela oportunidade de realizar essa pesquisa.

Aos professores da Faculdade de Ciências Sociais, em especial aos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E, às bibliotecárias que ajudaram em muito nesse estudo.

A tod@s amigos que estiveram presentes nessa caminhada e que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, entre eles, à Ana Carolina Gluszevicz e Bianca da Cruz Iéck.

Resumo

Essa dissertação tem como objetivo buscar as perspectivas teórico-metodológicas que estão informando as análises sociológicas da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais no período de 1992 a 2012, de modo a traçar os possíveis rumos do pensamento sociológico brasileiro sobre os conflitos ambientais. Isso porque, existe uma carência de um balanço amplo e aprofundado da produção científica da temática, uma vez que, trabalhos científicos que sistematizem a produção sobre os conflitos, assim como, as principais perspectivas teórico-metodológicas que os orientam se fazem insuficientes. Tendo em vista a extensão da quantidade bibliográfica, o trabalho detém-se no exame da perspectiva teórico-metodológica intrínseca que orienta essa produção. Para tanto, é realizada uma análise sobre as abordagens ligadas aos estudos sobre sociedade e pensamento e, sociedade e ciência. Bem como, é realizada uma análise dos conflitos sociais e seu consequente processo de “ambientalização”. Nessa pesquisa, é desenvolvida uma metodologia qualitativa da produção bibliográfica brasileira, de características exploratória e analítica. A dimensão do campo numa pesquisa dessa natureza remete aos documentos de domínio público, referentes à literatura científica relativa aos conflitos ambientais. Para obter os dados é utilizado o banco de dados dos artigos publicados em anais dos eventos dos Encontros da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); e da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). São levantados os trabalhos científicos sobre os conflitos ambientais, desses eventos, entre o período de 1992 a 2012. Posteriormente, é realizado o levantamento das referências utilizadas nesses trabalhos, elencando as principais perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção sobre os conflitos ambientais. No caso estudado, demonstra-se que as principais referências no Brasil que informam a produção científica acerca dos conflitos estão ancoradas nas obras dos autores: Henri Acselrad; Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira; José Sérgio Leite Lopes; Paul.E Little; Mário Fuks; Ângela Alonso; Valeriano Costa e Barbanti Jr. A pesquisa evidencia que os autores analisados ou se aproximam de uma perspectiva consensual, na busca de uma resolução de conflitos, ou se aproximam de uma perspectiva de explicitação do conflito.

Palavras-chave: conflitos ambientais, conflitos sociais, perspectiva teórico-metodológica, conflito e consenso, produção acadêmica.

Abstract

This dissertation intends to look for the theoretical and methodological perspectives that are informing sociological analyzes of the Brazilian bibliographic production about environmental conflicts in the period 1992-2012, to trace the possible directions of the Brazilian sociological thought on the environmental conflicts. This is because there is a shortage of a wide and deep balance of the scientific production of the subject, because scientific studies which systematize the production of conflicts, and also the main theoretical and methodological perspectives that lead it are not enough. Due to the extent of bibliographic material, the study only deals with the examination of the intrinsic theoretical and methodological perspective that orientates this production. An analysis of the approaches related to studies of society and thought, and society and science is done. An analysis of social conflicts and the consequent process of "environmentalization" is also done. In this research, a qualitative methodology of the Brazilian bibliographic production, with exploratory and analytical characteristics, is developed. The dimension of the field in a survey of this nature would refer to the public documents relating to the scientific literature on environmental conflicts. To obtain the data is used the database of articles published in the proceedings of the events of the Meeting of the Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); and the Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Scientific work on environmental conflicts, from these events, are collected, between the period 1992 to 2012. After the collection of data that are used in these works listing the main theoretical and methodological perspectives that guide the production of environmental conflicts is accomplished. This study shows that the main references in Brazil to inform the scientific literature about the environmental conflicts are rooted in the works of authors: Henri Acselrad; Andrea Zhouri; KlemensLaschefski; Doralice Barros Pereira; José Sergio Leite Lopes; Paul.ELittle; Mario Fuks; Angela Alonso; Valeriano Costa and Barbanti Jr. The research points that the authors go close to a consensus perspective, in searching for a resolution of conflicts, or they go close to an explicit perspective of the conflict.

Keywords: environmental conflicts, social conflicts, theoretical and methodological perspective, conflict and consensus, academic production.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

CONAMA – Conselho Nacional Do Meio Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

HEP – human exemptionalism paradigm

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

NEP – New ecological paradigm

ONG – Organização Não-Governamental

RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais

SBS – Sociedade brasileira de Sociologia

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

Sumário

Introdução	13
1 Percursos teórico, metodológico e operacional da investigação	20
1.1 Reflexão teórica sobre a produção do conhecimento científico	20
1.1.1 Sociologia do conhecimento, sociologia da ciência, e, sociologia do conhecimento científico	21
1.1.2 Contribuições de Karl Mannheim para análise do conhecimento: o conceito de perspectiva	29
1. 2 A descrição do campo de pesquisa: a operacionalização dos dados para a análise da produção de conhecimento científico dos conflitos ambientais no Brasil.	38
2 Conflitos sociais na sociologia: uma análise da produção bibliográfica sobre consenso e conflito.....	46
2.1 O conflito social e as contribuições da teoria sociológica.....	47
2.1.1 Autores da sociologia clássica	47
2.1.2 Autores da sociologia contemporânea	55
3 A emergência da preocupação com a questão ambiental: um campo de estudo no mundo e no Brasil	68
3.1 A Sociologia Ambiental.....	70
3.2 A Sociologia Ambiental no Brasil.....	76
4 Os estudos brasileiros sobre conflitos ambientais: uma análise teórico-metodológica da produção	79
Considerações Finais.....	108
Referências	112
Apêndices.....	118
Apêndice A – Trabalhos completos publicados nos Encontros Anuais da ANPOCS	118

Apêndice B – Trabalhos completos publicados no Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	128
Apêndice C – Trabalhos completos publicados nos Encontros da ANPPAS	132

Introdução

O Planeta Terra é um corpo vivo, frágil e finito, onde a vida humana se desenvolve, e enfrenta profundas transformações na contemporaneidade. A escassez dos recursos naturais por meio da degradação ambiental tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pelo risco à manutenção da vida humana enquanto uma das espécies que compõe a natureza. Assim, estratégias para identificar e prevenir esses efeitos têm sido impostas à sociedade, aos Estados, à coletividade como um todo. Somam-se a isso preocupações relacionadas ao meio ambiente socialmente construído, através das relações sociais e impregnados de sentido, que buscam articular as dimensões material, social e cultural. Bem como, as inquietações acerca da apropriação material da natureza pelos grupos sociais dominantes que geram profundas desigualdades ambientais. Desse modo, esses temas têm reflexos nas mais variadas áreas da realidade social e tornam-se objeto de estudo das mais diversas ciências, desde as ciências naturais, às ciências sociais.

Portanto, uma das questões que vem percorrendo a história da humanidade está relacionada à existência do conflito, visto como uma questão presente às relações intrapessoais, interpessoais e transpessoais, sendo que cada uma dessas perspectivas tem maior proximidade com determinada área do conhecimento. Trata-se de um fenômeno rotineiro e normal dentro da natureza humana, visto que constantemente os indivíduos entram em conflito uns com os outros ou consigo mesmo. Desse modo, como já dito, é da inerência da vida a constante manifestação de situações de crise, ou seja, da emergência de circunstâncias que colocam em cheque a continuidade de um determinado estado de coisas.

As mais diversas teorias buscaram explicar o sentido e o significado dos conflitos, desde campos do conhecimento como a Psicologia Social, Economia, Administração, Direito, História, Geografia, Ciência Política, Antropologia e a Sociologia. Tendo em vista as preocupações com a questão ambiental, as ciências sociais têm enfrentado os desafios teóricos de compreender os conflitos na dimensão ambiental, ou os conflitos ambientais.

Sob a abordagem de conflitos sociais, o debate teórico no centro das ciências sociais sobre os conflitos, tanto na sociologia clássica, quanto na sociologia contemporânea tem sido pautado em torno de dois grandes grupos: de um lado a escola com matriz no consenso e, de outro, a escola com matriz no conflito. No primeiro, encontram-se autores que concebem os conflitos sob o viés negativo, pois nessa perspectiva, a sociedade é fundada em uma natureza harmônica e equilibrada, tendente ao consenso. No segundo, localizam-se os autores que entendem os conflitos na ótica positiva, enquanto fenômeno inerente a toda sociedade, pois possibilita a interação social, por meio da relação social, bem como possibilita o incentivo às mudanças no interior da sociedade. Essa oposição entre conflito e consenso deu suporte e orientação aos mais diversos autores compreendidos nessas duas principais escolas¹.

Por sua vez, com o processo de incorporação social, econômica, política e cultural da questão ambiental houve um outro processo correlato que foi a institucionalização do meio ambiente enquanto uma nova questão pública. Em decorrência disso, somado a visibilidade da preocupação ambiental por organismos internacionais, órgãos de fomento, organizações não governamentais internacionais e alguns Estados Nacionais, o campo de produção científica passou a refletir nas pesquisas tais inquietações. O campo de produção de conhecimento ligado às Ciências Sociais também incorporou a questão ambiental como elemento de análise. Como por exemplo: na Ciência Política, os estudos relacionados aos movimentos sociais ambientais; na Geografia, os conflitos entre sociedade e natureza dentro do espaço geográfico; posteriormente, na Antropologia, os estudos atinentes às comunidades tradicionais, sob um viés da ecologia política; e, na Sociologia com a constituição de um novo ramo denominado Sociologia Ambiental.

Contudo, só recentemente os estudos dos conflitos ambientais ou socioambientais têm sido objeto de pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

¹ Entre os autores da escola do consenso, na sociologia clássica, destaca-se Émile Durkheim; e na sociologia contemporânea, Talcott Parsons. Entre os autores da escola do conflito, na sociologia clássica, destacam-se Georg Simmel, Karl Marx (há controvérsias quanto sua classificação) e Max Weber; e na sociologia contemporânea, Ralf Dahrendorf e Henri Lefebvre. As perspectivas teóricas desses autores sobre o conflito social serão desenvolvidas no segundo capítulo.

Embora os problemas ambientais já estivessem relacionados às mais diversas temáticas na produção de conhecimento científico. Os pesquisadores dessa singularidade de conflito têm buscado constituí-lo enquanto uma categoria de análise, bem como um campo de análise.

No Brasil, a produção bibliográfica sobre o tema, nos últimos anos, tem se destacado em virtude de uma grande variedade de visões, abordagens, conceitos. Há muitas imprecisões e ambigüidades em conceitos, o que promove uma polissemia entre as expressões usadas. Os trabalhos versam desde estudos de caso (em grande maioria) a construções de tipologias, classificações dos conflitos ambientais. Entretanto, as perspectivas teórico-metodológicas que os autores representam não foram satisfatoriamente investigadas.

A quantidade de trabalhos bibliográficos de síntese do estado da arte é pouca, conseqüentemente resenhas, artigos e livros que tenham como objetivo examinar a produção acadêmica sobre os conflitos ambientais também se fazem insuficientes. E, não raro, quando esse exame é realizado ele não é o objeto de estudo, apenas uma ferramenta a outros objetos. À vista disso, um balanço amplo e aprofundado da produção científica da temática torna-se necessário.

Tendo em vista a forte presença na ciência do primado cartesiano de separar sujeito e objeto na investigação, acreditando conhecer a totalidade do objeto e a parcelização do conhecimento, em direção a uma especialização/ fragmentação cada vez maior, por um lado; e a busca de enfoques teórico-metodológicos na tentativa de uma perspectiva de análise mais holística, interdisciplinar, por outro também tem ganhado bastantes simpatizantes no espaço de produção acadêmica. Contudo, deve ficar compreendido que nesse interregno há uma variedade de possibilidades, uma pluralidade de enfoques teórico-metodológico muito grande. De tal modo que se refletem nas perspectivas teóricas que embasam as análises sociológicas sobre os conflitos. Bem como se exprimem análises sociológicas da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais.

Conforme exposto, há uma escassez de pesquisas que buscam investigar as perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção científica sobre os conflitos ambientais no Brasil. Diante desse cenário, o problema que se apresenta à

pesquisa é saber as perspectivas teórico-metodológicas que estão informando as análises sociológicas da produção científica brasileira acerca dos conflitos ambientais. Perspectiva aqui compreendida à luz da teoria de Mannheim.

O conceito de perspectiva possibilita dois vieses de análise da produção de conhecimento: a primeira, a partir dos fatores extrínsecos que condicionam a produção de conhecimento (fatores históricos, sociais, situacionais, etc.), os quais influenciam o conteúdo dessa produção; a segunda, por meio das marcas intrínsecas ao conteúdo, propriamente dito (conceitos, categorias utilizados e os não utilizados, as escolas do conhecimento referenciadas, etc.), as quais, não devendo olvidar, são condicionadas pelas variáveis externas. Dada a extensão da quantidade bibliográfica, e considerando tratar-se de uma pesquisa de dissertação de mestrado, limitou-se o exame da perspectiva teórica intrínseca que orienta a produção de conhecimento sobre conflitos ambientais no Brasil.

O objetivo geral é buscar as perspectivas teórico-metodológicas que estão informando as análises sociológicas da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais no período de 1992 a 2012, de modo a traçar os possíveis rumos do pensamento sociológico brasileiro sobre os conflitos ambientais. Os objetivos específicos estão voltados a examinar a produção bibliográfica sobre os conflitos (social e ambiental) de modo a compreender as perspectivas teóricas dos autores examinados; a fazer um levantamento da produção bibliográfica brasileira sobre os conflitos ambientais no período de 1992 a 2012; analisar as teorias, conceitos, e métodos presentes nas análises sociológicas no Brasil sobre os conflitos ambientais.

Assim, neste trabalho é desenvolvida uma pesquisa (predominantemente) qualitativa da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais entre os anos de 1992 – 2012, essencialmente de característica exploratória e analítica. A escolha desse recorte temático ocorre tendo em vista a necessidade de se fazer um balanço aprofundado da produção científica da temática. Considerando a necessidade da investigação proposta neste trabalho, faz-se preciso evidenciar a dimensão do campo numa pesquisa dessa natureza: os documentos de domínio público, referentes à literatura científica relativa aos conflitos ambientais. Se, por um

lado o campo possibilita uma proximidade com o que se quer conhecer, por outro, permite criar, produzir novos conhecimentos.

O trabalho de campo quando está bem definido possibilita um contato com a realidade. Nesse sentido, destaca-se que o recorte temporal 1992 -2012 a ser investigado corresponde ao período cuja construção e institucionalização acadêmica ambiental brasileira tem início, na década de 1990, até o ano de 2012, o que permite, por sua vez, analisar a produção científica durante o transcurso de uma geração.

Para realizar o balanço sobre a produção científica referentes aos conflitos ambientais nesse período, foi necessário escolher aonde e como coletar os dados. Aonde e como encontrar os autores que pesquisam sobre conflitos ambientais no Brasil? Essa pesquisa optou por analisar o banco de dados dos artigos publicados em grandes eventos de associações científico-ambientais com produção em Ciências Sociais, com grupos de trabalhos ou seminários temáticos que possuem a perspectiva ambiental. Assim, foi consultado o banco de dados dos Anais em Eventos dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs); da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas).

Primeiramente, é realizado o levantamento dos trabalhos encontrados sobre conflitos ambientais nesses bancos de dados, assim como a sua respectiva distribuição por evento, ano de publicação e grupo trabalho ou seminário o qual pertencia. Em seguida, é realizado o levantamento de todas as bibliografias brasileiras sobre os conflitos ambientais que foram utilizadas nos trabalhos encontrados pesquisados nos Anais dos encontros. A sistematização desses dados está disposta em 17 Tabelas e mais as informações nos Apêndices desse Trabalho.

As referências bibliográficas dos trabalhos publicados em anais dos encontros acima descritos, compreendidos no período de 1992 a 2012, foram as fontes para a busca das perspectivas teórico-metodológicas estão informando a produção científica sobre conflitos ambientais no Brasil, estando ancoradas nas obras de: Henri Acselrad; Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira; José

Sérgio Leite Lopes; Paul.E Little; Mário Fuks; Ângela Alonso; Valeriano Costa e Barbanti Jr. Na segunda parte do primeiro capítulo é explicado os critérios utilizados para operacionalizar essa investigação.

Importante salientar a opção teórico-metodológica da terminologia utilizada nessa pesquisa, no tocante a “conflitos ambientais”. Isso porque, tem-se o entendimento da indissociabilidade entre ambiente, sociedade e cultura. Assim, todo conflito ambiental, em uma visão não reducionista, tem sua dimensão social e cultural. Contudo, na análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientam a produção de conhecimento acerca dos conflitos ambientais, respeitou-se a terminologia utilizada pelos autores. Já que são marcas importantes das perspectivas dos autores.

Buscando maximizar as problematizações deste estudo, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. Os três primeiros capítulos oferecem subsídios teóricos para a melhor compreensão do quarto capítulo.

No primeiro capítulo abordou-se o percurso teórico, conceitual, metodológico e operacional da pesquisa. Em um primeiro momento, examinou-se o campo teórico e conceitual acerca da produção do conhecimento científico entre sociedade e pensamento, e, sociedade e ciência. Para resgatar o conceito de “perspectiva” de Karl Mannheim. Em um segundo momento, desenvolveu-se os procedimentos de operacionalização dos dados para a análise da produção de conhecimento científico sobre os conflitos ambientais no Brasil.

No segundo capítulo trabalhou-se a análise sociológica dos conflitos ambientais, orientado pela dicotomia das escolas do consenso e do conflito. Para tanto, fez-se um exame acerca da contribuição sociológica de autores da teoria clássica e da teoria contemporânea.

No terceiro capítulo, buscou-se examinar a emergência da preocupação com a questão ambiental, decorrendo um novo campo de estudo no mundo e no Brasil. Para tanto, fez-se um estudo de como a sociologia tratou a temática ambiental, com o advento da sua incorporação social e sua institucionalização. Assim, houve o desenvolvimento do campo teórico da sociologia ambiental.

O quarto capítulo tratou do momento da análise teórico-metodológica da produção científica sobre os conflitos ambientais no Brasil, na qual evidenciou-se as perspectivas que as orientam.

1 Percursos teórico, metodológico e operacional da investigação

O presente capítulo tem por objetivo descrever o campo de análise dessa pesquisa referente a produção de conhecimento científico do Brasil sobre conflitos ambientais, no período de 1992 a 2012, de modo a justificar e explicar os procedimentos teórico metodológicos escolhidos no presente trabalho. Como se sabe, o estudo sobre a produção do conhecimento é tema da área da sociologia denominada *sociologia do conhecimento*, também de subáreas que tiveram como ponto de partida a própria sociologia do conhecimento, como a sociologia da ciência e a sociologia do conhecimento científico. Por isso torna-se importante situar, dentro de uma revisão bibliográfica sobre essa temática, o conceito de *perspectiva* de Karl Mannheim. Tendo em vista que toda e qualquer investigação que busca analisar outras investigações científicas, isto é, a própria produção do conhecimento, tem como escopo a utilização da sociologia do conhecimento como suporte teórico metodológico. Assim, na primeira parte desse capítulo buscou-se realizar uma reflexão teórica acerca da produção do conhecimento, amparada na sociologia do conhecimento. Na segunda parte busca-se descrever a operacionalização de análise da produção de conhecimento científico sobre os conflitos ambientais no Brasil.

1.1 Reflexão teórica sobre a produção do conhecimento científico

Esse item do presente capítulo pretende desenvolver e abordar, num primeiro momento a relação entre sociedade e pensamento, e, sociedade e ciência, a partir das três principais abordagens sociológicas sobre a temática. Desse modo desenvolver-se-á de modo conciso o que venha a ser entendido como: sociologia do conhecimento, sociologia da ciência, e, sociologia do conhecimento científico.

Em um segundo momento, após situar o desenvolvimento histórico de como o tema da produção de conhecimento tem sido enfrentado pela sociologia, passar-se-á a analisar o conceito de perspectiva de Karl Mannheim dentro de sua sociologia do conhecimento.

1.1.1 Sociologia do conhecimento, sociologia da ciência, e, sociologia do conhecimento científico

Já há algum tempo, a produção de conhecimento científico tornou-se objeto de estudo de um ramo da sociologia denominada, inicialmente, de sociologia do conhecimento. A ciência foi se instituindo enquanto um campo de pesquisas das ciências sociais (BAPTISTA, 2009). Diversas abordagens da ciência, a partir do escopo analítico da sociologia têm apresentado importantes contribuições para a constituição de um campo de estudo e pesquisa que busca analisar a atividade científica e o conhecimento por ela produzido. Ressaltando, ainda, a relação de fatores externos (esfera social) aos direcionamentos da ciência que produz conhecimento (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011).

Diante de inúmeras abordagens sociológicas da ciência, torna-se importante a essa pesquisa, apresentar, mesmo que de modo sucinto, as principais visões que marcam esse campo de investigação. De tal modo que seja possível compreender os horizontes do que vem a ser entendido enquanto: sociologia do conhecimento; sociologia da ciência; e, sociologia do conhecimento científico.

A sociologia do conhecimento pode ser compreendida como o estudo entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual ele surge, bem como dos efeitos das ideias predominantes nas sociedades. De tal modo, a fazer parte de seu estudo questões inerentes à extensão e aos limites da influência dos “fatores extrínsecos” e determinantes à esfera racional produção do conhecimento, isto é, os elementos não teóricos oriundos das condições sociais de produção de conhecimento.

O surgimento da sociologia do conhecimento tem como marco histórico o início do século XX na Alemanha, com trabalhos desenvolvidos, como de Max Scheler e, principalmente, Karl Mannheim (MATTEDI, 2007). A sociologia do conhecimento é entendida enquanto um ramo da sociologia que visa analisar as relações entre conhecimento e existência, bem como buscar “as origens das formas que essas relações têm assumido no desenvolvimento intelectual da humanidade” (MANNHEIM, 1982, p. 286). Por consequência, se depreende que esse ramo da sociologia busca examinar os efeitos da realidade social na constituição do pensamento.

A sociologia do conhecimento pode ser melhor explicada segundo a compreensão de Mannheim (1982, p. 30), cuja principal tese “é que existem modos de pensamentos que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais”².

Já a Sociologia da Ciência tem sido definida, muitas vezes como uma subdivisão da Sociologia do Conhecimento, também estudando a influência dos fatores externos da produção da ciência, assim como se preocupa com problemas das relações entre conhecimento e realidade (MERTON, 1973). Para se compreender a Sociologia da Ciência a partir de suas primeiras abordagens, é de fundamental importância compreendê-la a partir do prisma analítico de Merton.

A origem da Sociologia da Ciência tem sido situada na década de 1930, quando alguns trabalhos foram publicados, entre eles o de Merton, cujos objetivos eram avaliar o *Ethos* social da Ciência, pois compreendia a ciência enquanto uma instituição, detentora de regras que eram convencionadas pela sociedade. Desse modo, parte de um pressuposto que sendo uma instituição condizente com a dinâmica social que influencia toda e qualquer outra instituição social. Para Merton (1973) um dos objetivos da Sociologia da Ciência era compreender como os cientistas se comportam, o que os estimula e os inibi, de modo a determinar a estrutura normativa da comunidade científica.

Assim depreende-se que a Sociologia da Ciência de Merton tem um caráter institucional, pois busca estabelecer a relação das instituições científicas com as estruturas sociais que as desenvolveram. Para Rodrigues (2005, p. 97) essa abordagem da ciência em Merton, tinha como objetivo “identificar e explicar as condições sociais, políticas e culturais em que a ciência, possuidora de um valor autônomo em si e como instituição social, apresentava maior ou menor possibilidade de se desenvolver”.

Um ponto interessante a ser destacado, para compreender as aproximações e distanciamentos da Sociologia no estudo da produção do conhecimento é a definição de Merton sobre a Sociologia do Conhecimento, entendendo que o pensamento tem uma base existencial desde que não determinado em si mesmo,

²A título de melhor organização didática do texto, optou-se por analisar a abordagem teórica de Mannheim após a realização e apresentação sintética da distinção entre Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Ciência e Sociologia do Conhecimento Científico. Dentro do será destacado, o *conceito de perspectiva* de Mannheim, qual traz importantes contribuições para análise dessa Dissertação.

tendo aspectos que são oriundos de fatores extra-cognitivos (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011).

A sociologia da ciência não é uma etapa posterior à sociologia do conhecimento, apenas uma nova abordagem do estudo sociológico acerca do conhecimento, trazendo novos elementos que passaram a ser empregados nessa análise. Cabe ressaltar que Merton parte da premissa sociologia do conhecimento para sustentar sua sociologia institucional da ciência, resgatando, em muito, postulados desenvolvidos por Mannheim. Porém, o entendimento de Merton ancore-se em um arcabouço mais amplo de autores como “as concepções teóricas de Karl Marx, Max Scheler, Émil Durkheim e Pitirim Sorokin” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 295).

Tendo a sociologia da ciência grande identificação com os trabalhos de Merton, nada mais apropriado à análise do que as teses advogadas pelo próprio autor, nas quais desenvolve novos elementos que diferenciam a sociologia da ciência em relação à sociologia do conhecimento. O primeiro ponto é sua concepção em relação às Ciências Sociais, cuja sustentação deve ser dada por uma teoria de médio alcance que possa servir de guia para as pesquisas empíricas. Tendo em vista que, para Merton, a sociologia do conhecimento, especialmente a desenvolvida por Mannheim, estava ancorada em uma meta-teoria.

Assim, a abordagem de Mannheim, teria dificuldade de explicar a passagem de como o pensamento socialmente condicionado se reflete no condicionamento empírico dos fenômenos científicos (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011). Decorre daí o entendimento de que Merton propunha, a partir da teoria de médio alcance, responder apenas algumas das questões entre a relação do conhecimento em si e os aspectos extra-cognitivos que o condicionam.

A sociologia da ciência, por consequência, reduz a abrangência dos condicionantes sociais do pensamento, subdividindo em elementos de menor porte os quais tornam-se passíveis de exame particular/empírico. Merton busca analisar a ciência a partir do enfoque estrutural funcionalista, cujas as bases estão alicerçadas no entendimento da ciência enquanto uma instituição social, pois desloca “a esfera da *gnosis* para a da epistême da ciência, tomando-a enquanto *locus* elementar de elaboração de conhecimentos” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p.299). Depreende-se da análise anterior que o exame do pensamento é abordado a partir de uma de suas dimensões, da ciência enquanto uma instituição, pois busca

desvendar os elementos empíricos do *ethos* da atividade científica. Desse modo, a sociologia da ciência procura investigar os fenômenos sociais empíricos típicos da organização interna da instituição científica, no entanto, os padrões de funcionamento dessa instituição são compreendidos como normas sociais de regulação. De tal forma que toda e qualquer instituição está sujeita a influência dos fenômenos sociais (MANNHEIM; MERTON; MILLS, 1974).

Por fim, cabe ressaltar, mesmo que de forma sucinta, o que vem a ser conhecida como a sociologia do conhecimento científico ou a nova sociologia da ciência, considerada enquanto uma terceira onda de estudos científicos (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011). Também é um subcampo da sociologia que busca investigar a influência que os fenômenos sociais exercem dentro dos próprios conteúdos da ciência, enquanto objeto de estudo da sociologia. O que evidencia que a ciência também é uma construção social.

O foco de análise desloca-se da determinação da estrutura normativa da comunidade científica, compreendida enquanto uma instituição social, sustentada sob um enfoque estrutural-funcionalista; para o enfoque da ciência em construção, o conhecimento científico é um produto do tempo e espaços sociais, enfatizando-se o conhecimento científico na qualidade de uma construção relativa à sociedade. De outro modo, como destacam Fetz, Defacci e Nascimento (2011), o interesse de pesquisa move-se das formas de produção do conhecimento, dirigindo-se para um conhecimento científico que é produto de uma construção social. De tal modo que o debate teórico e metodológico é conduzido a um âmbito secundário, tendo em vista que “os elementos extracognitivos, nesse sentido, não seriam interpretados como fatores externos à atividade científica, mas, sim, enquanto elementos fundamentais que a compõem, que a configuram em sua forma constitucional, institucional e, sobretudo, epistemológica.” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 303).

Antes de discorrer sobre as principais vertentes dessa abordagem sociológica sobre a ciência e o conhecimento científico, compete destacar as raízes que a alicerçaram e lançaram as bases para tal compreensão. Esses fundamentos estão presentes na obra de Thomas Khun, em especial no livro *a Estrutura das Revoluções Científicas* (1998), que abriu espaço para esses novos estudos sobre a ciência, principalmente os advindos do Programa Forte da Escola de Edimburgo, onde radicalizam as posições de Khun, de modo a ampliar a dimensão sociológica envolvida na produção do conhecimento científico.

A partir de Khun é possível um novo olhar sob a ciência cujos aspectos históricos e sociológicos entendidos como externos à ciência, passam a ser considerados inerente a ela. Assim, para Khun (1998) além dos aspectos internos - relativos aos elementos lógicos racionais- a ciência compreendia uma dimensão historicista. Diante dessa concepção decorre que a ciência não apresentaria um desenvolvimento linear e contínuo e cumulativo; mas sim que a transformação do pensamento científico e de sua prática ocorreriam nos momentos de crises paradigmáticas.

Torna-se importante entender um conceito fundamental, o de paradigma para Khun (1998, p. 13), o qual considera ser “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Assim, o paradigma é um modelo socialmente aceito de forma geral pela comunidade científica. O importante, nesse momento de compreensão, é observar o elemento *socialmente*, o que deriva uma informação, a de que fatores sociais influenciam a perspectiva do modelo aceito, onde se realiza a atividade científica. Por consequência, o paradigma delimita o que pode e o que não poder ser passível de tratamento científico, também, os paradigmas são expressos, em muitas situações, como tradições sociais introduzidas no âmbito de pesquisa, vindo a condicionar a prática científica (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011).

Desse modo, temos em Khun (1998) alguns elementos importantes para compreender onde o conceito de paradigma situa-se no seu raciocínio, como: ciência normal, crise, ciência extraordinária, revolução científica. Partindo de uma realidade onde há um paradigma estabelecido, ou seja, um modelo socialmente aceito pela comunidade científica, os problemas a serem investigados pela comunidade científica através de suas práticas são os feitos pela ciência normal. A ciência normal é o período segundo o qual a atividade científica se desenvolve dentro de um paradigma. Dentro desse quadro de referência, o cientista busca satisfazer e solucionar os mais diversos problemas de pesquisas. Ocorre, no entanto, que em determinadas situações o paradigma não pode desvendar os problemas propostos, tem limitações para tal intento. Para Khun (1998), o paradigma é colocado em cheque e, nisso, há uma grande controvérsia sobre a unidade estabelecida entre os pares (comunidade científica), se o paradigma atual é ou não capaz de responder aos novos problemas lançados. Eis, então, que se instala a

crise. A qual, por sua vez, é o ambiente favorável às disputas entre novos paradigmas que se criam, sendo alicerçados na base do paradigma anterior, mas compreendendo aspectos histórico-sociais não compreensíveis dentro do paradigma anterior. Esse momento corresponde à ciência extraordinária onde se desenvolvem várias concepções, as quais disputam entre si para ser a visão mais adequada para substituir o paradigma anterior. Então, quando há efetivamente a substituição do paradigma tradicional pelo novo paradigma, ocorre a revolução científica. Assim, o que passa ser aferível enquanto científico ou passível de tratamento científico guarda relação direta com o paradigma vigente, vindo a alicerçar o que o autor denomina de ciência normal.

Um ponto interessante a destacar e que vem ao encontro do desenvolvido, até então, nesse capítulo é a importância e o papel dos fatores externos à ciência. Essa ciência é compreendida enquanto fundamentalmente as ciências naturais e que até então não eram passíveis de análise sociológica. Isso, pois sua análise ocorria mais no campo da filosofia da ciência e da epistemologia. Já que o conteúdo da ciência estava diretamente ligado a uma concepção sujeito observador e objeto de análise, onde ocorria uma separação (por vezes mais radical, outras vezes um pouco menos) entre esses dois elementos. O que conduziria a uma imparcialidade e a uma neutralidade axiológica.

O desdobramento dessa visão acarretou um entendimento, baseado na objetividade da prática científica, de como a ciência se desenvolve por fatores intrínsecos à lógica interna da própria ciência. Usando a terminologia khuniana, esse foi o paradigma vigente no qual o autor desenvolveu seus estudos, onde encontrou limitações para explicar as influências histórico-sociais no desenvolvimento da ciência. Tendo em vista que o observador (o cientista) está condicionado pela visão da comunidade científica (que determina o que é ciência) e os dois condicionados pelo paradigma vigente. Desse modo, abstrai-se que Khun (1998) abre um espaço para compreender que o fato científico pode ser melhor compreendido por meio da relação sujeito-sujeito. Em outras palavras, significa que “haveria, assim, uma perfeita correspondência entre os fundamentos empíricos e teóricos da explicação científica e os fatores subjetivos e extra-cognitivos, condizentes com o universo social” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 305).

Tendo em vista isso, e reforçando o já salientado, a sociologia do conhecimento científico parte das análises de Khun e radicaliza suas posições,

ampliando a dimensão sociológica de análise. O ponto chave nessa abordagem é que, diferentemente de Khun que acreditava existir uma interpenetração empírica (social e histórica), sob os fatos científicos e a prática científica, essa vertente entende que ciência e o mundo real vão se fundindo. Depreende-se que sociedade e ciência (fatos científicos) interpenetram-se. Já que os fatos científicos são construídos pelos homens que vivem em um contexto histórico e societário transitório. Assim, a comunidade científica, além de ser protagonista nos processos de revolução científica, “ela é a escultora de uma forma quase que fictícia de realidade empírica, vedada ao homem” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 307).

Uma das principais referências da sociologia do conhecimento científico³, que busca entender a ciência e seu pensamento enquanto prática socialmente construída, é a desenvolvida pelo Programa Forte em Sociologia do Conhecimento Científico da Escola de Edimburgo. Tem como principais referências os estudos de David Bloor, Harry Collins e Michael Collins, destacando-se Bloor (2009) como um de seus maiores expoentes, no trabalho *Conhecimento e Imaginário Social*, pois busca dar a sustentação epistemológica à sociologia do conhecimento científico. De tal maneira a constituir quatro princípios que alicerçam teoricamente o Programa Forte e buscam dar unidade à sociologia do conhecimento científico: a) causalidade; b) imparcialidade; c) simetria; e, d) reflexividade. O Próprio Bloor ao explicar as contribuições dos princípios fundantes à investigação:

1. Ela deverá ser causal, ou seja, interessada nas condições que ocasionam as crenças ou estados de conhecimentos. Naturalmente, haverá outros tipos de causas, além das sociais, que contribuirão na produção da crença.
2. Ela deverá ser imparcial com respeito à verdade e à falsidade, racionalidade ou irracionalidade, ao sucesso ou ao fracasso. Ambos os lados destas dicotomias irão requerer explicação.
3. Ela deverá ser simétrica em seu estilo de explicação. Os mesmos tipos de causas deverão explicar, digamos, crenças verdadeiras ou falsas.
4. Ela deverá ser reflexiva. Seus padrões de explicação terão que ser aplicáveis, a princípio à própria sociologia. Assim como a condição de simetria, essa é uma resposta à necessidade de busca por explicações gerais. É uma óbvia condição de princípio, pois, de outro modo, a Sociologia seria uma constante refutação de suas próprias teorias. (BLOOR, 2009, p. 21).

O primeiro princípio remete às causas externas da produção de conhecimento, isto é, aos fatores sócio-cognitivos, além de outras causas que

³ Cabe salientar que o Programa Forte é uma das principais correntes que ajudaram a difundir a sociologia do conhecimento científico. Existem outras variações que serão apresentadas posteriormente.

condicionam o conhecimento científico dentro da comunidade científica. O segundo princípio (imparcialidade) busca dar ênfase à dinâmica científica, um universo sociológico de isenção axiológica, pois abrangeria tanto as teses científicas de sucesso quanto as teses científicas fracassadas, pois ambos os lados requererão uma explicação e possibilitam ser passíveis de explicação da produção científica. O que decorre que tem como objeto de pesquisa não só as teorias representativas da realidade. Já o princípio da simetria que remete a um igual tratamento, conduz a uma isonomia no fundamento empírico explicativo. Tanto erro quanto sucesso (ambos) devem ser explicados por fatores sociais transcendentais e, não apenas o fracasso, onde, comumente, o insucesso estaria ligado à interferência de fatores externos. Por fim, o princípio da reflexividade significa que seus próprios postulados à investigação devem ser aplicados à própria sociologia do conhecimento científico.

O Programa Forte, de certo, procurou estabelecer um núcleo teórico à sociologia do conhecimento científico, alicerçado nesses quatro princípios. Como salientado anteriormente, essa terceira onda de estudos não está circunscrita aos limites teórico-metodológicos da Escola de Edimburgo. Podem ser encontradas outras variações teóricas e metodológicas dessa abordagem sobre o conhecimento científico. Porém cabe destacar, por sua vez, que essas vertentes guardam relação aos princípios fundantes da sociologia do conhecimento científicos desenvolvidos inicialmente pela pelo Programa Forte de Sociologia do Conhecimento Científico. Fetz, Defacchi e Nascimento (2011) indicam quatro subáreas que podem ser facilmente identificadas: a) o construtivismo social, b) o relativismo social, c) a análise do discurso e d) o modelo de interesse. As fronteiras entre as diferentes perspectivas são muito sutis, tendo em vista que muitas vezes se distinguem apenas pela prioridade de análise. Como por exemplo, os construtivistas e os relativistas se aproximam de uma antropologia da ciência tendo em vista seu caráter etnográfico, os quais tomam o laboratório um local singular de análise, enfatizando esse recorte. A análise do discurso estaria mais próxima a uma etnometodologia, onde partem de que a realidade é construída socialmente no seio da vida cotidiana. Já os trabalhos desenvolvidos a partir do modelo do interesse “objetivavam estudar a influência de certas variáveis sociais sob a atividade científica e o seu conhecimento em particular, especialmente, i) classe social, ii) religião, iii) preferência política, entre outras” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 310-311).

Cabe fazer uma consideração de que os estudos construtivistas entendem o laboratório enquanto *locus* primordial de análise, já que a construção social dos fatos científicos, de acordo com essa vertente, começa pelo laboratório. Pois é possível aferir essa construção no momento em que ocorre, a partir do acompanhamento diário da prática científica. Para Mattedi (2007), os estudos de laboratórios representam a continuidade da sociologia da ciência e da sociologia do conhecimento científico. O que leva a conclusão de que esses estudos possam ser uma quarta fase ou uma quarta abordagem sociológica da sociedade e ciência/conhecimento: uma *sociologia da pesquisa científica*.

Uma subdivisão do construtivismo que tem se destacado no âmbito da produção acadêmica é a chamada antropologia simétrica, cujo principal autor que tem se destacado é Bruno Latour (1994), parte do pressuposto que tanto natureza quanto sociedade devem ter uma necessária explicação simultânea. À vista disso, o autor vai além da simetria sobre o erro e o sucesso sobre os fatos científicos. Defende que natureza e sociedade devem ser tratados com simetria, de modo a não serem tratados de maneira distinta uns dos outros (mundo dos homens e mundo das coisas), ambos são efeitos de redes heterogêneas e, mesmo com elementos distintos podem ser tratados sobre os mesmos termos, sendo descritos de uma mesma maneira. Por isso a simetria.

Feita essa análise, sobre o transcurso da produção de conhecimento, desenvolver-se-á uma contribuição para a análise do conhecimento, ou melhor, da produção de conhecimento.

1.1.2 Contribuições de Karl Mannheim para análise do conhecimento: o conceito de perspectiva

Conforme já descrito anteriormente a sociologia do conhecimento pode ser considerada uma área de estudo da sociologia que busca compreender a relação entre pensamento humano e contexto social dentro do qual ele emerge, de modo a analisar os efeitos das ideias predominantes nas sociedades. Com objetivo de compreender as influências e as marcas dos fatores extrínsecos à produção do conhecimento.

Como já se pode observar ao longo do desenvolvimento desse capítulo, a internalização ou externalização na produção do conhecimento fazem parte do

debate que percorre todo o século XX, isto é, se a produção de conhecimento sofre ou não a incidência direta de fatores exteriores à lógica interna do conhecimento, de modo a influenciar ou condicionar o direcionamento desse conhecimento.

Karl Mannheim⁴ (1893 – 1947) é um dos autores que contribuiu em muito para esse exame da produção de conhecimento. Sendo um dos primeiros divulgadores da sociologia do conhecimento. É um autor que tem sido muito lembrado por suas produções na área de sociologia da cultura e sociologia da educação. Evidentemente que muitas dessas contribuições guardam relação ao contexto histórico e social de sua época. Porém, compete destacar como sua contribuição permite analisar a produção de conhecimento em relação a seus condicionantes externos, os quais muitas vezes estão presentes na produção de conhecimento pelas marcas impressas pelos autores, ou nas marcas omitidas propositadamente.

Entende-se que a obra de Karl Mannheim tenha algumas limitações para um exame generalizado. Por exemplo, sua teoria tem pouca serventia para análise sociológica das influências ou condicionantes externos aos produtos (conteúdos) do conhecimento científico oriundo das ciências naturais. Ter-se-ia muita dificuldade de uma análise sobre a produção de conhecimento matemático. Isso fica mais fácil de compreender ao analisar a introdução de sua obra *Ideologia e Utopia* (1982) quando mostra que há diferenças entre o conhecimento proveniente das ciências naturais e o oriundo das ciências da humanidade, de modo que esta última não deveria tentar ser compreendida pelos postulados daquela. Além de outro conceito controverso como o de *intelligentsia*, segundo o qual coloca nas “mãos” dos intelectuais a possibilidade de intervenção social, evidenciando uma atuação mais normativa da sociologia do conhecimento.

⁴ Karl Mannheim é um sociólogo húngaro de origem judaica que nasceu em Budapeste no ano de 1893 e faleceu em Londres no ano de 1947. Em Budapeste onde iniciou estudos de sociologia e filosofia participou de um grupo de estudos coordenado por Georg Lukács. Estudou em Berlim participou das conferências de Georg Simmel, o qual o influenciou. Em Heidelberg, onde Mannheim foi aluno do sociólogo Alfred Weber. Sua carreira como intelectual iniciou em 1926 na Universidade de Heidelberg. Posteriormente, foi professor de sociologia em Frankfurt. Dado a ascensão do regime nazista e a opressão e perseguição aos judeus, Mannheim teve que fugir para a Inglaterra, onde foi nomeado professor na London School of Economics (LSE). Posteriormente passou a lecionar em tempo parcial no Instituto de Educação da Universidade de Londres, somente mais para o final de sua carreira é que Mannheim assume a cadeira de tempo integral no Instituto de Educação. Entende-se que a transferência para Londres obrigou-o a readequar suas pesquisas e estudos para conseguir espaço no cenário acadêmico de uma sociologia do conhecimento para o planejamento democrático e a sociologia da educação. (MANNHEIM, 1982).

Dessa maneira, para compreender o conceito de perspectiva e os elementos que a compõem, torna-se necessária compreender onde ele está localizado na sociologia do conhecimento de Mannheim.

Inicialmente, o que se pode observar, com a importância que é dada aos condicionantes externos (históricos e sociais) do pensamento por Mannheim, é sua crítica para uma concepção científica, muitas vezes, denominada como iluminista, isto é, uma razão iluminista, uma concepção a-histórica. De um certo modo, pode-se explicar seu direcionamento no sentido de fundamentar e dar legitimidade a um conhecimento histórico e social, não somente um conhecimento lógico e interno. Assim, sua visão de sociologia do conhecimento é alicerçada no entendimento de que o pensamento é condicionado socialmente, o que, por sua vez, remete à Marx e Engels (2001). E qual seria essa noção emprestada a Mannheim? A concepção de ideologia. Onde o pensamento é determinado materialmente pelos interesses de um grupo na esfera social, em dado espaço social e dado tempo histórico. É justamente a obra *Ideologia Alemã* que permitiu a ruptura de um idealismo metafísico para uma análise histórica.

Diante disso, remete fazer algumas considerações sobre a ideologia em Marx e Engels cujas contribuições à obra de Mannheim são consideráveis para a construção de sua sociologia do conhecimento. Dentre muitos aspectos já descritos, há também o debate entre a construção do pensamento pelo paradigma da consciência e, por outro lado, o paradigma do materialismo histórico.

À vista disso, a palavra ideologia para Marx tem um tom pejorativo (Lefebvre, 1979), porque há um deslocamento de ideologia enquanto termo conceitual, teoria explicativa, isto é, uma teoria das ideias para a própria coisa a ser explicada, objeto passível de ser teorizado. Dessa maneira, ideologia passa a ser um conjunto de representações que são características de uma determinada época e de uma determinada sociedade, por isto representação de um mundo material.

Para Marx (MARX; ENGELS, 2001), a ideologia é deformada, ela é compreendida como um reflexo invertido do real. Enquanto representação real, do todo, ela é deformada, porém, estas próprias representações deformadas, estas ideologias são uma parte do todo que se expressa a partir da linguagem de um determinado grupo ou época (determinação social e histórica). A ideologia enquanto totalidade são representações distorcidas da realidade, pois elas não são construídas materialmente. Porém, considerando que toda representação, por mais

distorcida que seja, se reflete na realidade. A ideologia, mesmo sendo uma representação do real, existe como uma parte da realidade.

A ideologia em Marx, segundo uma interpretação lefebvriana, (LEFEBVRE, 1979), embora seja uma representação errônea da história, ou uma abstração que deixa essa história de lado (realidade material) só pode ser explicada a partir da própria história, ou seja da materialidade, isto é, não é explicada através da representação, mas por meio da materialização da representação no percurso histórico, ou na própria história.

Por síntese, para Marx a ideologia não passa de uma representação social, de modo que Lefebvre afirma só existir duas maneiras de compreender a história: “Ou se parte da consciência omitindo a realidade. Ou então, se parte da vida real atingindo e explicando ao mesmo tempo essa consciência que não tem nenhuma realidade” (LEFEBVRE, 1979, p. 49). Na primeira possibilidade seria a ideologia enquanto representação social deturpada, por buscar totalizar a realidade. Já na segunda possibilidade, a partir de uma perspectiva materialista histórica se partiria da realidade para explicar esta consciência formada por estas representações sociais, o que possibilitaria compreendê-las enquanto ilusão (MARX & ENGELS, 2001).

Ainda cabe destacar neste trabalho que embora a ideologia não seja a realidade em uma forma totalizante, ela é realidade enquanto parte (representacional) do todo. A ideologia enquanto representações sociais se manifestam a partir da linguagem, constituindo teorias. De tal modo que, os ideólogos procuram dar um formato lógico e coerente para elas. Os ideólogos estão imersos aos grupos e classes dominantes, de modo que reproduzem ideologicamente e sustentam as próprias condições de manutenção destas classes dominantes, de tal modo que:

As representações, isto é a consciência social, formam-se pela formulação e idealização das condições reais que justamente permitem o primado econômico, social e político de tal grupo ou tal classe. [...] Suas idéias são pois, as idéias dominantes de sua época mas de uma forma que deixa lugar à invenção (LEFEBVRE, 1979, p. 49).

A ideologia “total” se exterioriza a partir da linguagem, pois, enquanto consciência em si não deixa de ser ideologia particular. Mesmo que esta ideologia seja influenciada por elementos da estrutura social e pelo grupo social ao qual faz parte sobre a qual este indivíduo se vincula.

Desse modo, depreende-se que os indivíduos ao estabelecerem, por meio de suas consciências, suas inferências e representações sobre a realidade, só o fazem por aquilo que os condicionantes sociais e históricos de determinado grupo ou classe permitem. É a partir dessa discussão sobre o condicionamento material do pensamento que Mannheim utiliza a ideologia como fundamento para tecer suas críticas à razão iluminista. Porém não se limitando a ela.

Em Marx e Engels (2001) percebe-se que a ideologia está muito associada aos condicionamentos históricos e sociais da classe ou grupo dominante. Em Mannheim (1982) há o alargamento desse conceito, ao ponto de compreender que todos os grupos são portadores de ideologias, de modo que toda a forma de pensamento que emerge das disputas é ideológica. O que, de certo modo, afasta Mannheim de uma perspectiva que considere existir “uma verdade histórica capaz de se sobrepor às manifestações ideacionais que emergem do jogo de interesses que forma na sociedade um campo de disputa” (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011, p. 289/290). Para tal feito, percebe-se a presença do historicismo na obra de Mannheim como ferramenta teórica na busca por afastar a possibilidade do determinismo histórico. Segundo a qual a história não possui um fio rígido, pensa-se na história enquanto uma constante construção.

Decorre destas duas bases teóricas – marxismo e historicismo – as influências principais à sociologia do conhecimento de Mannheim. As quais, por sua vez, introduzem as bases de seu conceito de ideologia. Para Mannheim (1982) a ideologia se apresenta sob um duplo aspecto: um relacionado ao que denomina ideologia particular; e, outro relacionado ao que nomina de ideologia total.

Em Mannheim (1982) tem-se que no primeiro nível de manifestação da ideologia, ela se opera no campo psicológico, sobretudo, no indivíduo, sua manifestação ocorre por meio de enunciado, assim o indivíduo torna-se cerne de estudo desse tipo específico de ideologia. Relaciona-se com as percepções particulares dos indivíduos, de modo que seu estudo objetiva compreender as mentiras e ilusões contidas nos enunciados. No entendimento de Deffacci, uma “análise sociológica direcionada a este nível da ideologia é incompleta, pois tende a apreender somente os traços não estruturados do pensamento social” (2012, p. 155).

Já o segundo nível, a ideologia total, tem o âmbito de atuação estrutural, noológico, isto é, opera no nível supra-individual. O ponto interessante é que sua

manifestação ocorre por meio do conjunto de ideologias de uma época ou de um grupo. Dessa forma, a sofisticação de Mannheim está no objetivo de estudar esse tipo de ideologia, a qual procura reconstruir o modo de pensar de um grupo. Assim, os equívocos e distorções, por meio da representação social estão presentes no grupo social, ou melhor, o pensamento de um grupo, suas representações, estão condicionados pelos pressupostos sociais e históricos presentes na materialidade. À vista disso, pode-se compreender que a “passagem do nível particular para o nível total foi interrompida no instante em que apenas uma classe pode ser a portadora da ‘verdadeira’ visão de mundo” (DEFFACCI, 2012, p. 155).

Essa aproximação de Mannheim com o contexto social e histórico em que o conhecimento é produzido tem um desdobramento em pesquisas de planejamento social. O que torna importante tecer algumas considerações sobre o papel dos intelectuais para o autor. A *intelligentsia*, isto é, os intelectuais, são reflexos de um fenômeno social moderno, esse grupo emerge, com o fim do monopólio da interpretação eclesiástica de mundo.

No que tange as interpretações acerca desse entendimento de Mannheim, cabe retomar o primado do seu entendimento sobre o conceito de ideologia, onde existem várias ideologias que remontam a construção histórico e social de um determinado grupo. Os intelectuais são oriundos dessa pluralidade de grupos e de ideologias, formando um grupo social heterogêneo.

Leitores da obra de Mannheim, *Ideologia e Utopia*, em sua primeira versão de 1929, haviam considerado seu conceito de *intelligentsia*, um dos pontos mais polêmicos. Tendo em vista o grupo ser definido enquanto uma camada social livremente flutuante (FERREIRA; BRITTO, 1994). Mannheim teve dificuldade em definir de modo preciso esse grupo particular.

Para Mannheim o ponto importante não é saber se os intelectuais pertenciam ou não a uma classe social específica, pois para ele essa discussão contribuía pouco para compreender sociologicamente a *intelligentsia*. Por um lado, não estaria nem acima dos grupos sociais e por outro, não estaria necessariamente subordinado a estes grupos. Já que o grupo dos intelectuais, enquanto grupo tem interesses ambivalentes, afiliando-se a múltiplos grupos (MANNHEIM, 1982). O que o levou a entender a *intelligentsia* como um agregado entre classes, e não acima das classes. Para Ferreira e Britto (1994), Mannheim não renega a existência de classes sociais como um ponto importante no condicionamento do pensamento. Porém, o autor

aponta para um outro foco, a partir de um aspecto mais importante que seria o treinamento. Esse treinamento ofereceria as condições do indivíduo de ser intelectual, pois assim, estaria capacitado a enfrentar problemas sob as mais distintas perspectivas e não apenas de uma. Em síntese, para Mannheim, a *intelligentsia* “constitui um universo de pensamento distinto, marcado pelos vínculos e mantém uma cultura esotérica” (FERREIRA; BRITTO, 1994, p 144). Assim, a constituição deste grupo é permeada pela origem social dos intelectuais e o treinamento, treinamento este que tem sido marcado pela experiência da educação escolar.

O intelectual em Mannheim (1982) tem um papel fundamental para a sociedade na qual está inserido, pois, ao ser um grupo heterogêneo passa a interagir de forma integrada à sociedade, compreendendo os mais diversos estratos do pensamento social de sua época. Este protagonismo do intelectual em Mannheim sofre críticas de Elias (2008), por ser considerado um pensador conservador, por afirmar que esse grupo estava pouco ligado às relações de classe ou aos interesses econômicos e mais identificados a uma profissão: a de intelectual. Por outro lado, deve-se compreender que essa heterogeneidade social dos intelectuais é o que possibilita uma democratização na produção do conhecimento. Isso acarreta, de certa forma, uma autonomia para o intelectual na busca por compreender as mais diversas orientações, perspectivas ou teorias que orientam o pensamento social.

Por hora, uma peculiaridade interessante a ser destacada é a de que Mannheim não aplicou essas mesmas regras às ciências da natureza, não as abordou sob a análise sociológica, desde sua forma até o seu conteúdo. Por sua vez, para as ciências da humanidade, traz importantes contribuições para compreender o condicionamento social histórico do pensamento, principalmente por meio de seu conceito de perspectiva.

Outro ponto que deve ser destacado, em se tratando da sociologia do conhecimento, é a própria concepção e abrangência do termo “conhecimento” em Mannheim. Não há uma delimitação precisa de qual forma de conhecimento Mannheim busca analisar, o que poderia produzir um entendimento de que os conhecimentos desenvolvidos pelas ciências naturais e exatas fariam parte de sua análise, isto é, fariam parte de seu estudo das condições histórico e sociais que condicionam a produção de conhecimento. Porém, como afirmado antes, essa limitação do autor para explicar os fatores externos à produção do conhecimento

científico, em especial o das ciências naturais, não invalida sua contribuição para a análise dos fatores externos da produção do conhecimento, oriundo das ciências humanas. Tendo em vista que o autor indica marcas e pistas de como esse conhecimento guarda relação com a materialidade histórica e o espaço social onde os conhecimentos são produzidos.

Assim, passar-se-á a examinar as contribuições do conceito de *perspectiva*, o qual oferece até hoje elementos para uma análise científica da produção do conhecimento. Já que esse conceito traz consigo um modo geral da pessoa conceber as coisas de acordo com as determinantes do seu contexto histórico social. Esse conceito guarda relação com a forma em que o indivíduo faz sua leitura de mundo, de tal maneira que também se vincula a sua época e ao seu grupo social.

À vista disso, pode-se compreender que toda construção do conhecimento social está alicerçada em um tempo histórico e em um grupo social. Muitas vezes, pode-se considerar que esses fatores externos apenas são origens ou estímulos para o desenvolvimento das ideias. Partindo da terminologia de Mannheim, pode-se, também, entender que no pensamento iluminista, as externalidades ao conteúdo, jamais poderiam afetar o próprio conteúdo, isto é, a estrutura interna do pensamento. Na melhor das hipóteses, os fatores históricos e sociais seriam apenas motivos genéticos para a propositura de novas pesquisas. O que ocorre é que Mannheim vai além, ao afirmar que a gênese histórico-social também influencia o conteúdo lógico do pensamento e, é nesse ponto que se alicerça o conceito de perspectiva. As marcas dessa influência são perceptíveis nas mais diversas perspectivas como, por exemplo, as da escola histórica, do positivismo, do marxismo, etc. cada um representa uma perspectiva de dado momento histórico social, o que, de certa forma, influencia o investigador nos resultados de sua pesquisa. Mas cabe ressaltar que essa influência, para Mannheim (1982), no campo das ciências sociais é mais fácil de ser identificada quando comparada às ciências da natureza. Em termos que:

Enquanto a afirmativa (para se citar o caso mais simples) de que duas vezes dois são quatro não indica quando, onde e por quem foi formulada, sempre é possível, no caso de uma obra de Ciências Sociais, dizer se foi inspirada pela “escola histórica”, pelo “positivismo” ou pelo “marxismo”, e de que estágio, no desenvolvimento de cada um destes, ela data. Em afirmativas deste tipo, podemos falar de uma “infiltração da posição social” do investigador nos resultados de seu estudo e da “relatividade-situacional” [...], ou a relação destas afirmativas com a realidade subjacente. (MANNHEIM; 1982, p 293)

Depreende-se, após a análise do excerto do autor que há, de certo modo, uma “infiltração da posição social” do pesquisador nos resultados obtidos em sua pesquisa. O que, por sua vez, afasta, como viu-se em Marx e Engels (2001), a perspectiva enquanto uma realidade totalizante. Ela, por sua própria natureza, é uma parte, é uma visão, ou melhor, nas palavras de Mannheim, é uma realidade situacional, o que conduz a crer na multiplicidade de perspectivas sob um objeto de estudo. Em termos mais específicos, tem-se que para Mannheim (1982), *perspectiva* significa:

[...] a maneira pela qual se vê um objeto, o que se percebe nêle, e como alguém o constrói em pensamento. A perspectiva é, portanto, algo a parte da determinação meramente formal do pensamento. Refere-se, também, a elementos qualitativos da estrutura de pensamento, elementos que devem ser necessariamente negligenciados por uma lógica puramente formal. São precisamente tais fatores os responsáveis pelo fato de que duas pessoas possam – ainda que apliquem de forma idêntica as mesmas regras lógico-formais, como por exemplo, a lei da contradição ou a forma do silogismo – julgar o mesmo objeto de forma diferente.

Dentre os traços pelos quais se pode caracterizar a perspectiva de uma afirmação, e dentre os critérios que nos auxiliarão a atribuí-la a uma dada época ou situação, exporemos apenas uns poucos exemplos: a análise do significado dos conceitos utilizados; o fenômeno do contra-conceito; a ausência de certos conceitos; a estrutura o aparato categórico; os modelos dominantes de pensamento; o nível de abstração; e a ontologia pressuposta. (MANNHEIM; 1982, p 293-294).

Diante do exposto, pode-se inferir da leitura que o autor levanta critérios exemplificativos para caracterizar a *perspectiva* de dada afirmação ou pensamento, de modo a auxiliar o entendimento de qual época histórica ou grupo social se aproximam essas afirmações e pensamentos. Como traços, indica a análise do significado dos conceitos que são utilizados; o fenômeno do contra conceito; a omissão ou a ausência de certos conceitos; as categorias utilizadas no desenvolvimento do pensamento; o grau de abstração; etc. Desse modo, mesmo tendo uma teoria que ampare a busca da *perspectiva* que orienta o pensamento, essa pesquisa a compreende como um conceito a ser preenchido por todo e qualquer pesquisador que busca evidenciar as diversas perspectivas que orientam o pensamento, ou melhor, a produção do conhecimento em determinada área do saber. O que permite, no caso concreto, encontrar outros traços que denotem a situação histórica social que alicerça o pensamento de dado sujeito, inclusive os dos próprios intelectuais.

O conceito de perspectiva possibilita dois vieses de análise da produção de conhecimento: a primeira, a partir dos fatores extrínsecos que condicionam a

produção de conhecimento (fatores históricos, sociais, situacionais, etc.), os quais influenciam o conteúdo dessa produção; a segunda, por meio das marcas intrínsecas ao conteúdo, propriamente dito (conceitos, categorias utilizados e os não utilizados, as escolas do conhecimento referenciadas, etc.), as quais, não devendo olvidar, são reflexos das condicionantes externas. Destarte, o conceito de perspectiva tem o condão de ser um instrumento teórico orientador, conforme exposto ao longo desse capítulo, mas que, por sua vez, permita ser identificável a partir de diversos critérios ou características, o que será feito no último capítulo deste trabalho.

1. 2 A descrição do campo de pesquisa: a operacionalização dos dados para a análise da produção de conhecimento científico dos conflitos ambientais no Brasil

Neste trabalho é desenvolvida uma pesquisa (predominantemente) qualitativa da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais entre os anos de 1992 – 2012, essencialmente de característica exploratória e analítica. A escolha desse recorte temático ocorre tendo em vista a necessidade de se fazer um balanço aprofundado da produção científica da temática. Considerando a necessidade da investigação proposta neste trabalho, faz-se preciso evidenciar a dimensão do campo numa pesquisa dessa natureza: os documentos de domínio público, referentes a literatura científica relativa aos conflitos ambientais. Se por um lado, o campo possibilita uma proximidade com o que se quer conhecer, por outro, permite criar, produzir novos conhecimentos.

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. Necessita, num primeiro momento, questionar. Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimentos. Definindo bem nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade. Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta. (NETO, 2001, p.51-52).

Pelo exposto, o trabalho de campo quando está bem definido possibilita um contato com a realidade. Nesse sentido, destaca-se que o recorte temporal 1992 -

2012 a ser investigado correspondem ao período cuja construção e institucionalização acadêmica ambiental brasileira tem início, na década de 1990, até o ano de 2012, o que permite analisar a produção científica durante o transcurso de uma geração.

Para obter os dados necessários, utiliza-se, principalmente, o banco de dados dos artigos publicados em grandes eventos de associações científico-ambientais com produção em Ciências Sociais. Assim, consulta-se o banco de dados dos Anais em Eventos dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs); da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi fundada no ano de 1977, é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos, reunindo muitos centros de pós-graduação e pesquisas em áreas como antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia do Brasil. De acordo com seu sítio institucional a interdisciplinaridade tem sido uma marca dos seus encontros profissionais, os quais são realizados anualmente desde 1977. A associação possui um dos mais importantes periódicos em ciências sociais do Brasil, a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), com circulação desde 1986; além da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), com circulação desde 1977⁵.

Já a Sociedade Brasileira de Sociologia, de acordo com seu sítio institucional⁶, tem suas origens na Sociedade Paulista de Sociologia, fundada em 1937, só no ano de 1950 é transformada em Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). É uma entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos cujo objetivo é reunir pesquisadores brasileiros de áreas da sociologia e ciências sociais. O Congresso Brasileiro de Sociologia é o principal evento organizado pela SBS, desde 1987 tem mantido uma regularidade bienal.

Por fim, e, não menos às ciências sociais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) foi criada no ano 2000 e fundada juridicamente no ano de 2002. É uma entidade de direito privado e sem

⁵ Disponível em: <<https://www.anpocs.org.br/>> Acesso em: 03 dez. 2013.

⁶ Disponível em: <<https://www.sbsociologia.com.br/>> Acesso em: 03 dez. 2013.

fins lucrativos, reunindo “os programas e instituições brasileiras que desenvolvam atividades de pesquisa e/ou formação *strictu sensu* de pessoal especializado em nível de pós-graduação de caráter interdisciplinar que focalizem a interação Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões”⁷. Possui o periódico Revista Ambiente & Sociedade. Essa associação conta com grande participação de sociólogos e cientistas sociais, além de outros profissionais e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento interessados em pesquisas em Ambiente e Sociedade. O Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade é o principal evento organizado pela associação e sua periodicidade é bianual.

A primeira fase da pesquisa ensejou no levantamento do campo de pesquisa dos trabalhos científicos sobre conflitos ambientais– compreendidos no período de 1992 a 2012 – nos Anais dos três principais encontros acima descritos. Essa primeira fase ajuda a ter uma noção de quanto a temática dos conflitos ambientais está presente nos trabalhos científicos, utilizando-se como referência os bancos de dados disponíveis na internet de três importantes eventos à ciência social que possuem entre seus grupos de trabalhos ou seminários temáticos a perspectiva ambiental.

A definição do que vem a ser trabalhos científicos/pesquisa sobre conflitos ambientais para efeitos desse trabalho compreende:

- a) Trazem no título: conflito ambiental; conflito socioambiental; conflitos (quando associado o termo ambiental).
- b) Trazem nas palavras-chave: conflito ambiental; conflito socioambiental; Conflito (com termo “ambientalizador” como, por exemplo, ecológico).
- c) Quando não trazem explicitamente essas terminologias no título ou palavras-chave, no resumo a discussão do tema é expressamente indicada como foco do trabalho.

Foram encontrados 76 trabalhos completos nos bancos de dados desses eventos (em forma de Anais) que versam sobre a temática dos conflitos ambientais de acordo com o critério de seleção acima descrito. A distribuição desses trabalhos por evento é a de 34 no Encontro Anual da ANPOCS, 10 no Congresso Brasileiro de Sociologia e 32 no Encontro Nacional da ANPPAS (*vide* Apêndices).

⁷ Disponível em: < <http://anppas.org.br/> > Acesso em: 03 dez. 2013.

Considerando que o material coletado nessas bases de dados está limitado: à disponibilidade de acesso nos seus respectivos sítios institucionais na internet; à presença do material no acervo dos Anais desses eventos de todos os trabalhos dos Grupos Temáticos ou Seminários Temáticos; à constância ou frequência de grupos que ofereçam a temática dos conflitos ambientais/socioambientais como eixo das propostas dos trabalhos; à presença de grupos que ofereçam a temática ambiental, mesmo de modo genérico, como norteador das propostas de trabalhos.

Assim, no tocante ao Encontro Anual da ANPOCS a presença de Grupos Temáticos ou Seminários Temáticos ao longo do período em análise (1992 – 2012) não ocorreu de forma contínua, sendo que nos anos de 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 não consta no sítio institucional a presença de grupos que abordem a perspectiva ambiental; nos anos de 1995, 2002, 2003, 2004 encontrou-se grupos ligados com a temática ambiental; já nos anos de 2005 e 2006 há a presença de grupo com a temática “conflito social e meio ambiente”; nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, há grupos com temáticas específicas sobre conflitos ambientais.

A distribuição de trabalhos que versam sobre conflitos ambientais por ano no Encontro Anual da ANPOCS e seu respectivo grupo ocorre da seguinte forma: 2012 (36º)⁸ com 6 trabalhos no GT03 - *Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos*; 2011 (35º) com 4 trabalhos no GT03 - *Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos*; 2010 (34º) com 1 trabalho no ST14- *Ideologia do desenvolvimento, sujeitos sociais e conflitos socioambientais*; 2009 (33º) com 5 trabalhos no GT04 - *Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais*; 2008 (32º) com 6 trabalhos no GT04 - *Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais*; 2007 (31º) com 5 trabalhos no ST07 - *Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais*; 2006 (30º) com 4 trabalhos no GT02 - *Conflitos sociais e meio ambiente*; 2005 (29º), 2004 (28º), 2003 (27º), nenhum trabalho específico sobre conflitos ambientais/socioambientais; 2002 (26º) com 2 trabalhos no GT11 - *O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira*; nos anos de 2001 (25º), 2000 (24º), 1999 (23º), 1998 (22º), 1997 (21º), 1996 (20º), não constam no sítio institucional da ANPOCS Grupo de Trabalho ou

⁸Os números entre parênteses referem-se à edição do evento correspondente ao ano indicado.

Seminário Temático de cunho ambiental; 1995 (19º) com 1 trabalho no *GT04 - Ecologia e Sociedade*; 1994 (18º), 1993 (17º) e 1992 (16º), também não há dados no sítio acerca da presença de Grupo de Trabalho ou Seminário Temático de cunho ambiental (*vide* p.118-127).

Em relação aos Congressos Brasileiros de Sociologia só está disponível no sítio de institucional da entidade os anais dos anos de 2003, 2005, 2007 e 2009 e 2011, dentro do recorte temporal dessa pesquisa. Destes apenas os anos de 2005 e 2011 apresentam grupos com a temática de conflitos ambientais e conflitos socioambientais respectivamente, os demais encontros disponíveis no sítio tiveram grupos cuja temática girava em torno do eixo ambiental.

Os trabalhos que versam sobre conflitos ambientais por ano no Congresso de Brasileiro de Sociologia da SBS, bem como seu respectivo grupo foram distribuídos da seguinte maneira: 2011 (15º) com 3 trabalhos no *GT03 - Conflitos socioambientais*; 2009 (14º) com 4 trabalhos no *GT23 - Sociedade e Ambiente*; 2007 (13º) com 2 trabalhos no *GT23 - Sociedade e Ambiente*; 2005 (12º) com 1 trabalho no *GT10 - Conflitos Ambientais, Territorialidade e Estado*; 2003 (11º) sem trabalho específico sobre conflitos ambientais/socioambientais, destacando que existia um grupo temático ambiental, o *GT18 - Relações Sociais e Meio Ambiente* (*Vide* p. 128-131).

No tocante aos grupos de trabalhos dos Encontros da ANPPAS, ocorre uma situação muito peculiar, há muitos grupos que não colocam em seu título a nomenclatura ambiental, porém há presença de trabalhos sobre conflitos ambientais. Isso é devido à própria característica do encontro cujos objetivos visam articular estudos interdisciplinares acerca de sociedade e meio ambiente. No caso desse evento foram analisados todos os grupos respeitando os critérios de seleção de trabalhos e referências bibliográficos acima descritos.

A distribuição de trabalhos que versam sobre conflitos ambientais por ano no Encontro da ANPPAS e os respectivos grupos onde foram apresentados estão dispostos considerando os trabalhos que estão disponíveis ao acesso público no sítio institucional da entidade.

No ano de 2012 (6º) foram encontrados 2 trabalhos referente à temática dos conflitos ambientais, distribuídos em 1 trabalho no *GT16 - Direito Ambiental e Ordenamento Territorial* e 1 trabalho no *GT17 - Energia e Meio Ambiente*. Em 2010 (5º) foram encontrados 7 trabalhos distribuídos em 1 trabalho no *GT1 - Turismo*

Ambiente e Sociedade, 3 trabalhos no GT2 - *Espaços Socioambientais Mediação e Conflitos Rurais*, 1 trabalho no GT3 - *Políticas Públicas e Meio Ambiente*, 1 trabalho no GT16 - *Direito Ambiental e Ordenamento Territorial* e 1 trabalho no GT17 - *Energia e Meio Ambiente*. Em 2008 (4º) foram encontrados 12 trabalhos com a distribuição de 4 trabalhos no GT1 - *Agricultura, riscos e conflitos ambientais*, 2 trabalhos no GT2 - *Conflitos relativos ao uso de recursos naturais* e 6 trabalhos no GT6 - *Justiça ambiental, conflito social e desigualdade*. No ano de 2006 (3º) foram encontrados 6 trabalhos, sendo 1 trabalho no GT1 - *Agricultura, riscos e conflitos ambientais*, 1 trabalho no GT4 - *Energia e meio ambiente*, 3 trabalhos no GT6 - *Justiça ambiental, conflito social e desigualdade* e 1 trabalho no GT7 - *Manejo comunitário de recursos naturais*. Em 2004 (2º) foram encontrados 2 trabalhos, ambos no GT17 - *Justiça ambiental, conflito social e desigualdade*. Já em 2002, o primeiro encontro, foram encontrados 3 trabalhos presentes no GT7 - *Dimensões sócio-políticas da Sustentabilidade* (Vide p. 132-137).

A segunda fase da investigação compreendeu o levantamento das bibliografias brasileiras referentes aos conflitos ambientais utilizadas nos trabalhos científicos selecionados na primeira fase. Essas bibliografias são àquelas que os autores dos trabalhos selecionados utilizaram como fundamento teórico para sua argumentação. Para efeitos de critério de escolha das referências bibliográficas sobre conflitos ambientais, selecionou-se aqueles que traziam no título: *conflito ambiental*; *conflito socioambiental*; *conflito (quando associado a termo ambiental ou “ambientalizador”)*; e *conflito social (quando associado diretamente a termo ambiental ou “ambientalizador”)*. Nas terminologias acima dispostas estão compreendidas suas formas singular e plural.

Embora em muitos trabalhos, como por exemplo o de ACSELRAD; HERCULANO; PÀDUA, (2004)⁹, possam trabalhar em seu interior com o tema dos conflitos ambientais, procurou-se bibliografias que tivessem em seu rótulo, o título, ou parte dele, alguma dessas terminologias. Isto porque buscou-se evidenciar os trabalhos que já incorporam o conflito ambiental como uma nova categoria de análise social.

⁹ Livro com título *Justiça ambiental e Cidadania*. Esse trabalho tem como foco a Justiça Ambiental decorrente da distribuição desigual dos efeitos dos riscos ambientais, bem como oriundo do sofrimento desproporcional por um grupo da população dos efeitos danosos da degradação ambiental. Uma das consequências disso é a Injustiça Ambiental, a qual acarreta conflitos ambientais originados dessa distribuição desigual.

Nesses trabalhos coletados referentes à temática dos conflitos ambientais, tanto os apresentados nos encontros dessas três entidades, quando as bibliografias referenciadas por esses autores, estão sistematizados em tabelas (em anexo) para melhor visualização do objeto de estudo – os documentos de domínio público da literatura científica.

A escolha do campo inicial de pesquisa ser os Anais desses encontros das três associações para a coleta de dados, tanto na primeira fase, quando na segunda, é devido ao grau de abrangência e relevância nacional dos respectivos eventos em suas categorias. O Encontro Anual da ANPOCS por reunir a produção científica de profissionais e pesquisadores das áreas de ciências sociais e ser o maior e mais relevante encontro da área no Brasil; o Congresso Brasileiro de Sociologia por congregar, principalmente, pesquisadores na área de sociologia¹⁰ (também ciências sociais) e ser o maior e mais relevante encontro de sociologia do Brasil; já o Encontro da ANPPAS foi incluindo por agregar os programas, instituições e pesquisadores que desenvolvem pesquisas em Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões, é considerado o maior evento na perspectiva ambiental que conta com a presença considerável de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e cientistas sociais.

Uma terceira fase de investigação ensejou em elencar as referências mais presentes nos trabalhos apresentados nos três encontros. Os trabalhos mais citados foram de ACSELRAD (2004, 2005), ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA (2005), ZHOURI; LASCHEFSKI (2010), seguidos por LEITE LOPES (2004, 2006), LITTLE (2001) e FUKS (1998, 2001). Esses trabalhos brasileiros que mais foram mencionados orientam a fundamentação do conhecimento social sobre os conflitos ambientais, foram selecionados para ser examinados com mais rigor, sob a luz da sociologia do conhecimento e também o postulado da teoria dos conflitos sociais (pautados na antinomia consenso – conflito), as teorias, conceitos, e métodos presentes nas análises sociológicas no Brasil.

Também foram incluídos nessa análise autores que compõem um campo minoritário de expressão quanto sua citação em trabalhos acadêmicos nos

¹⁰ Deve ser considerado que essa área concentração, sociologia, desde o ano de 2012, passou a orientar o presente Programa de Pós-graduação. Passando de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais para Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

encontros, mas com relativa frequência em revistas e capítulos de livros. Alonso e Costa (2000; 2002), pois constituem um esforço de construir uma sociologia dos conflitos ambientais e Barbanti Jr (2002) por realizar um esforço teórico para compreender os conflitos ambientais a partir das categorias sociológicas estabelecidas para análise dos conflitos sociais.

2 Conflitos sociais na sociologia: uma análise da produção bibliográfica sobre consenso e conflito

De uma maneira geral, é encontrada uma grande dificuldade de estabelecer categorias ou tipologias capazes de “captar todos os matizes de uma situação conflituosa” (VARGAS, 2007, p. 193). E, em virtude desse entendimento, autores como Bobbio *et al.* (1998) compreendem não existir uma teoria dos conflitos, mesmo, ao considerar que muitos autores contribuíram significativamente para o desenvolvimento do tema, em especial com a apresentação de novas perspectivas de análise.

Nesse sentido, Bobbio *et al.* (1998) aponta apenas para algumas macro-classificações, de modo a evidenciar a variedade de tipos de conflitos existentes. Primeiramente referente aos sujeitos do conflito e, posteriormente às características objetivas. Os conflitos podem ser entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades, ou extrapolar essas barreiras, de modo a se estabelecer conflitos de ordem que contraponha esses sujeitos uns contra os outros. Por consequência, nota-se uma pluralidade de dimensões em que os conflitos podem ocorrer. A dimensão, somada à intensidade e aos objetivos, formam as características objetivas dos conflitos (BOBBIO *et al.*, 1998). O que ajuda, de certo modo, a compreender em linhas gerais os conflitos.

Contudo, sem uma teoria dos conflitos, torna-se difícil traçar com propriedade os contornos dessas características dos conflitos. De tal sorte que para Bobbio *et al.* (1998, p.226) distinguir “os Conflitos com base nos objetivos não é fácil, se não se faz referência a uma verdadeira teoria que atualmente não existe”. Assim, a ordem lógica é compreender e analisar os objetivos dos conflitos por meio de um conhecimento mais profundo da sociedade e não ao contrário, construir uma teoria dos conflitos mediante a aparente manifestação dos conflitos, sem levar em consideração um marco teórico metodológico, segundo o qual a análise se guiará.

Partindo dessas considerações, e em um sentido bem amplo, é possível classificar as interpretações sobre os conflitos em dois grandes grupos. De um lado, um grupo autores que partem do entendimento que a sociedade tem uma natureza harmônica e equilibrada, pela ênfase do consenso. Em consequência, essa perspectiva concebe o conflito como negativo, pois afronta a essas características

essenciais da natureza da sociedade. De tal modo que há o entendimento de que a origem do conflito deve ser buscada fora da sociedade, sendo assim, uma patologia social, ou uma disfunção dessa sociedade, caracterizado pelo não adequado funcionamento social. Também é compreendido como uma anomia social.

De outro, um grupo de autores que entendem o conflito enquanto fenômeno presente a toda sociedade, portanto destacando sua ênfase positiva. Assim, ao invés de afrontar, o conflito é importante, pois possibilita a interação social, por meio da relação social, bem como o aspecto de incentivar as mudanças que ocorrem no seio da sociedade. Essa classificação feita por Bobbio *et al.* (1998) nos ajuda compreender, de forma dicotômica, o conflito enquanto negatividade e positividade na teoria sociológica. Permitindo, assim, inferir os marcos teóricos que influenciam tanto uma visão com ênfase no consenso ou com uma com ênfase no conflito. Na teoria sociológica, essa classificação tem suas limitações, pois em alguns casos, não estão explícitos o lugar dos conflitos nas teorias dos autores. Por conseguinte para evidenciar esse lugar dos conflitos, faz-se necessário localiza-lo no interior da teoria de cada autor. Eis o que se passa a fazer.

2.1 O conflito social e as contribuições da teoria sociológica

Essa parte da pesquisa será dividida para fins didáticos e analíticos em dois grandes blocos: de um lado as contribuições dos autores da teoria sociológica clássica; e, de outro, os autores da teoria sociológica contemporânea. De modo a buscar entender a compreensão dos conflitos sociais nas teorias dos respectivos autores a serem abordados.

2.1.1 Autores da sociologia clássica

Inauguramos a compreensão da teoria sociológica clássica dos conflitos por um autor que não é lembrado como uma referência por contribuir positivamente no exame dos conflitos sociais, mas sim, por compreendê-lo enquanto uma anomia social, Emile Durkheim (1858 – 1917)¹¹. A visão que este teórico fundamenta sua

¹¹Durkheim assistiu e participou de acontecimentos marcantes e que podemos notar diretamente em sua obra, pelas consequências diretas da derrota francesa e das dívidas humilhantes da guerra.

análise social relaciona-se à coesão do tecido social, onde qualquer atividade conflituosa representa algo anormal dentro da dinâmica da sociedade. Nesse sentido, negativo, esse autor contribui fundamentalmente com a discussão acerca dos conflitos sociais a partir da construção de seu objeto na sociologia.

Durkheim construiu uma teoria sociológica – que ficou conhecida como funcionalista – cujo objeto situa-se no fato social, este analisa sob a ótica do primado cartesiano, em que há separação entre sujeito e objeto e, orientado por uma metodologia funcionalista (DURKHEIM, 2012). Na qual cada integrante da sociedade exerce uma função, onde as ações de uns indivíduos possuem uma interdependência com as dos demais, o que forma o núcleo da solidariedade social. Nessa perspectiva é necessária uma coesão social para manter o equilíbrio social, cuja unidade se estabelece mediante a coerção moral (da sociedade) ou normativa (do Estado). Justamente pela interdependência desses indivíduos há uma analogia da sociedade com a biologia, equiparando-a a um corpo, o organismo social. Este, como destacado antes, para seu bom desempenho deve funcionar de maneira harmônica.

Cumprе salientar que o autor apresenta uma visão sobre a realidade social a partir do método funcionalista de perceber as dinâmicas e cujo fato social acontece na prática social. Nesse sentido, observa-se que o pensamento sociológico tem em seu objeto as manifestações no âmbito da coletividade. Assim, as questões de cunho individual ficariam para a psicologia. Por consequência, há um contraponto do fato social ao fato individual. A sociedade não seria uma mera realização da natureza humana, mas, o que é considerado natureza humana é, o produto da própria sociedade (DURKHEIM, 2012).

Os fenômenos sociais são produzidos pela própria sociedade fundamentalmente por serem considerados por Durkheim como exteriores aos indivíduos. Essa exterioridade é que possibilita que os fatos sociais possuam uma realidade objetiva passível de observação externa.

Pode-se explicar que o fato social são as maneiras de agir, fazer, sentir, crer, exteriores ao indivíduo particular, geral e coercitivo (DURKHEIM, 2012). A generalidade do fato social está na comunhão do pensar, é esse agir, fazer, sentir,

Vivenciou crises econômicas, com conflitos entre classe trabalhadora e proprietários dos meios de produção, o que o teria motivado a ênfase de seu estudo no equilíbrio social.

crer comum a grupo de pessoas, em termos que o comportamento social segue um mesmo parâmetro. A exterioridade do fato social remete à idéia de representação coletiva, conceito que melhor designa a exterioridade, assim o fato social está acima da vontade individual, pois as pessoas coletivamente incorporam a essa representação. A coercitividade está no fato de o indivíduo ter a obrigação de seguir determinada orientação, pré-estabelecida pela sociedade (moralmente ou normativamente). Assim, as consciências individuais são formadas pela sociedade por meio da coerção (DURKHEIM, 2012).

Para Durkheim (1995), existe a solidariedade social de forma mecânica e orgânica. Em síntese, a primeira remete à coesão social baseada na solidariedade mecânica, característica das sociedades ditas "primitivas". Nestas sociedades, a integração social dos indivíduos ocorre pelo compartilhamento das mesmas noções e valores sociais, como crenças religiosas ou interesses materiais fundamentais à subsistência do grupo. A segunda remete à coesão social de forma orgânica, característica das sociedades ditas "modernas" ou "complexas", onde há uma grande divisão do trabalho, decorrendo maior diferenciação individual e social. Não necessariamente compartilham dos mesmos valores e crenças sociais, logo a coesão social ocorre de modo distinto. A coesão social está assentada nos códigos e regras de conduta que estabelecem direitos e deveres e se expressam em normas jurídicas e normas de conduta social (DURKHEIM, 1995).

Sendo assim, o conflito social seria a ruptura do tecido social, forma disfuncional do funcionamento harmônico da sociedade, o que faz Durkheim equipara-lo a uma patologia social, a qual deve ser sanada (SILVA, 2011). Temos para esse autor o conflito enquanto uma barreira para o desenvolvimento social.

Simmel insere-se dentre os autores que compreendem ser toda a sociedade marcada pela presença do conflito, buscando entender as contribuições positivas desta temática. Contudo, sua preocupação de análise sobre o conflito não se centra no fato de este produzir ou modificar grupos de interesse, uniões ou organização, ou seja, não está prioritariamente preocupado nos efeitos decorrentes dos conflitos, mas sim se eles em si mesmos são uma forma de sociação. A esse conceito, será dada a devida atenção mais adiante.

Tal visão se deve ao seu conceito de sociedade, na qual esta é o produto das interações entre os indivíduos. Assim para o autor "a sociedade só é possível como

resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações” (SIMMEL, 1983, p. 20). Dentro dessa perspectiva, o conceito de sociedade se afasta de algo estático e acabado, ou limitado a uma espacialidade. É nítido em Simmel, conforme a passagem que segue, a preocupação da sociologia ter como campo de pesquisa as multiplicidades das interações:

Como ciência empírica, a sociologia deve ter por campo ou objeto a multiplicidade de interações, numa incessante vida de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, de permanente vir-a-ser. A sociedade não é algo estático e acabado; pelo contrário é algo que acontece e está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer refazer, e assim incessantemente. É através de múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros, e pelos-outros, quase constitui a sociedade, como realidade inter-humana. (SIMMEL, 1983, p. 21).

Simmel desenvolveu a chamada “sociologia formal” ou formalismo sociológico, com grande influência da filosofia de Kant, distinguindo forma e conteúdo. Esse pensamento buscou construir as ferramentas para uma sociologia capaz de fornecer uma visão unitária do social. Para tal intento, ao processo social fundamental Simmel cria o conceito de *Vergellschaftung*, traduzido por sociação (SIMMEL, 1983), no sentido de forma pura de interação, o qual não se confunde com socialização, e nem por associação. Por sua vez, designa de modo mais apropriado a forma, segundo a qual os indivíduos se relacionam constituindo uma unidade para satisfazerem seus interesses. Nestes termos para o autor:

A sociação é, portanto, forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses [...] formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006, p. 61).

O autor parte do pressuposto teórico de que toda sociedade, de maneira geral, significa a própria interação entre os indivíduos. Interação, essa, que é constituída por determinados impulsos ou na busca de determinadas finalidades, isto é, o processo básico de sociação, segundo Simmel, é formado “pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem” (1983, p. 21). Por isso ele aponta a necessidade de se distinguir forma e conteúdo desse processo de sociação.

Assim, o autor desenvolve sua definição de conteúdo e matéria da sociação como “tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda a realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e

movimento nos indivíduos” (SIMMEL, 2006, p 60), de modo que o ser humano entre numa relação de convívio, de ação com alusão ao outro, com o outro e contra o outro, mediatizando efeitos sobre os outros, ou recebendo esses efeitos dos outros. Essas motivações ou impulsos podem ser: instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação, etc.

No tocante às formas, representa o *a priori*, o invariante, e, desse ser o objeto próprio da sociologia. Por isso sua sociologia ficou conhecida por sociologia formal. Já que os conteúdos e matérias desses impulsos em si e para si não têm natureza social, somente se tornam de natureza social – fatores de sociação – quando transformam em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro, ou seja, pela interação que exterioriza essa relação (SIMMEL, 2006). Cumpre salientar que, diante do exposto, o autor faz outra assertiva sobre forma e conteúdo, indicando que empiricamente eles não são separáveis, porém apenas construídas pela abstração para compreender as formas de sociação, requisito da sociedade.

Já para Marx (MARX; ENGELS, 2006), o conflito social é a verdadeira base significativa da mudança social. Segundo sua perspectiva teórica, a qual a organização social (capitalista e industrial) e a sua mudança se baseiam nos conflitos intrínsecos à sociedade. Essa sociedade marcada pelas contradições inerentes à sua forma de organização, na qual tinha como expressão a luta de classes. O conflito social entre proletariado – os que sobreviviam da venda de sua força de trabalho – e burguesia, os industriais proprietários das fábricas – aqueles que são proprietários dos meios de produção e exploram a força de trabalho do trabalhador, extraíndo a mais-valia. Esta diferença entre o valor da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, que seria a base do lucro no sistema capitalista.

Marx previa um conteúdo revolucionário e permanente do capitalismo no plano do desenvolvimento das suas forças produtivas. O próprio capitalismo removeria as amarras do proletariado existentes durante o período do pré-capitalismo. Pois se evidenciava a proletarização crescente da sociedade, possibilitando, de tal forma, a explicitação das contradições no seio das relações de produção da sociedade capitalista, o que levaria a um período revolucionário de transição, o socialismo. Uma dessas contradições relacionava-se ao conhecimento

do trabalhador que, até então, possuía o conhecimento integral do conteúdo de seu trabalho, passando a ser expropriado de seu saber-fazer.

Assim, a luta de classes é a terminologia adotada por Marx para designar o conflito social presente na sociedade capitalista industrial que analisou (Bobbio *et al.*, 1998). O conflito social é para Marx o elemento de mudança social, analisando a luta de classes é possível compreender a história da evolução das sociedades humanas.

No entanto, cabe consignar que para muitos autores – embora considerando a importância de Marx na explicitação dos conflitos sociais, na luta de classes, na compreensão de que o conflito tem sido marca das sociedades até então vividas – a visão de Marx sobre o conflito é “uma anormalidade histórica ocasionada pela propriedade privada e as classes antagônicas, caracterizando uma fase intermediária da história humana a ser superada pelo comunismo” (SILVA, 2011, p. 6). Destarte, nessa visão, o conflito social para Marx (MARX; ENGELS, 2006) existiria para exteriorizar as contradições entre força de trabalho e as relações de produção, bem como entre proletários e burgueses, visando a sua superação, dentro do próprio sistema capitalista, rumo ao comunismo, servindo-se do socialismo como meio intermediário. Depreende-se dessa análise uma conotação patológica do conflito social, pois, embora presente em toda história da humanidade, constituindo-se como um fator determinante das mudanças sociais, se almeja o seu fim.

Contudo, a interpretação de Bobbio *et al.* (1993) e Silva (2011), quando analisam o lugar dos conflitos na teoria de Marx chamam para a luta de classes como a expressão dos conflitos, menosprezando um outro lado fundamental que é o método dialético por ele utilizado (SOTO, 2013). Desse modo, esse trabalho ao entender as visões de Bobbio *et al.* (1993) e Silva (2011) como superficiais e liberais, sustenta um outro entendimento dos conflitos sociais na teoria de Marx, com base no em seu método dialético. Nesse sentido, Soto (2013) entende que a não consideração do método dialético para o exame do conflito em Marx indica um tratamento superficial e um possível desconhecimento desse método. Já que na compreensão de Marx a realidade é contraditória e, em virtude disso, o fim da luta de classes não significaria a eliminação das contradições inerentes à realidade social. Portanto, o conflito social em Marx (MARX; ENGELS, 2006) é inerente às contradições do capitalismo, visualizadas na luta de classes entre burgueses e

proletários. O que leva à compreensão de o conflito não ser uma patologia social em Marx.

Partindo de uma perspectiva de conflito enquanto uma relação social, Max Weber se afasta das concepções que compreenderiam esse fenômeno como uma patologia social. Isso porque propõe como objeto de compreensão da sociedade a ação social. Entendendo por ação social toda a ação (omissão ou tolerância) – humana – cuja racionalidade deste agir leva em consideração outrem, isto é, o sentido subjetivo indicado pelo sujeito refere-se à conduta/comportamento de outras pessoas.

Dessa maneira, conforme referido, o conflito passa ser compreendido enquanto uma relação social de luta. A relação social pode ser entendida enquanto uma pluralidade de condutas, reciprocamente orientadas, consistindo na probabilidade de que se agirá socialmente de certo modo. Nesse sentido, Weber explica seu conceito de relação social, o qual:

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido) [...] (WEBER, 2004, p. 16).

Portanto, Weber dá ênfase à ação dos indivíduos, por meio das formas de interação dos agentes, carregadas de sentido em relação ao outro. Por outro lado, se afasta de uma visão organicista ou determinista estrutural. O que o leva a considerar, nessa relação de certa mobilidade na conduta do agente, orientada e dotada de sentido, o conflito social enquanto uma relação social de luta. Luta é a terminologia, adotada por Weber para designar o conflito. Dessa maneira, para Weber “uma relação social denomina-se luta quando as ações que se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros” (WEBER, 2004, p. 23).

Diante dessa perspectiva, nota-se que o conflito não é visto como uma anormalidade ou uma “fase histórica negativa, mas como uma ação cotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, entendidos em sua multiplicidade (materiais e simbólicos)” (SILVA, 2011, p. 8). O aspecto da disputa, da competição e – mais apropriadamente na terminologia weberiana – da concorrência, demonstram a relevância para a ciência social do estudo da temática sob o prisma de um tipo de relação social.

Se uma relação social de luta visa que as ações sociais se orientem no sentido de impor a própria vontade em face da resistência do(s) parceiro(s), isso evidencia que ação social possui como um de seus elementos importantes – a qual também fortemente a influencia –, a dominação. Isso se deve, justamente, porque Weber ao notar que a vida social é constituída de interações, aponta que muitas delas são de oposição, conflito ou compromisso. No cerne dessas relações sociais é percebido que o elemento da dominação se sedimenta ou em uma variedade de interesses (como o monopólio) ou alicerçada sobre a autoridade (poder de dar ordens) (LALLEMENT, 2003).

Ao caracterizar a “luta” de que trata em sua sociologia da ação e relação social, Weber inicia sinalizando como “pacíficos” os meios de luta que não acarretam em violência física; assim, a luta “pacífica” é considerada “concorrência”, quando por meio formalmente pacífico busca-se o poder de disposição sobre as oportunidades almejadas por outras pessoas; quando os fins e meios dessa busca são orientados por uma ordem, há a “concorrência regulada”. Weber também destaca que há outros tipos de luta, a luta (latente) pela existência, pelas possibilidades de viver e sobreviver, sem que ocorra ação conduzida em face de outras pessoas, ou seja, sem um propósito combativo e significativo contra os outros, denominando de “seleção”. Esta podendo ser social ou biológica, a primeira referente às “possibilidades que pessoas concretas têm na vida” e, a segunda relacionada às “probabilidades de sobrevivência do patrimônio genético” (WEBER, 2004, p. 24).

Destarte, demonstrando a importância da separação conceitual da luta, temos que:

Entre as formas de luta há as mais diversas transições, sem interrupção da continuidade: desde a luta sangrenta, dirigida à aniquilação da vida do adversário e alheia a toda regra, até o combate entre cavaleiros (grito do arauto antes da batalha de Fontenoy: “Messieurs les Anglais, tirezles premiers”) e o desafio esportivo com suas regras, desde a “concorrência” erótica desregrada pelos favores de uma mulher ou a luta concorrencial por possibilidades de troca submetida à ordem do mercado, até as “concorrências” artificiais reguladas ou a campanha eleitoral (WEBER, 2004, p. 24).

Para Weber toda luta no sentido de concorrência típica leva, em longo prazo à “seleção”, isso porque aqueles que possuem o atributo das qualidades pessoais mais importantes são selecionados para triunfar na luta. Além dessas qualidades existem as ordens que orientam esses comportamentos na luta. Por sua vez, essas ordens, apresentam-se seja do modo tradicional, seja racional referente a valores ou

a fins. Essas ordens influenciam sobre as probabilidades de seleção social (WEBER, 2004). Contudo, alerta que nem toda seleção social no sentido que adota é “luta”. Explica que o “conceito de ‘seleção social’, como tal, nada mais significa do que determinados tipos de comportamentos e, eventualmente, qualidades pessoais têm preferência quando se trata da possibilidade de entrar em determinada relação social” (WEBER, 2004, p. 24). Por que Weber trabalha nessa perspectiva? Pois o conceito de seleção social em si não discute e nem contempla, necessariamente, se essa possibilidade de preferência social ocorreu em virtude de luta, uma disputa, ou concorrência, ou se melhora a probabilidade de sobrevivência biológica.

Então surgiria a dúvida de como Weber entende a “luta”. A luta em termos de *relação social luta* é aquela na qual existe a presença da concorrência. O que diferencia essa luta mais latente, do indivíduo pelas possibilidades de vida (seleção social) e de sobrevivência (seleção biológica), da “luta” e da seleção **das relações sociais**, é que em relação a esses dois últimos, “esses conceitos só podem ser empregados em sentido figurado, pois as ‘relações’ existem apenas como ações humanas de determinado sentido” (WEBER, 2004, p. 24).

O desdobramento dessa análise, sobre esses dois conceitos, é o de que determinada espécie de ação, com o lapso temporal, é superada por outra ação, das mesmas ou de outras pessoas. Evidenciando, assim, a conformidade do conflito social (luta) com as relações sociais. Desse modo, há a despatologização desse fenômeno do conflito social.

2.1.2 Autores da sociologia contemporânea

Entre os autores contemporâneos que estão imersos nesse debate consenso X conflito, como elemento caracterizador da sociedade, destaca-se nessa fase do trabalho Talcott Parsons (1902 – 1979)¹² e Ralf Dahrendorf (1929 – 2009). O primeiro autor destaca-se não por seus escritos sobre os conflitos sociais, mas

¹² Tradutor de obras Weber para o inglês nos Estados Unidos (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*). Estudou medicina por três anos e foi em 1923, influenciado por Walton Hamilton, que se aproximou das ciências sociais. Ao receber uma bolsa de estudos e ir para a Alemanha, onde ficou como instrutor de economia, estudou a natureza do capitalismo como sistema sócio econômico estudando Weber como teórico social. Retornou a Harvard, estudou economia e se dedicou às obras de Pareto, Schumpeter, Marshall, Weber e, posteriormente, Durkheim e sua divisão do trabalho social.

justamente por sua análise social que, de certo modo, não dava conta de explicar a mudança social e atribuía ênfase ao consenso. Por outro lado, o segundo autor pretendeu explicar a formação de grupos de conflito e identificar a ação através da qual esses grupos de conflito provocam mudanças de estrutura no sistema social.

Talcott Parsons, um dos principais expoentes da sociologia norte americana, tem como influência teórica Max Weber, Vilfredo Pareto e Emile Durkheim, empenhou-se em um grande trabalho teórico que pretendeu opor-se ao empirismo que, até então, caracterizava os estudos sociológicos nos Estados Unidos¹³. Contrariando a tendência seguida por seus contemporâneos, Parsons “passa a dedicar todo o seu esforço na construção de um quadro conceitual e teórico consistente, destinado a conferir à sociologia o *status* de ciência autêntica” (FRANÇA, 2009, p. 4). Pioneiro na abordagem teórica, na sociologia, chamada estrutural-funcionalismo, tem sua obra caracterizada por essa corrente.

Contudo, cumpre apontar que no entendimento de Lallement (2004) essa perspectiva teórica seria apenas um dos momentos da obra de Parsons, no qual o primeiro teria como eixo de fundação a teoria da ação; o segundo culminaria numa teoria mais geral da ação, privilegiando a noção de sistema, destacando a existência de quatro funções primárias na base de toda ação social; o terceiro e último, seria o da extensão do paradigma para novos campos do conhecimento, bem como à perspectiva de compreender as evoluções – de modo comparativo – das sociedades.

Feita essa consideração, cabe aqui salientar que para Parsons a ação social tinha propriedades de um sistema, assim vai preocupar-se com um duplo problema: “o das condições da manutenção e funcionamento do sistema social, por um lado, e o das modalidades da própria ação social, por outro (...)” (CUIN, 1996, p. 212). Como visto, a ação social possui destacada importância na configuração do paradigma parsoniano, pois é compreendida enquanto a unidade básica da ciência social, por consequência, compreendido como o objeto de sua sociologia. Entretanto, essa unidade poderia ser decomposta em *ambiente* e *situação*, ambos acarretando em abstrações, porém de modo distinto. De modo que:

O *ambiente* compreende todas as coisas situadas “fora” do organismo que possam estar relacionados à ação. A *situação* se refere à relação teórica existente entre o organismo e o ambiente, excluindo, entretanto, a ação que

¹³ Empirismo desenvolvido pela Escola de Chicago, por meio de estudos urbanos.

tenha ocorrido. Ambos os termos, *ambiente* e *situação*, implicam abstração, mas de tipos diferentes (...) No estudo das situações, abstraímos as características do ambiente que chamamos de *objetos*; do organismo abstraímos o que chamamos de *ator*. Ainda que a situação englobe tanto objetos quanto atores, é conveniente falar dos atores das situações como se fossem, até certo ponto, conceitos independentes: daí que falemos de atores em situações (DURKHEIM; WEBER; MARX; PARSONS, 2001, p. 215).

Depreende-se da leitura que a *situação* compreende os objetos, sociais e não sociais que se encontram diante do ator da ação (ator) e, avançando, pode-se dizer que essa *situação* na qual esse agente está integrado é composta por objetos físicos, meios e condição de ação; objetos sociais, outras pessoas; objetos culturais, elementos simbólicos da tradição cultural (DURKHEIM; WEBER; MARX; PARSONS, 2001). Esses elementos assumem um caráter de exterioridade ao ator da ação. Porém não defendia que a ação apresenta-se enquanto uma resposta automática aos estímulos externos.

Também se deve considerar que é de importância para Parsons, pressupostos intrínsecos à ação, estando “circunscritos sob o ponto de vista da orientação do ator referente à situação, compreendendo duas espécies distintas de orientação analítica: a orientação motivacional e a de valor” (DIAS JUNIOR, 2012, p. 3).

Outro ponto importante na teoria da ação deste autor é a análise dos modos nos quais as ações ou unidades de ação encontram-se integradas dentro de um sistema. Desse modo, a ação social situa-se em quatro sistemas – os quais não se encontram isolados de modo empírico. O sistema biológico tem relação direta com as necessidades e exigências do organismo; o psíquico ou da personalidade ou instrumental encontram-se interiorizadas no indivíduo; o social situa-se nas interrelações entre os indivíduos; e o cultural ou expressivo, relativo a produção de sentidos (CUIN, 1996).

Essa construção de categorias estruturais analiticamente estáveis existe abstratamente, porém não são representáveis empiricamente. Assim, fixam constantes, estruturas que em tese estão presentes em toda ação social que na realidade são variáveis, não ficando adstritas a sua formulação abstrata. É visível pelo exposto até agora, sobre Parsons, que dentro do sistema social existe a presença de categorias sociais estáticas, bem como elementos variáveis **dentro do sistema** (grifo meu). Assim faz uso da categoria função social para conectar essas

categorias, por meio de papéis funcionais dos indivíduos dentro de um sistema supra individual e institucionalizado. Nestes termos Parsons explica a relação entre os papéis funcionais dentro do sistema social, de modo a não colocar em risco o sistema de expectativas normativas que definem a conduta dos indivíduos:

(...) As relações são, em si mesmas, constelações das ações dos membros da relação, orientadas de um para outro. Para a maioria dos propósitos analíticos, a unidade mais significativa das estruturas sociais não é a pessoa, mas sim o papel. O Papel é aquele setor organizado da orientação de um ator que constitui e define sua participação num processo interativo. Compreende um grupo de expectativas complementares a cerca das ações do ator e daqueles com quem interage; ambos, possuem tais expectativas. Os papéis se acham institucionalizados quando são totalmente congruentes com os padrões culturais vigentes e se organizam em redor de expectativas, consoantes com os padrões moralmente sancionados da orientação de valor que é compartilhada pelos membros da coletividade na qual funciona o papel (DURKHEIM; WEBER; MARX; PARSONS, 2001, p.220).

Diante do exposto decorre o grande aspecto de institucionalização dos papéis funcionais. Pode-se abstrair que os processos sociais desempenhados por meio desses papéis funcionais, por sujeitos dotados de determinado status – a posição ou o local onde o ator está localizado dentro do sistema social e em relação aos outros atores – como funcionais ou disfuncionais ao equilíbrio do sistema social (DIAS JUNIOR, 2012). Evidentemente que há de presumir-se que a disfunção no sistema possui caráter patológico, negativo. Tendo em vista sua defesa à integração dos indivíduos nas estruturas da sociedade, bem como advoga no sentido de os sistemas sociais orientarem-se a um equilíbrio.

Em grande parte de sua obra, Parsons trabalha a estática social e esta detendo total relevância diante de modos de conformação social, visando à tendência de o sistema social ir rumo ao equilíbrio. Deixando os aspectos de mudança social próximos a disfunções no sistema. A análise, mesmo que de modo resumida, dessa teoria nos possibilita a compreender o porquê desse respeitável pensador da teoria sociológica se afastar de uma visão positiva do conflito, indo rumo a uma visão de patologização desse fenômeno social. Dentre seus principais críticos estavam Dahrendorf, ao analisar que a teoria estrutural-funcionalista, ao tratar acerca dos sistemas em equilíbrio, notou que a mudança histórica torna-se inexistente. Bem como sua teoria olvidou e não é capaz de explicar os conflitos, relegando-os a meras disfunções dentro do quadro de equilíbrio do sistema, tendentes a conformação por fatores intrínsecos e extrínsecos já abordados.

Parsons tem sua importância já que a partir das críticas ao caráter estático de sua teoria em relação à mudança social, possibilita evidenciar um dos principais autores contemporâneos sobre mudanças sociais, em especial para o prisma do conflito, este Ralf Dahrendorf.

Ralf Dahrendorf¹⁴ (1929 – 2009), importante teórico contemporâneo da sociologia do conflito, faz uma revisão crítica das principais teorias da estratificação social, desenvolvendo seu próprio entendimento diante de uma teorização acerca dos conflitos sociais. Essa teoria é uma resposta aos sistemas considerados utópicos e fechados, como o de Parsons e Marx. O fundamento de Dahrendorf é que nem o estrutural-funcionalismo, nem a teoria marxiana dão conta de explicar os conflitos em uma sociedade com a evolução do capitalismo industrial em direção à sociedade “pós-capitalista”¹⁵. Parsons por desconsiderar o papel dos conflitos (enquanto disfunções) na sociedade, em virtude da tendência de o sistema social ir rumo ao equilíbrio; Marx por considerar apenas o conflito de origem classista como cerne das sociedades e motor das transformações históricas. Esse sociólogo de matiz liberal guardava profundo interesse no estudo da desigualdade social¹⁶¹⁷, pois entendia que esse tema assumia relevância à compreensão dos conflitos. Já que observou que os conflitos se desenvolvem em torno da distribuição desigual de poder e de autoridade.

¹⁴ Foi sociólogo, filósofo e cientista político e político liberal. Viveu a dupla experiência totalitária na Alemanha, o nazismo e comunismo pós Segunda Guerra. Licenciou-se e doutorou-se em Filosofia na Universidade de Hamburgo entre os anos de 1947-1952, foi para Inglaterra em 1952 onde se doutorou pela segunda vez na London School of Economics em sociologia em 1956. Ingressou no Instituto de Investigações Sociais de Frankfurt, dirigido pelos neomarxistas da chamada escola crítica de Max Horkheimer e Theodor Adorno, ficou apenas 8 semanas. De 1969 a 1970 foi membro do parlamento alemão para a Freie Demokratische Partei (Partido Democrático Livre) (os liberais alemães), chegando a ingressar o governo em 1969. Regressa a Inglaterra em 1974 para dirigir a London School of Economics e, depois, o St. Antony's College de Oxford. Dahrendorf foi feito um Cavaleiro Comandante da Ordem do Império Britânico (KBE) pela Rainha Elizabeth II em 1982. Adotou a cidadania britânica em 1988, e ficou conhecido como *Sir Ralf Dahrendorf*. Em 1993, foi concedido um título de nobreza vida e foi nomeado *Barão Dahrendorf* de Clare Market na Cidade de Westminster pela rainha. Tornou-se membro da Câmara dos Lordes, não alinhado a partidos da Câmara dos Comuns. Disponível em: < [http:// en.wikipedia.org/wiki/Ralf_Dahrendorf](http://en.wikipedia.org/wiki/Ralf_Dahrendorf)> Acesso em: 03 dez. 2013

¹⁵ Essa terminologia, “pós-capitalista” é usada por Dahrendorf. Significa o termo genérico que empregou para caracterizar as sociedades industrializadas ocidentais, sociedade esta cujos conflitos não se limitariam à luta de classes antagônicas apresentada por Marx (DIAS JÚNIOR, 2010).

¹⁶ Isso pode ser examinado na obra *Classes e conflitos de classe na sociedade industrial*, 1957. Nesta obra faz um exame detalhado do problema das desigualdades nas sociedades modernas, ou “pós-capitalistas” (LALLEMENT, 2004).

¹⁷ Parece aproximar-se de uma visão liberal de sociedade onde as liberdades individuais andam junto com a tarefa social do Estado, semelhante à Amartya Sen.

Em virtude desse entendimento, Dahrendorf assinala que Marx se equivocou ao colocar a origem das classes e conflitos nas relações de produções. Considerando mais apropriado, não a propriedade, mas o controle dos meios de produção e da dominação, o que se desdobra, como disposto antes, na distribuição desigual de poder e autoridade, estas fontes dos conflitos (LALLEMENT, 2004). Nesse sentido, na sociedade “pós-industrial” o capital e o trabalho sofreram um processo de decomposição, de modo que:

As classes capitalistas que eram unificadas ao tempo de Marx se subdividiu em numerosos elementos, como por exemplo os diretores, os simples proprietários, os financistas; a classe operária homogênea do século XIX viu nascer no seu seio linhas novas de diferenciação segundo a qualificação profissional, a renda ou o prestígio; enfim essas duas classesse viram aumentadas e mais complexas pelo surgimento de uma “nova classe média” de burocratas e de empregados de escritórios.(DAHRENDORF *Apud* LALLEMENT, 2004, p. 228-229).

Assim, evidenciando um processo de mudança histórica. No decorrer de seus estudos, Dahrendorf percebe que o desenvolvimento histórico do pensamento político ocidental encontrou dois enfoques conflitantes na busca de explicar o porquê das sociedades humanas terem se mantido coesas: a) o enfoque *utópico* (coesão por consenso) e, b) o enfoque *racionalista* (coesão por coerção). O primeiro, é representando por uma vontade geral, na qual “a ordem social resulta de um acordo generalizado em torno de valores que têm mais peso que qualquer desavença de interesses de opinião” e; o segundo caracterizado por acreditar que “a ordem social é fruto da coerção e dominação por alguns e sujeição de outros” (DIAS JÚNIOR, 2010, p. 205).

O primeiro enfoque compõe a *Teoria Integracionista*, a qual abarca um conjunto de teses: a) a tese da estabilidade, b) a tese do equilíbrio, c) a tese do funcionalismo e d) a tese do consenso. O segundo enfoque compreende a *Teoria Coercitiva*, compreendendo: a) a tese da historicidade, b) a tese da explosividade, c) a tese da disfuncionalidade e produtividade e, d) a tese da coação. Os modelos divididos em teses apresentam-se da seguinte forma na análise de Dahrendorf:

Teoria Integracionista 1) toda sociedade é uma estrutura de elementos relativamente persistente e estável (tese da estabilidade); 2) toda sociedade é uma estrutura de elementos bem integrada (tese do equilíbrio); 3) todo elemento em uma sociedade tem uma função, isto é, contribui para sua manutenção como sistema (tese do funcionalismo); e, 4) toda estrutura social em funcionamento é baseada em um consenso entre seus membros sobre valores (tese do consenso).

Teoria Coercitiva 1) toda sociedade está, a cada momento, sujeita a processos de mudança; a mudança social é ubíqua (tese da historicidade);

2) toda sociedade exhibe a cada momento dissensão e conflito que são, em si, explosivos; o conflito social é ubíquo (tese da explosividade); 3) todo elemento numa sociedade contribui de certa forma para sua desintegração e mudança (tese da disfuncionalidade e produtividade); e, 4) toda sociedade é baseada na coerção de alguns de seus membros por outros (tese da coação) (DIAS JÚNIOR, 2010, p. 205).

Depreende-se do excerto que há um conjunto de teorias que se relacionam a justificar e a explicar a coesão social, as quais foram resumidas e sintetizadas por Dahrendorf de modo a oferecer os pressupostos teóricos à compreensão dos conflitos. Contudo, indica que ambos os enfoques, muitas vezes têm importância aos conflitos quando vistos em conjunto. O grande ponto do autor é que muitas das teorias que analisam esse fenômeno social, ou por ele se deparam, ou acabam o excluindo da normalidade, da positividade; ou o limitam, o restringem em seu quadro de análise. Para o autor mais do que importante, o conflito é o fomentador da mudança histórica, o que permite a evolução das sociedades.

A análise de Dahrendorf acerca dos conflitos sociais assenta-se na base da distribuição desigual de poder e autoridade nos grupos sociais, sedimentado nas relações de domínio, configurando relações sociais de autoridade, indicando oposições objetivas (*latentes*) ou subjetivas (*manifesto*). Em relação à arena onde ocorrem esses conflitos opta pela designação de *associação imperativa coordenada*¹⁸. Estabelece a sua escolha uma tipologia de cinco espécies de conflitos:

conflito dentro e entre papéis sociais individuais, onde há assimetria de interesses e expectativas (o médico e suas expectativas em relação ao paciente, ao sistema previdenciário, etc; e o mesmo médico e suas tensões como pai de família, membro do clube, etc.);
 conflitos dentro de certos grupos sociais, onde certo grupo luta para tomar parte da diretoria de um clube ou sindicato, etc (trata-se de conflitos mais restritos);
 conflitos entre agrupamentos sociais organizados (grupos de interesse) ou não organizados (quase grupos) dentro de setores regionais nas sociedades, como professores e a administração escolar, ou entre leigos e dignitários numa igreja;
 conflitos entre agrupamentos organizados ou não organizados, mas que afetam toda uma sociedade, como por exemplo, discussões políticas entre dois partidos, antagonismos federativos, etc; e, por fim,
 conflitos entre unidades maiores, como dois países, ou abrangendo outros países, organismos internacionais, etc. (DAHRENDORF, 1981, p. 130).

Assim temos o conflito dentro e entre papéis sociais individuais; os conflitos dentro de certos grupos sociais; os conflitos entre agrupamentos sociais organizados (grupos de interesse) ou não organizados (quase grupos) dentro de setores

¹⁸ Esta terminologia, somada a de domínio, é utilizada a partir das terminologias weberianas.

regionais nas sociedades; os conflitos entre agrupamentos organizados ou não organizados, mas que afetam toda uma sociedade; os conflitos entre unidades maiores, transnacionais. Esses elementos ajudam a delimitar o horizonte dos conflitos, embora, não dão conta de analisar o grande espectro de conflitos nas sociedades. Para dirimir essa limitação da análise, Dahrendorf estabelece três etapas distintas.

A primeira parte da perspectiva de identificar o fundo causal do conflito em cada caso particular, de modo a distinguir a unidade social de referência: os dominadores e os dominados; cada um com determinados interesses objetivos (latentes) e outros de maneira subjetiva (manifesto) que são esperados. Em segundo momento ganha foco a própria cristalização dos conflitos no sentido de ocorrer o agrupamento dos interesses latentes (ocultos), de modo a serem visíveis, perceptíveis, manifestos. Entretanto, essa segunda etapa tem como pressupostos “condições técnicas (pessoais, ideológicas, materiais), sociais (recrutamento sistemático, comunicação) e políticas (liberdade de associação)” (DIAS JÚNIOR, 2010, p. 208).

Já a terceira etapa constituiria na formação das partes no conflito, os *grupos de interesses*. Sua relevância está por possuírem “uma estrutura, uma forma de organização, um programa e um objetivo, além de uma equipe coesa de membros” (DIAS JÚNIOR, 2010, p. 209), guardando um conteúdo sociológico. Dahrendorf faz uma distinção destes grupos com os *quase grupos*, os primeiros por apresentarem na formação dos conflitos identidades organizadas (manifestas), os segundos como grupos ocupantes de posições de autoridade com interesses potenciais e/ou latentes semelhantes.

Outro aspecto interessante do pensamento do autor é sobre a intensidade e a violência dos conflitos sociais, os quais dependem dos meios utilizados pelas partes envolvidas. Considerando que os conflitos mais perigosos são aqueles que não se mostram manifestos em sua integralidade, quedando-se parte latente, justamente pelo seu potencial explosivo de manifestar-se em momentos de revolução (DIAS JÚNIOR, 2010). Aponta que só com o reconhecimento das demandas das partes pelas outras partes, é possível minimizar as formas de manifestação, de modo a evidenciar a presença de meios de resolução de conflitos, o que caracteriza essa sociedade “pós-capitalista”.

Em decorrência do avanço da negociação sindical e dos direitos políticos e sociais que marcam a sociedade “pós-capitalista”, houve uma mudança histórica que permitiu, segundo seu entendimento, a superação dos conflitos (mais violentos) do capital versus trabalho que se faziam presentes na sociedade capitalista de Marx. Esse passo foi impulsionado pelo reconhecimento dos conflitos e sua regulação, o que acarretou sua institucionalização por meio da negociação entre os litigantes, através de formas de regulação como a arbitragem, a mediação e a conciliação. Emerge, dessa forma, uma nova ótica para analisar os conflitos provenientes das estruturas sociais, o da institucionalização dos conflitos (DIAS JÚNIOR, 2010). O que se retira desse novo enfoque do autor? Primeiro que os conflitos em sua essência não são terminativamente resolvidos, ou seja, não são suprimidos ou “solucionados”, tendo em vista que esse fenômeno é presente à realidade social. Em segundo, os conflitos são, sim, regulados pelas formas de resolução de conflitos, visando diminuir a violência inerente. Terceira análise retirada é que há um pressuposto à institucionalização dos conflitos sociais que é em relação ao reconhecimento dos grupos de interesses das demandas das partes. Por último, pode-se perceber que a preocupação sociológica de Dahrendorf não é a causa dos conflitos, mas suas manifestações.

Assim temos em Dahrendorf (DIAS JÚNIOR, 2010) a manifestação dos conflitos sociais como objetos precípuos de sua sociologia política. Para esse exame é preciso a presença de três fatores, cada qual com seu aspecto de influencia na intensidade de violência dos conflitos.

Inicialmente, aponta a regulação efetiva dos conflitos, o qual por sua vez pressupõe o reconhecimento da necessidade e da situação do conflito pelas partes, bem como, conferindo legitimidade da postulação da demanda do oponente. Outro fator é “a organização de grupos de interesse de modo que não existam pautas substancialmente difusas, de maneira tal que a organização de um grupo se reflita na organização do oponente” (DIAS JÚNIOR, 2010, p. 212). E, por fim, o reconhecimento pelas partes das regras formais segundo as quais a regulação opera, como: o local da disputa, os procedimentos a serem executados, os instrumentos de decisão, as sanções, etc. caracterizando – por meio do reconhecimento dos grupos de interesses das regras para do jogo às disputas – a institucionalização dos conflitos sociais, marca das sociedades pós-industriais.

Henri Lefebvre (1901 – 1991)¹⁹ é outro teórico que traz importantes contribuições para a compreensão do conflito social. Embora não seja muito conhecido no Brasil e pouco discutido no âmbito das ciências sociais, Lefebvre tem sido considerado, em áreas do estudo como a teoria urbana, uma referência teórica de suma importância. Contudo, antes dessa análise do conflito social em Lefebvre, faz-se importante compreender um pouco de sua obra.

A obra de Lefebvre pode ser dividida em momentos diferenciados e sobrepostos. Machado (2008) assim identificou esses momentos em: o primeiro momento o “marxista”; o segundo momento da “vida cotidiana”; o terceiro momento da “cidade e a produção do espaço”; o quarto momento, caracterizado pela produção mais filosófica e a continuidade de estudos e projetos pregressos.

Segundo Machado (2008, p. 86), o primeiro momento está baseado na produção “sobre/de Marx”, uma produção que iniciou nos anos de 1930 “e se estendeu até o fim de sua vida, ou seja, durante sessenta anos”. Nesses trabalhos há uma grande atenção para a dialética e para a contradição, bem como análise do marxismo a partir dos próprios textos de Marx, utilizando-se do seu método dialético. O segundo momento, cujos estudos deslocam-se da filosofia pura para a investigação das práticas sociais, concentram-se na vida cotidiana (o concreto) e sua relação com o pensamento e a filosofia (o abstrato). Conforme Machado (2008) o tema do cotidiano que foi estudado inúmeras vezes, sendo retomado, ampliado e revisto, fez parte da produção de Lefebvre até os anos de 1980. O terceiro momento inicia-se nos anos de 1960, década do conhecido maio de 1968²⁰, quando foca sua análise à cidade e ao urbano, dedicando-se a estudos sobre o espaço e o tempo, a

¹⁹ Henri Lefebvre foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Sorbonne, onde se graduou em 1920. Tornou-se professor e passou a lecionar em escolas secundárias. No ano de 1928 se junta ao Partido Comunista Francês (PCF). Conhecido por ser pioneiro da crítica da vida cotidiana, por realizar estudos sobre o espaço urbano, introduzindo os conceitos do direito à cidade e à produção social do espaço, também se destaca em sua grande produção trabalhos sobre a dialética, alienação e crítica do stalinismo e do estruturalismo. Este último em especial ancorado na referência do também francês Louis Althusser, cuja teoria marxista estruturalista praticamente desconsiderou a ação dos sujeitos nos espaços sociais. Ainda compete destacar que ele foi o primeiro a traduzir na França, as obras de Hegel, Marx, Engels, Nietzsche e Lênin. Considerado um tradutor e publicista de Marx e Engels durante toda sua vida (MACHADO, 2008), Lefebvre descobre uma crítica radical do Estado a partir do prisma do método dialético. Por sua leitura heterodoxa de Marx, o combate ao stalinismo e sua forte crítica ao estruturalismo (base do marxismo ortodoxo, até então), tendo vista seus ataques teóricos, acabou expulso do PCF no final dos anos 1950.

²⁰ Considerado um dos movimentos revolucionários mais importantes do século XX, pois não ocorreu por uma luta de classes, entre grupos socialmente definidos. Foi um movimento de insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe. Rompendo, assim, com a lógica do pensamento até então sedimentado no estruturalismo. Impondo aos cientistas uma busca a novos paradigmas para analisar os fenômenos sociais.

produção e reprodução das relações sociais no espaço, oriundo das relações ocorridas nas cidades, no urbano. Trazendo contribuições valiosas como a ação das forças produtivas sobre o espaço físico; os conceitos de espaço *percebido*, *concebido* e *vivido* (LEFEBVRE, 2006). O quarto momento compreende parte da produção de Lefebvre, a partir dos anos de 1970, com produções mais ligadas à filosofia, bem como uma retomada de temas já desenvolvidos. Quarto momento “no qual a diferença (1971), a autogestão e o papel do Estado (2001) na produção e reprodução das relações sociais (1973), os ritmos sociais (1988) e as representações foram estudados” (MACHADO, 2008, p. 88).

No tocante aos conceitos de espaço desenvolvidos por Lefebvre, o primeiro, o percebido, corresponde à **prática espacial**, que assegura a continuidade numa relativa coesão, o que não significa coerência (uma integração dialética). A prática espacial difere conforme os conjuntos espaciais inerentes a cada formação social, a prática espacial “moderna” é caracterizada pela vida cotidiana, por exemplo. O segundo, o concebido, refere-se às **representações do espaço**, conforme Lefebvre (2006) é o espaço dominante numa sociedade, onde é identificado o percebido e vivido ao concebido (elaborado intelectualmente), esse espaço é concebido de acordo com as representações sociais que exercem sua influência na sociedade. Já o espaço vivido condiz aos **espaços de representação**. É o espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, que tentam apropriar e modificar o espaço pelas imagens, símbolos e signos não verbais. Os três espaços estabelecem entre si uma relação dialética.

Lefebvre (2006) traz outras contribuições para o entendimento do conflito social, principalmente por meio de seu conceito de produção do espaço. Para o autor existem diferentes formas de produção do espaço, do espaço natural (espaço absoluto) às formas mais complexas de espacialização, o espaço social, cujo significado é produzido socialmente. Assim, para Lefebvre o espaço é um produto social, esse produto é construído com base em valores, na produção social de sentidos, por sua vez influenciando na prática espacial e na percepção do espaço. Por consequência, percebe-se um indicativo do autor sob o olhar do espaço (em si mesmo), deslocando o estudo deste, para os processos de sua produção. Processos esses que abarcam a multiplicidade de espaços produzidos socialmente,

a produção das práticas sociais, com ênfase no contraditório, no conflitual, bem como no caráter político de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006).

Um ponto interessante na análise de Lefebvre decorre da importância que tem o estudo da produção social do espaço, já que é primordial para reprodução da sociedade, ou seja, das relações de reprodução do próprio capitalismo, que, por sua vez, criam novas relações sociais. Essa produção se realiza na cidade, no urbano, pois é o lugar das pontes de confluências dos fluxos de energia, de matérias. É o local onde se apresenta as contradições do espaço concebido, em relação ao espaço percebido e vivido. Por isso, mesmo ocorrendo uma tentativa do capitalismo de estudar, e planejar os fluxos, Lefebvre (2006) aponta para a hipótese da incapacidade de o capitalismo fazer a planificação espacial dos fluxos.

Como exposto, o espaço é rico em contradições, assim quando ocorre a reprodução das relações sociais no espaço e através dele, essas contradições vêm à tona, acarretando a presença da violência. Já que a produção social do espaço tem tornado-se um instrumento da classe hegemônica para reproduzir o seu domínio.

O espaço social mergulhado em contradições tem – entre a necessidade e potencialidade de transformar o espaço em escala mundial e o fracionamento do espaço em virtude sua apropriação privada – sua principal contradição. Assim, o conflito social é inerente a essas contradições presentes no espaço social. Contradições que se manifestam na parcelização do conhecimento sobre o espaço, tendo em vista que as ciências que dele se ocupam, o repartem, segundo postulados metodológicos específicos, porém as noções de espaço e produção de espaço não são fracionadas. O conjunto dos recortes particulares do conhecimento contribui à totalidade em formação, mesmo e justamente pelas contradições que fomentam a transformação (do conhecimento, da sociedade) (LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre faz uma crítica radical das disciplinas redutoras, das ciências parcelares, especializadas e fechadas em si próprias, onde cada disciplina constitui “seu espaço próprio: mental e abstrato, laboriosamente confrontado com a prática social” (LEFEBVRE, 2006, p. 261). Assim a fragmentação se torna disciplina, e quando se indaga sobre uma unidade, buscam-se várias fórmulas, como montagens interdisciplinares ou pluridisciplinares, porém, entende que elas não chegam a tirar proveito dos retalhos parcelares do conhecimento. Nestes termos “a unidade não se

reencontra jamais, as ciências parcelares não podendo se recuperar senão ao preço e em termos de modificações na sua metodologia, de sua epistemologia, de seus programas, de suas ideologias” (LEFEBVRE, 2006, p. 261).

Nessa perspectiva de fragmentação espacial, evidenciada nas ciências parcelares, na apropriação privada do espaço, oriunda de estratégias que se cruzam, sobrepõe e se contrapõe, a análise dos conflitos sociais (bem como os ambientais) pode ser compreendida pelo prisma das estratégias, das contradições espacializadas socialmente. Um exemplo pode ser o que Lefebvre denomina de gestão coletiva das escassezes, cujos problemas da escassez do espaço, devem ser analisados de acordo com as contradições do espaço e da sua produção social.

3 A emergência da preocupação com a questão ambiental: um campo de estudo no mundo e no Brasil

Conforme já desenvolvido, as contribuições teóricas para o entendimento da coesão social e do funcionamento da sociedade se apresentavam sob dois enfoques, a coesão por consenso ou a coesão por coerção. Assim, as duas vertentes se identificaram na teoria sociológica clássica e contemporânea, pela teoria da integração da sociedade e pela teoria da coerção da sociedade. A Primeira é construída na perspectiva da sociedade como um sistema funcionalmente integrado, tendente a manter-se em equilíbrio. A segunda “vê a estrutura social como uma forma de organização mantida coesa por força e coerção e que se estende constantemente para além dela mesma, no sentido de produzir dentro de si forças que a mantém em um processo contínuo de mudança” (DAHRENDORF, 1982, p. 146).

Essa distinção de visão na reflexão está mergulhada numa tradicional antinomia sociológica entre integração e ruptura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança. Essa oposição entre *consenso* e *conflito* na sociologia dá o suporte à orientação dos autores examinados antes. De modo que são percebíveis as visões que entendem o conflito social como elemento negativo, anormal, disfuncional ou patológico e as visões que o compreendem enquanto fenômeno de normalidade, de positividade, de interação, de mudança social, inerente ao espaço social.

Agora, quando serão analisados os conflitos ambientais, primeiramente deve-se procurar entender a que essa terminologia corresponde. O entendimento adotado aqui é o de que no campo ambiental, o conflito tem sido resignificado, de modo a ampliar o escopo de análise para contemplar o que antes se denominava apenas *problemas ambientais*. Assim, há um alargamento do que pode ser compreendido enquanto conflito ambiental, de tal sorte que não há uma associação direta com a teoria do conflito social (BARBANTI JR, 2002), indiretamente é possível estabelecer uma série de correlações, de modo a utilizar as categorias dos autores trabalhados, somado a essa nova abordagem. Pois se denota que há uma necessidade de construção de um marco teórico que balize a análise dos conflitos ambientais, em busca de um objeto próprio de pesquisa, orientado por uma metodologia adequada.

Por outro lado, há uma grande tendência de ambientalização dos conflitos (LEITE LOPES, 2006), onde há um processo de internalização individual e social da

questão ambiental no que outrora era apenas conflito social. Assim, vem ocorrendo uma incorporação e uma naturalização de uma nova questão pública, a ambiental, essas “poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial” (LEITE LOPES, 2006, p. 34). Há de se atentar, de acordo com a análise de Barbanti Jr (2002), que o próprio discurso da elite social, econômica e política que exerce forte controle sobre o conjunto da sociedade, também tem incorporado a dimensão ambiental. Entretanto essa ambientalização do discurso, sob o argumento de cuidar dos problemas ambientais é proveniente de uma necessidade de o capital assegurar sua reprodução.

Isso é decorrência do fato de que, nos últimos trinta anos do século XX, a questão ambiental atingiu um patamar de problema mundial. Em virtude da inserção da temática ambiental na esfera das políticas públicas governamentais, bem como a incorporação dos problemas ambientais nas pautas dos movimentos sociais. O que para Alonso e Costa (2002) evidenciou um processo de institucionalização da questão ambiental, de tal modo que

(...) os temas ambientais passam a estar sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista) e onde toda demanda, por mais justificável que seja do ponto de vista ambiental (ou econômico ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública (ALONSO; COSTA, 2002, p. 116).

Nessa senda, a preocupação com a questão ambiental também teve reflexos na produção literária acadêmica. A produção bibliográfica ambiental na sociologia remete à década de 1960. Anteriormente os autores “da sociologia clássica (Durkheim, Marx e Weber) tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados, sem, no entanto, promover uma acumulação considerável de conhecimento que permitisse a criação de um campo teórico.” (FERREIRA, 2004, p. 78). Entretanto, cabe destacar que Buttel (1992) entende ser “capcioso sugerir que os teóricos clássicos tivessem ignorado os fenômenos ambientais e dos recursos naturais” (BUTTEL, 1992, p. 74)²¹. O que nos

²¹ Para Buttel (1992) Durkheim “claramente atendeu a apenas um componente da ‘idéia sociológica ambiental’ - os mecanismos através dos quais o ambiente físico afeta a sociedade - e essencialmente ignorou os processos através dos quais a estrutura social influencia o ambiente físico” (BUTTEL, 1992, p. 75). Já Marx, dentre os pontos desenvolvidos para explicar seu traço ambiental, Buttel situa o trabalho de Marx e Engels “no contexto do pensamento social e biológico dos meados do século

leva a depreender que possivelmente a leitura e interpretação dos clássicos não foram feitos considerando uma perspectiva ambiental. Esse interesse em introduzir a discussão da dimensão ambiental dentro da sociologia faz parte do processo de institucionalização das ciências sociais²² e também uma resposta aos efeitos socioambientais negativos oriundos do crescimento econômico, bem como uma reação social diante da visível degradação (FERREIRA; FERREIRA, 2002).

Contudo, a abordagem ambiental é desenvolvida muito tempo depois na sociologia em comparação à biologia, ecologia, economia, demografia e geografia, por exemplo. Disso decorre que uma sociologia dos conflitos ambientais está inserida dentro dessa busca de aproximação da sociologia com a questão ambiental, na qual surgiram os primeiros estudos sobre o que hodiernamente costuma-se denominar *sociologia ambiental* (FERREIRA; FERREIRA, 2002). Assim, uma sociologia dos conflitos ambientais é uma das perspectivas de análise, sob a ótica das relações conflituosas, da questão ambiental. Consequentemente é examinada, diante de um conjunto de enfoques, metodologias e objetos que correspondem à subárea da sociologia que se chama *sociologia ambiental*.

3.1 A Sociologia Ambiental

O surgimento da produção científica acadêmica de uma sociologia ambiental tem início em um momento histórico onde, os movimentos sociais de contestação dos anos de 1960 faziam-se presentes, as constatações de degradação da natureza tornavam-se visíveis e o desenvolvimento industrial estava em ascendência (FERREIRA; FERREIRA, 2002). É relevante enfatizar que suas origens têm concomitância com a emergência do movimento ambiental. Até então, destacam Ferreira e Ferreira (2002) que essa nova configuração surpreendeu os sociólogos que “não dispunham de um corpo teórico ou de uma tradição de pesquisa empírica

XIX, demonstrando o papel vital dos assuntos ligados aos recursos naturais na evolução da economia política marxista” (BUTTEL, 1992, p. 76). Já Weber, menos lembrado quando se trata de questões ambientais, “tratava os fatores ambientalistas como sendo componentes interativos dentro de modelos causais complexos, enfatizando que as influências ambientalistas “muitas vezes afetam sociedades complexas, favorecendo a 'sobrevivência seletiva' de algumas camadas sociais sobre outras” (WEST, 1978, p. 27 *Apud* BUTTEL, 1992, p. 77).

²² O período de institucionalização das ciências sociais, por meio do estabelecimento das burocracias disciplinares, os sociólogos abriram os caminhos aos demais cientistas sociais e começaram a estabelecer importantes subcampos, como a sociologia política e a sociologia econômica. (FERREIRA; FERREIRA, 2002). Foi na década de 70 que a sociologia ambiental surgiu enquanto subdisciplina acadêmica específica (HERCULANO, 2000).

que os guiasse em direção ao entendimento entre sociedade e natureza” (2002, p. 84).

Hannigan (2009) aponta dois fatores que poderiam explicar o motivo de os sociólogos deixarem à margem o estudo da questão ambiental, afastando-se de seus esforços teóricos: a) as teorias do determinismo geográfico e biológico; e, b) o pensamento vigente do desenvolvimento e do progresso.

A primeira explicação referia-se às falhas das teorias do determinismo biológico e geográfico que levavam à condução de interpretações racistas e eugênicas e uma visão conservadora acerca das mudanças e dos conflitos. Embora a sociologia tenha se livrado dessa explicação biológica²³ para analisar os fenômenos sociais, a sua terminologia continuou presente na sociologia.

(...) O funcionalismo, a teoria sociológica que liderava os anos de 1950 na América, levou em frente a idéia de Durkheim de que a sociedade era constituída de um “organismo” social, o qual estava constantemente tendo que se adaptar ao ambiente social e físico externo. Seu equilíbrio ou estado de acomodação podia derrubado ou não funcionar bem pela descontinuidade de vários eventos, mas finalmente retornaria ao normal da mesma forma que o corpo humano se recupera de uma febre. Dikens (1992) observou que os teóricos funcionalistas, especialmente o decano Talcott Parsons, foram mais longe e desenvolveram uma teoria de evolução social num contexto ambiental, na qual tem tônica a herança biológica, permitindo aos humanos ao mesmo tempo se adaptarem ao mundo natural e muda-lo. (...) (HANNIGAN, 2009, p. 18).

A segunda explicação refere-se ao pensamento predominante que dava ênfase a literatura sociológica da modernização. Os sociólogos se empenhavam em dar suporte teórico a uma engenharia social que, embora buscasse alcançar igualdade, aceitava o crescimento econômico sem limites e “o progresso via desenvolvimento científico e tecnológico de forma continuada enquanto ignoravam os potenciais entraves de fenômenos ambientais, tais como a mudança de clima” (HANNIGAN, 2009, p. 18).

Conforme salientado antes, os primeiros escritos remontam aproximadamente a década de 1960 (de modo não sistematizado) e só a partir da década de 1970 que a sociologia ambiental surge enquanto uma subdisciplina acadêmica específica. Ela tem como precursores outras áreas e subdisciplinas já sedimentadas há muito tempo, como: a ecologia humana; a sociologia rural; a sociologia dos recursos naturais, bem como; a psicologia social; a antropologia cultural; a sociologia dos

²³Conforme Hannigan (2009) Franz Boas, fundador da antropologia cultural americana, respondeu as manifestações que defendiam as premissas do determinismo biológico e geográfico para explicar a sociedade, ao elevar a cultura a um papel primário no desenvolvimento individual e social.

movimentos sociais, a sociologia do desenvolvimento, e; a sociologia urbana (HERCULANO, 2000). Podemos apontar que a fusão dessa série de subdisciplinas, de certo modo relacionadas com a temática ambiental, tem como resultante a sociologia ambiental. Nessa análise Herculano (2000) faz a análise de cada uma delas:

- a Ecologia Humana, que surgiu estudando a mudança rural/urbano, os processos internos da cidade industrial, seus fatores dinâmicos e limitadores, as atitudes e valores do *urbanitas*. A Ecologia Humana, porém, nunca chegou a dar importância aos fatores ambientais em sentido estrito: tratava de ver como o meio físico da cidade atuava no comportamento das pessoas e criava uma cultura específica. A Ecologia Humana tradicional estava limitada ao foco da cooperação competitiva na organização espacial de populações metropolitanas.
 - a Sociologia Rural (por sua vez embasada na geografia e na antropologia econômicas), estudando as comunidades diretamente dependentes de recursos naturais, tais como pescadores, extrativistas, agricultores, lavradores, etc.).
 - a Sociologia dos Recursos Naturais, estudando a gestão do meio ambiente, este entendido enquanto recursos naturais: engloba estudos sobre política de terras públicas, planejamento de usos da terra, a gestão das unidades de conservação, incluídos parques e áreas de lazer.
- Acrescentaríamos ainda a Psicologia Social e a Antropologia Cultural, com estudos sobre atitudes e valores, a Sociologia dos Movimentos Sociais, enfocando novos sujeitos coletivos, suas agendas de lutas e os conflitos dos diversos agentes sociais, a Sociologia do Desenvolvimento, esta última na sua vertente marxista, questionadora do mito do desenvolvimento, e a Sociologia Urbana, sobre o meio ambiente construído. (HERCULANO, 2000, p. 45-46)

Assim, de acordo com essa análise, uma série de subáreas específicas contribuíram para a origem da sociologia ambiental, de tal modo que se instituisse enquanto ramo de conhecimento específico. Cabe considerar que esta disciplina incipiente assumiu uma forma integradora em relação às demais de modo a traduzi-las à problemática ambiental.

Herculano (2000) faz um retrospecto da sociologia ambiental, no qual aponta que a década de 1970 é situada como a do nascimento institucional dessa subdisciplina, tendo os Estados Unidos como local onde floresceram as condições propícias às reflexões da percepção dos problemas ambientais, os quais assolavam esta época. Na década de 1980 a sociologia ambiental foi revitalizada nos Estados Unidos, agora a percepção ambiental, que antes tratava de movimento e valores ligados a um viés mais estético, passa a ser examinada sob a ótica da “ameaça a saúde e ao bem-estar e enquanto um risco tecnológico” (HERCULANO, 2000, p. 46). Nos anos da década de 1990, Herculano (2000) indica que esse período foi

caracterizado pelo aprofundamento institucional da sociologia ambiental, cujos estudos acadêmicos alçaram a dimensão de intergovernamentalidade.

A sociologia ambiental nasceu com aquilo que Buttel chamou de um “partisanflavor”: em outras palavras, um toque parcial, de proselitismo, pois era, e é, exercida por sociólogos militantes, também compromissados com a causa ambientalista e trabalhando no sentido de dar contribuição, construindo argumentações para o movimento (HERCULANO, 2000, p. 46).

No campo da interpretação da questão ambiental, Herculano (2000) observa que a sociologia ambiental surgiu fértil, constituindo-se sob muitos olhares, como os de Klausner, Cotrell e Firey com um aspecto determinista, tecnológico e ambiental, influenciados pelo estrutural-funcionalismo; o de Burch que ressaltou o aspecto dos valores e normas; o de Catton, com orientação weberiana, preocupou-se com “a estratificação contemporânea baseada na limitação de recursos e analisando a percepção que teríamos desses limites” (HERCULANO, 2000, p. 47); o de Schnaiberg, com uma perspectiva analítica da crise ambiental de viés marxista, compreendendo que essa crise era consequência da racionalidade do modo de produção.

Frente a essa polissemia para a compreensão da questão ambiental pela sociologia, Buttel (HERCULANO 2000) apresentou 4 (quatro) enfoques metodológicos e ontológicos nos quais a sociologia ambiental estaria dividida: o enfoque materialista durkheimiano (realista); o enfoque materialista marxista; o enfoque pós-materialista e o enfoque construtivista ou construcionista.

Para explicar o primeiro enfoque, materialista durkheimiano, deve-se levar em consideração que o surgimento da sociologia ambiental vem associado a uma expectativa de mudança de paradigma para a sociologia como um todo. Catton e Dunlap, principais referências do realismo ambiental, entendiam que, até então, a sociologia não dava conta de explicar a questão ambiental, em virtude do antropocentrismo arraigado no pensamento sociológico. Isso culminou em olvidar uma variável importante à análise, a variável ambiental – esta com forte influência – já que constrange e interage com as outras variáveis que a sociologia levava em consideração (HERCULANO 2000).

Assim, é evidenciado um protagonismo da supremacia humana e de sua independência ou separação à natureza. Essa visão nos conduz a uma idéia do humano na centralidade na análise social; uma preponderância das mudanças

culturais sobre as biológicas. De modo a desconsiderar o ambiente físico que comporta as sociedades. Essa perspectiva ficou conhecida como o paradigma HEP (*human exemptionalism paradigm*).

Em contraponto a essa perspectiva Catton e Dunlap formularam uma proposta para estudar a relação ambiente-sociedade por meio de um paradigma ecológico, o paradigma NEP (*new ecological paradigm*), a humanidade considerada enquanto uma parte dos ecossistemas, os quais influenciariam as ações (humanas) e a sociedade. O inovador desse pensamento é o deslocamento da centralidade do humano na análise sociológica sobre a questão ambiental para o humano enquanto **uma** parte de um todo da cadeia ecológica.

A análise da variável social realizava-se dentro do legado Durkheimiano, ao buscar explicar o social pelo social, sem determinismos biológicos ou geográficos, ou reducionismos psicológicos. Já a variável do ambiente em que a sociedade é compreendida é considerada, não enquanto determinação humana, mas com características próprias que **também** exerce influência e interação com os seres humanos. Os realistas defendiam “a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma em que os atores sociais os percebem” (GUIVANT, 2002, p. 1).

Feita essa consideração, o segundo enfoque, materialista marxista, entende que há uma relação dialética, de contradição entre o ambiente e a sociedade humana. Pois, para Herculano (2000) trabalhos como o de Gorz, buscam estabelecer a relação de causalidade da degradação ambiental com o desenvolvimento capitalista. Essas contradições são exploradas por Schnaiberg – trabalha as lutas ambientais como lutas de cidadania na sociedade de produção – e O'Connor que apontam que ambos os (dois) elementos possuem dinâmicas próprias.

(...) de um lado, o moinho da produção e sua expansão econômica, as relações de produção intensivas de capital deslocando o trabalho, as multinacionais pressionando por infraestrutura, os sindicatos pressionando por trabalho e por normatização das relações; do outro, a disrupção ambiental que resulta destes imperativos contraditórios mal enfrentados pelo Estado e que levam a uma síntese de escassez planejada (HERCULANO, 2000, p. 4).

Para Herculano (2000) a contribuição marxista está mais próxima de uma ecologia política do que de uma sociologia ambiental, embora pondere as diversas contribuições dessa vertente, como estudos que buscam aproximar a questão

ambiental da classe trabalhadora; de dar protagonismo ao movimento operário; a evidenciar que a crise ambiental é proveniente do caráter antidemocrático da sociedade contemporânea; bem como que o modo de produção capitalista tem papel fundamental para isso.

Já o terceiro enfoque, o pós-materialista, visa integrar e dar destaque à análise ambiental para além da necessidade e escassez dos recursos naturais, buscando enfatizar “satisfações intelectuais, morais, estéticas, razões pelas quais as questões como a paz, o feminismo, os direitos humanos, a qualidade de vida, se juntam à questão ambiental” (HERCULANO, 2000, p. 48). No campo da esquerda pós-estruturalista, pós-marxista e pós-materialista, destaca-se Guattari (1998), ao afirmar que só uma interpretação holística é capaz de dar conta do estudo ecológico. Todavia, só por meio de uma “articulação ético-política – a que chamo de *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia estabelecer convenientemente tais questões” (GUATTARI, 1998, p. 8).

Por fim, o enfoque construtivista ou construcionista na sociologia ambiental busca compreender como as pessoas atribuem significados a seus mundos, defendendo “o direito legítimo de que outras interpretações e saberes de outros atores sociais também sejam levados em consideração” (HERCULANO, 2000, p. 48). Assim, os problemas ambientais passam a ser aqueles que são construídos socialmente, não àqueles fatos objetivos presentes na natureza. Destarte, a sociologia ambiental analisaria como esses problemas são montados, construídos por cada sociedade. Para Guivant (2002) a perspectiva dos construtivistas centra-se “sobretudo nas representações sociais sobre os problemas ambientais, não dando igual importância à verdade sobre um problema ambiental mas a como se define este e que significados recebe de diversos grupos e atores sociais” (GUIVANT, 2002, p. 1).

A partir desses enfoques metodológicos, a sociologia ambiental vem buscando determinar seu objeto. Porém, assim como há multiplicidade daqueles, também há a pluralidade de objetos que vem sendo pesquisados. Desde a) atitudes e valores; b) movimentos ecológicos; c) riscos tecnológicos; d) política ambiental, até; e) desenvolvimento (HERCULANO, 2000).

Diante da perspectiva da construção dos aspectos teóricos e metodológicos da sociologia ambiental, três momentos caracterizam sua trajetória: o momento de

sua formação, no qual houve a contribuição de outras subáreas; a constituição de um núcleo teórico próprio, inicialmente pela perceptiva realista e materialista, sem deixar de lado o aspecto cultural; e por último a diversificação teórica e a incorporação da teoria sociológica clássica. Dentro dessa diversificação, podem-se destacar as contribuições da sociologia do cotidiano, das análises no contexto das sociedades da alta modernidade, do construtivismo ambiental, bem como do pós-materialismo.

3.2 A Sociologia Ambiental no Brasil

No Brasil as iniciativas de institucionalização da sociologia ambiental, como um campo do conhecimento, datam da década de 1980 (FERREIRA; FERREIRA, 2002)²⁴. Contudo, nesse momento ela não ocorre apenas na sociologia, mas também nas mais diversas áreas das ciências sociais, de forma lenta e contínua, por meio de iniciativas pessoais de profissionais das mais diversas áreas das ciências humanas e naturais: filosofia, geografia, demografia, biólogos, por exemplo. Destarte, pouco a pouco a discussão ambiental vai se sedimentando e institucionalizando-se.

Convém não olvidar que no Brasil a abordagem da ciência social, bem como da própria sociologia está fortemente ligada ao desenvolvimento do movimento ambientalista, o que Alonso e Costa (2002, p.117-118) denominam de “tom militante da literatura ambientalista”. Herculano (2000, p. 51-52) indica outro aspecto dessa característica, entendendo que o exame sociológico dos problemas ambientais foi inaugurado pela ecologia política, com uma produção “em textos ensaísticos, militantes, de divulgação e de formação, que visavam também produzir o ideário norteador do movimento”. O que faz surgir a reflexão de que a produção sociológica acerca das questões ambientais é proveniente de uma prática de profissionais das mais diversas áreas, num esforço de dar suporte teórico às demandas reivindicadas.

Alonso e Costa (2002) sinalizam que na década de 1990 inicia-se uma especialização progressiva na área, em duas direções. Uma especialização que

²⁴ Ferreira e Ferreira (2002) indicam que as primeiras iniciativas são do início dos anos de 1980, com destaque a Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de Santa Catarina.

culminou na divisão de subáreas do conhecimento e no aprofundamento teórico e metodológico em cada uma das subáreas fracionadas. O que revela, por sua vez, a pluralidade temática e teórica. Identificam que na literatura nacional há uma divisão da produção científica em dois grandes campos: um politicamente engajado, “que critica fortemente o modelo de desenvolvimento capitalista e o estilo de vida a ele associado, propondo amplas reformas econômicas e mesmo de hábitos e práticas sociais profundamente arraigadas”; e um outro não engajado que está “interessada em explicar a formação e as estratégias de ação do movimento ambientalista, além de se preocupar com o surgimento de diferentes percepções do meio ambiente e, mais recentemente, com a emergência dos conflitos ambientais” (ALONSO; COSTA, 2002, p. 118).

Os estudos ambientais na literatura acadêmica apresentam-se a partir da perspectiva de ambiente socialmente criado; estudos que relaciona “meio ambiente” e democracia, ou enfatizando a participação dos atores, ou os mecanismos de negociação ambiental, ou focando os processos decisórios; o processo de “ambientalização” de setores da sociedade e do Estado; estudos com foco na adesão dos atores a valores ambientais sob a análise do discurso; o estudo ambiental e democracia (ALONSO; COSTA, 2002).

Alonso e Costa (2002) têm uma postura no sentido de assegurar um afastamento de modo crítico das proposições do movimento ambiental, de modo a examinar os problemas ambientais com “neutralidade axiológica”. Para esses autores a literatura brasileira sobre o tema é composta predominantemente pelos simpatizantes do movimento ambiental, onde há a sobreposição entre “analistas” e “agentes”. É nítida a noção que os autores têm do movimento ambiental enquanto propagador de valores ambientais e de democracia, buscando um caminho para a solução de temas como degradação ambiental, entre outros.

Tais autores apontam para a existência de produção sobre a percepção dos riscos ambientais e construção científica dos riscos a partir do construtivismo (sociológico e antropológico). Bem como, a análise dos conflitos ambientais como forma de transcender a produção militante que desenvolvia, segundo Alonso e Costa (2002), o viés do consenso valorativo e discursivo. Entendem que o exame da dinâmica dos conflitos ambientais como objeto de estudo, sob o olhar da sociologia dos conflitos, permite um alcance promissor.

Esses autores parecem fazer uma interpretação limitada da literatura que tem proximidade ao movimento ambiental, como sendo apenas aquele que tem preocupação no exame valorativo ou discursivo da prática ambiental. Por outro lado indicam as contribuições das teorias construtivistas da importância de considerar as questões cognitivas, mas também concordam que a questão prática assuma grande importância. Assim, indicam a necessidade de abordar as dimensões, culturais, políticas e estruturais dos conflitos ambientais.

Com essa explanação sobre a sociologia ambiental no Brasil, percebe-se que a discussão dos conflitos ambientais emerge no seio da constituição da própria sociologia ambiental e não da sociologia dos conflitos sociais. É presente o intento de alguns autores de fazer uma conexão da análise sociológica ambiental com as contribuições da sociologia dos conflitos sociais, para a formação de uma sociologia dos conflitos ambientais. Com a finalidade de a sociologia nos dar os subsídios para a compreensão dos conflitos ambientais, de modo consistente, ela está se organizando e se instituindo teórica e metodologicamente, de tal forma a dar conta das análises conflitivas atinentes à questão ambiental. Já que o estudo dos conflitos ambientais como objeto de uma sociologia da questão ambiental é uma das possibilidades apresentadas. Estando inserida dentro do quadro de matrizes teóricas e metodológicas da sociologia ambiental brasileira.

4 Os estudos brasileiros sobre conflitos ambientais: uma análise teórico-metodológica da produção

A produção científica brasileira sobre conflitos ambientais, nos últimos anos, tem se destacado em virtude de uma grande variedade de visões, abordagens e conceitos. Dentre esses trabalhos a maioria versa sob estudos de caso, ou trabalhos de caráter descritivo, de maneira a caracterizarem e explicarem a situação ambientalmente conflituosa, evidenciando sua correspondência com os processos sociais mais amplos.

Por outro, no tocante à produção intelectual de conhecimento na temática dos conflitos ambientais, cumpre salientar que um balanço completo está ainda por ser realizado. Tendo em vista a necessidade de ser feito um mapeamento e análise crítica da produção, incluindo um exame teórico metodológico, de um período significativo, de modo a compreender uma geração, na produção sobre os conflitos ambientais.

Porém, cabe destacar que alguns trabalhos nesse sentido já foram elaborados com diversos objetivos, o que nos evidencia que o estudo da temática ambiental tem se constituído em um objeto de estudo pela Ciência Social como um todo.

Um dos primeiros trabalhos encontrados é o de Viera (1992) que faz um mapeamento e uma avaliação da produção científica de conhecimento dos processos interativos sociedade-natureza. Para o autor, a “historiografia científica registra a emergência no início dos anos 70, de um novo ponto de inflexão da curva evolutiva da humanidade” (VIEIRA, 1992, p. 03). O que exigiu uma reorganização da comunidade científica em face da emergência dos “problemas ambientais”, de modo a constituir um novo campo de análise dentro das ciências sociais. Esse balanço foi realizado de modo exploratório a fim de oferecer um mapeamento das pesquisas desenvolvidas, identificando as áreas temáticas ambientais representativas em cada disciplina analisada. Outra finalidade foi a de fazer uma caracterização preliminar “das principais lacunas a serem supridas através de uma política conseqüente de fomento à pesquisa interdisciplinar nos próximos anos” (VIEIRA, 1992, p. 03-04). Embora tivesse por objetivo ampliar a visibilidade institucional desse campo de investigação, o trabalho não aprofunda a análise das concepções teórico-metodológicas que fundamentam os estudos pesquisados. Deve-se levar em

consideração a assertiva alocada na pesquisa de ser “um balanço inicial”, o que permite entender o caráter predominantemente descritivo. Evidentemente o trabalho de Vieira (1992) representa um dos mais importantes mapeamentos nacionais da produção de conhecimento ambiental realizados no Brasil. Trabalho que fora desenvolvido no ano de 1992, versando sobre a produção acadêmica no período 1980-1990, buscando, por meio da análise sistemática, superar a análise compartimentada da disciplinariedade, por entender ser uma abordagem metodológica adequada contra o reducionismo dos fenômenos socioambientais.

No Brasil a preocupação sociológica com a dimensão ambiental dos processos de conflitos, tem no trabalho Fuks²⁵²⁶ (1998), uma referência inaugural. Nesse trabalho a visibilidade das questões ambientais, em especial da dimensão conflitiva, como nova questão pública é construída a partir da percepção de grupos de atores, tornando-se pública conforme são veiculadas por indivíduos e grupos dentro de “sistemas de arenas públicas”. Estes por sua vez, considerados espaços de ação e de debate, onde ocorrem os processos de definição dos problemas sociais e os temas emergentes. A perspectiva do conflito ambiental para esse autor está ancorada em uma perspectiva construtivista ou construcionista. Para Fuks (1998) o avanço da questão ambiental não guarda relação com questões objetivas, como os problemas ambientais (exemplo, degradação do solo, água e ar). Mas, trabalha na perspectiva que tais questões ganham destaque no sistema de arena pública, decorrente do processo de construção dos atores, para que tais temas possam ser percebidos enquanto conflitos.

Assim, a obra de Fuks (1998; 2001), desloca o foco de análise acerca dos conflitos ambientais para uma dimensão política, por meio da análise das distintas representações sociais dos conflitos que cada grupo tem, expressa por meio dos

²⁵ O artigo publicado pela revista Dados em 1998, intitulado Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema social no Rio de Janeiro, é fruto de tese de doutorado do mesmo autor defendida em março de 1997, retomando de forma resumida, temas desenvolvidos em sua tese (FUKS, 1998). O trabalho de tese de FUKS, em 2001, foi editado em livro pela editora da UFRJ, segundo o título: Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas.

²⁶ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é coordenador st da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos do Poder Local, atuando principalmente nos seguintes temas: conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo. (Texto informado pelo autor. Disponível em: <<https://lattes.cnpq.br/>>). Acesso em: 03 dez. 2013.

atores sociais, os quais desempenham também atribuições de atores políticos dentro da arena de decisão.

O ponto mais importante a destacar na perspectiva teórica de Fuks (1998; 2001) é que o conflito ambiental é compreendido enquanto um problema social emergente. Assim, a compreensão da questão ecológica, de forma genérica, ou a natureza ou meio ambiente, é fruto de construções históricas, permeadas por mecanismos culturais e estratégias sociais e políticas.

Fuks (2001) tenta evidenciar que o pensamento ecológico dos últimos 20 anos, tem, pouco a pouco, deixado de ser matéria exclusiva de pequenos grupos, orientados pela conservação ambiental, para tornar-se, sob um viés mais humano, parte dos debates travados nas arenas públicas de disputas. É importante perceber que na visão do autor a elasticidade da questão ambiental vem acompanhada da presença nos domínios das mais diversas áreas da vida social dentro dos debates ambientais. Assim, há um processo de absorção da questão ambiental pelos diversos setores sociais em rápido espaço temporal.

Fuks (2001) evidencia sua opção pela perspectiva construtivista, pois considera esse enfoque:

(...) apropriado para lidar com questões relativas às oscilações da preocupação social com o meio ambiente, à competição entre tipos de problemas ambientais pela atenção pública e à dinâmica que preside a relação entre, de um lado, a veiculação de descobertas científicas fora do âmbito da comunidade científica e, de outro, o reconhecimento e visibilidade públicos de determinados problemas ambientais (FUKS, 2001, p. 17-18).

É, a partir dessa perspectiva que o autor passa a analisar o movimento complexo das forças sociais, consenso e conflito. No campo ambiental o consenso é visível com base na formação de um senso comum entre os diversos setores da sociedade, pois a preocupação ambiental vem sendo incorporada aos diversos setores, os quais estão propondo soluções. Essa incorporação social de alguns postulados ambientais permite a formação de consensos, como a gravidade e importância do problema ambiental. Para Fuks (2001), isso não retira o aspecto conflitivo da disputa do meio ambiente como um problema social, isso porque compreende que a ampliação dos atores sociais que incorporaram o discurso ambiental fez com que aumentassem as perspectivas discursivas sobre os conflitos ambientais.

Para tanto, Fuks (2001) busca sustentar-se na afirmação de que o ambientalismo deixou de ser uma questão restrita a pequenos grupos para vir a ser

um objeto de domínio público. Esse é um dos principais fundamentos do autor, na busca por mostrar o deslocamento da questão ambiental de uma ecologia natural para o seu processo de incorporação social. Já que é desse modo que o autor compreende ser possível “capturar o processo de constituição de versões a respeito do meio ambiente (...)” (FUKS, 2001, p. 25). E essas versões são captadas dentre as disputas no interior de uma arena pública. A arena pública utilizada em seu estudo, está no âmbito da disputa dentro do processo judicial, onde há disputas pelo meio ambiente como problema social. Assim, no tocante ao livro de Fuks (2001), fruto de sua tese de doutorado, o autor busca investigar:

“(...) no âmbito dos conflitos judiciais, a emergência e a disputa pela definição do meio ambiente como problema social no Rio de Janeiro, destacando os contornos locais desse novo tipo de problema social. Trata-se, portanto, da entrada da temática ambiental na esfera das arenas de ação e debates públicos, constituindo, assim, o espaço para a disputa entre compreensões distintas e, muitas vezes, antagônicas entre si” (FUKS, 2001, p. 25).

Percebe-se, então, uma peculiaridade do trabalho de Fuks (1998; 2001), a de que nesse processo de incorporação social da questão ambiental, por novos agentes sociais em uma arena de ação e debate, o caráter discursivo torna-se elemento de fundamental importância. Isso, porque, a dinâmica argumentativa, expressa por discursos, os quais por sua vez estão sustentados em percepções sociais do grupo pelo qual o discurso é emitido, confere à argumentação legitimidade ao debate público, enquanto um campo de investigação. Nesse processo, os antigos problemas sociais, principalmente os ligados à seara urbana, são recodificados, adquirindo contornos locais e assumindo, também, um viés ambiental.

O contorno em destaque enfatiza o campo da ciência política que estuda as arenas públicas, onde há a disputas entre os mais diversos grupos sociais. Inclusive essa disputa ocorre sobre a compreensão pública dos assuntos e problemas sociais (FUKS, 2001). Nesse sentido, na perspectiva de Fuks (2001), a importância de como uma temática converte-se em assuntos públicos é de fundamental importância já que esse processo ocorre em um sistema de arenas públicas, conforme desenvolvido antes.

Destarte, levando em consideração o acima exposto, faz-se necessário compreender dois conceitos: disputas e sistemas de arenas públicas. No tocante à “disputa”, a utilização de Fuks (2001) acerca desse conceito se faz importante, pois

ele propicia ao autor “incorporar outras modalidades de conflitos e outros mecanismos de solução de conflitos” bem como “possibilitar a investigação de fenômenos mais gerais e externas ao litígio” (FUKS, 2001, p. 30). Pois compreende que a terminologia “litígio” está adstrita ao processo judicial. Conforme enuncia, trabalha com um universo mais amplo no exame dos conflitos ambientais, no qual a importância dos atores transcende o âmbito judicial. Já que o contexto argumentativo, àquele que é construído socialmente, mediante a percepção dos atores, possui relevância em sua pesquisa.

Por outro lado, seu entendimento a respeito do “sistema de arenas públicas”, parte de uma ideia de disputas argumentativas, baseadas em construções sociais e tendo como base o universo cultural do grupo social, entre os atores sociais dentro das arenas públicas. Esse conceito de sistema de arenas públicas “sugere a saliência dos assuntos que nele circulam” bem como, concebe “a visibilidade das ações e debates a eles associados” (FUKS, 2001, p. 65). De tal modo que é possível identificar: a) as primeiras etapas da ação coletiva; b) e a formação dos argumentos que irão participar da disputa. Arenas nas quais determinados assuntos assumem importância pública, visto que há uma pluralidade de atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, se por um lado há uma ampliação dos atores sociais que incorporam a questão ambiental, isto, em sua visão, não quer dizer que a perspectiva ambiental adotada parta de um desdobramento de um movimento tradicionalmente caracterizado pela defesa ambiental. Porém abrange outros setores que outrora não se identificavam com as bandeiras ambientais.

A perspectiva teórica de Little²⁷ (2001) parte, em sua análise, de um pressuposto de que os conflitos socioambientais são um tipo específico de conflitos que estão em uma crescente importância. Tornando-se assim um campo de estudo e também de ação política. Para tanto, Little (2001) compreende os conflitos

²⁷ Foi professor associado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) até 2010. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB entre 2005-2007. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. É doutor em Antropologia pela UnB (1996) e doutor em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Brasil (1996). Possui graduação em Antropologia - Kalamazoo College (1975), mestrado em Educação - Black Hills State College (1983) Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedades indígenas, povos tradicionais, Amazônia, meio ambiente, conflitos socioambientais e desenvolvimento sustentável. A partir de 2008, colabora com a Iniciativa Andes-Amazônia da Fundação Moore. (Texto informado pelo autor. Disponível em: <[https:// http://lattes.cnpq.br/>](https://lattes.cnpq.br/>)).

socioambientais, assim como os denomina, “como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural” (p. 107). Percebe-se nesse conceito alguns elementos que se destacam nas palavras “disputas”, “grupos sociais” e (relação com o) “meio natural”. O que aponta, segundo o autor, para três dimensões básicas do conceito socioambiental: o mundo biofísico, o mundo humano e a relação interdependente entre esses dois mundos.

O interessante nessa perspectiva é que o aspecto ambiental ganha importância de variável para definir e compreender o conflito socioambiental, por meio do mundo biofísico e seus diversos ciclos naturais. Entretanto, cabe salientar que uma particular importância está na interdependência entre a variável humana com a variável ambiental, o que para o autor traduz-se em uma terceira dimensão, uma espécie de variável composta. Tendo em vista que uma alteração em uma das variáveis, consequentemente, a outra variável será afetada e alterada.

A perspectiva teórica que fundamenta a concepção do que Little vem a denominar como conflito socioambiental, necessitou estabelecer uma tipologia básica destes conflitos, com o objetivo de facilitar seu o exame e sua caracterização. Assim, essa tipologia proposta pelo autor fora assentada em três grandes tipos de conflitos ambientais ou socioambientais na nomenclatura de Little: a) conflitos em torno do controle dos recursos naturais; b) conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural; e, c) conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Conforme destaca o Little (2001) essa tipologia não possui caráter rígido, mas sim como uma diretriz que busca facilitar o estudo sobre os conflitos socioambientais.

Por sua vez, para Little (2001) cada tipologia possui variadas outros subtipos específicos, bem como um conjunto de atores sociais próprios.

A primeira classificação referente aos conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural são subdivididas em três dimensões: a política, a social e a jurídica. Para Little (2001), as matérias provenientes da natureza tornam-se recursos a partir do momento em que um grupo social o define assim, de tal modo a atribuir-lhe um uso específico. O ponto em destaque nessa análise é a compreensão de que os conflitos ligados aos recursos naturais, em geral, têm como aspecto mais marcante as disputas por territórios, de cujos recursos naturais estão contidos.

A dimensão política é expressa por meio das disputas sobre a distribuição dos recursos naturais, nesse subtipo os recursos naturais que possuem uma distribuição geográfica, independente da ação humana, evidenciam a dimensão política ser operada quando é necessária a tomada de decisão de como esses recursos serão distribuídos socialmente.

A dimensão social destes conflitos é expressa por meio das disputas sobre o acesso aos recursos naturais, nessa perspectiva a disputa centra-se na exploração dos recursos naturais, isto é, o conflito surge em torno da reivindicação entre grupos sociais pelo acesso aos recursos naturais.

A dimensão jurídica destes conflitos é expressa por meio das disputas do controle formal sobre os recursos, esse subtipo específico de conflito está presente disputas institucionais entre órgão ligados ao Estado e entre grupos sociais em torno do controle legal sobre os recursos. Muitas vezes apresentados em forma de conflitos institucionais de competência entre IBAMA e FUNAI, ou entre cientistas e comunidades tradicionais, em torno de patentes de materiais coletados nessas comunidades (LITTLE, 2001).

A segunda classificação, no tocante aos conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural, são oriundos dos efeitos negativos ao funcionamento da natureza e, também, aos seres humanos que tem origem pela intervenção humana na natureza. (LITTLE, 2001). De modo que, em muitos casos os grupos que obtêm benefícios por essa intervenção, não são os que sofrem os impactos negativos diretos, gerando uma injustiça na distribuição desses impactos. O autor apresenta três subtipos de geração de impactos negativos: “contaminação do meio ambiente, esgotamento aos recursos naturais e degradação dos ecossistemas” (LITTLE, 2001, p. 111).

Dessa forma, na tipologia de Little no que diz respeito ao subtipo referente à contaminação do meio ambiente, entende que geram impactos negativos diferenciados às populações de um mesmo ambiente atingido. Outro subtipo, relativo ao esgotamento dos recursos naturais, da mesma forma, os grupos sociais atingidos sofrem de modo diferenciados os impactos oriundos da espoliação de recursos naturais, que levam a seu prematuro esgotamento. Cabe aqui fazer uma consideração em que consiste no tocante a esse subtipo a exploração e utilização dos ditos “recursos naturais” ela é exponencialmente maior em relação à capacidade da natureza de sua maturação recomposição. Por sua vez a diminuição da

biodiversidade gera impactos tanto para as gerações presentes, quanto às gerações que virão, o que torna difícil mensurar a profundidade do impacto. Por fim, Little apresenta o terceiro subtipo pertencente a essa categoria, o da degradação dos ecossistemas. Aqui observa-se o intuito do autor em colocar esse subtipo para fomentar a análise dos impactos dentro de um sistema natural, o ecossistema. Este por sua vez são os conjuntos formados pelas comunidades (fatores bióticos) que vivem e interagem em dada região e sofrem influência dos fatores bióticos (água, gases atmosféricos, sais minerais, etc.).

A terceira classificação proposta por Little (2001) é a dos conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais, os quais o autor os divide em três categorias. A primeira referente aos conflitos em torno de percepções de risco, devido ao grande desenvolvimento técnico-científico que acelerou a implementação, cada vez maior de novas tecnologias, em busca de uma produtividade cada vez maior, sob a égide de uma sociedade de consumo. Nesse diapasão, os riscos inerentes a esse avanço tecnológico, tornam-se imensuráveis e incertos. A incerteza de impactos negativos provenientes a essas atividades constitui-se como elemento central desses conflitos. O conflito a partir dessa categoria analítica foca-se nas diferentes percepções acerca do risco ambiental entre os diversos grupos sociais e a sua aceitabilidade.

A segunda categoria é referente aos conflitos sobre o controle formal dos conhecimentos ambientais. Segundo depreende-se, essa categoria de conflitos é fruto das disputas em torno da propriedade de conhecimentos tradicionais, pois a questão que se coloca é quem é o dono desses conhecimentos. Muitas vezes conflitos dessa natureza são travados entre grupos sociais, representados pelas comunidades tradicionais, pelos cientistas, ou pelas empresas que buscam patentear esses conhecimentos.

O terceiro subtipo é o que diz respeito aos conflitos em torno dos lugares sagrados. Os conflitos dessa ordem estão adstritos às disputas territoriais entre: comunidades tradicionais “que orientam sua cosmovisão, seus rituais e práticas ambientais” (LITTLE, 2001, p. 114) a determinados lugares, os quais muitas vezes guardam relação ao mito de origem do grupo; e, outros grupos sociais que buscam explorar os recursos naturais localizados no território onde se encontra esses lugares sagrados.

Um ponto importante na perspectiva teórica de Little (2001) sobre o conflito é, justamente, o estudo de sua resolução. O antropólogo compreende que a resolução

do conflito é uma tarefa difícil e muito complexa, levando em consideração a diversidade de causas que o originam. Para Little uma resolução satisfatória seria aquela que eliminasse as causas originárias, de tal modo que as divergências entre as partes sejam solucionadas “pacífica, voluntária e consensualmente” (LITTLE, 2001, p. 119). Percebe-se aí uma nuance do autor, referente à resolução de conflito, a qual será analisada mais adiante.

Desse modo, São estabelecidos (LITTLE, 2001, p. 119) cinco categorias elementares de análise ao tratamento dos “conflitos socioambientais: (1) confrontação, (2) repressão, (3) manipulação política, (4) negociação/mediação e (5) diálogo/cooperação”.

O antropólogo Little (2006) trouxe contribuições importantes ao estudo dos conflitos socioambientais ao desenvolver uma metodologia etnográfica a esses estudos, levando em consideração a peculiaridade da complexidade dessas relações conflitivas. Assim, esse autor vem se constituindo em uma das principais referências na produção científica brasileira à análise dos conflitos socioambientais.

Em texto mais recente, Little (2006), busca desenvolver um guia teórico e metodológico a fim de analisar um novo campo que a antropologia passa a examinar que é a ecologia política, por meio de uma metodologia etnográfica, o que deriva em um subcampo de estudo denominado “etnografia dos conflitos socioambientais”. Nesse escopo de análise é importante destacar que a perspectiva do paradigma ecológico defendido pelo autor é a de uma síntese transdisciplinar entre as ciências da natureza e as ciências da sociedade. A partir desse postulado é que Little (2006) oferece outros elementos à análise dos conflitos socioambientais (conforme é a denominação do autor), os quais passa-se a analisar.

Segundo Little (2006, p. 86) a ecologia política “é fruto de um diálogo intenso entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais”. O ponto importante a ser ressaltado no entendimento do autor é, o de que sua visão sobre a transdisciplinariedade parte da premissa de que ela não elimina a disciplinariedade e suas respectivas peculiaridades. Ao contrário, entende que esse diálogo entre as disciplinas nesse espaço, por elas frequentado, denominado ecologia política, pode realçá-las. Já que para Little (2006, p. 86) cada recorte disciplinar busca empregar “seus conceitos e técnicas dentro do campo da ecologia política na procura de iluminar diferentes aspectos das relações ecológicas

frente a novas realidades”. Desse modo, na justificativa do autor, embora o tema seja de competência transdisciplinar em uma perspectiva da complexidade de múltiplos fatores, compreende que cada ciência em particular terá em determinados aspectos as prioridades no exame das relações ecológicas. Assim como, um exame próprio dentro do exame dos conflitos socioambientais.

O viés de abordagem dos conflitos socioambientais guarda referência, como salientado antes, na ecologia política, esta, por sua vez oriunda do paradigma ecológico. Esse paradigma tem seus marcos históricos no século XX, decorrente de uma subdisciplinarização da biologia por meio da ecologia natural. É nesse ponto que Little (2006) busca fazer uma distinção, mesmo que subdisciplinarmente, das diferentes ramificações do paradigma ecológico natural ao humano, perpassando a ecologia cultural, a etnoecologia, a ecologia neofuncionalista, a ecologia humana (propriamente dita), a ecologia processual, a ecologia espiritual até chegar à ecologia política:

A partir da década de 1930, funda-se a “ecologia humana”, que aplica os métodos da ecologia natural para as sociedades humanas (Hawley, 1950). Nessa mesma época, o antropólogo Julian Steward começa a analisar as dimensões culturais das adaptações ecológicas de grupos indígenas (Steward, 1938) para posteriormente codificar essa linha de pesquisa no campo da “ecologia cultural” (Steward, 1955). A ecologia cultural produziu várias ramificações dentro da antropologia, nas quais se destacam a etnoecologia (Conklin, 1954), a ecologia neofuncionalista (Rappaport, 1968), a ecologia humana (Moran, 1990), a ecologia processual (Bennett, 1993), a ecologia espiritual (Kinsley, 1995) e, o que é nosso interesse principal aqui, a ecologia política (Schmink; Wood, 1987). (LITTLE, 2006, p. 86-87).

Little (2006, p. 88), ao compreender a ecologia enquanto um escopo de análise complexo, a qual é permeada pelas mais variadas perspectivas áreas do conhecimento, de modo a incorporar conceitos, métodos e enfoques das mais diversas disciplinas. Isso leva o autor a compreender que essa ecologia política, conforme vislumbra, tem contribuições de áreas como a antropologia, a ecologia humana, a geografia, a medicina, a economia política, a botânica e a história. Desse modo, a ecologia política, base para compreender os estudos ambientais de Little (2001; 2006), tem como cerne de pesquisa problemas expressos mediante “múltiplas esferas de interação, cada uma das quais tem suas próprias regras e normas de funcionamento” (LITTLE, 2006, p. 90). Essas variadas formas de interação levam o autor a entender que uma abordagem transdisciplinar seria mais apropriada ao exame da ecologia política.

E, como antropólogo, ele entende que a antropologia foca atenção “na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais (...) e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação” (LITTLE, 2006, p. 88). É nesse contexto que as relações de práticas ambientais conflitantes, entre os diferentes grupos sociais, ganham destaque para o estudo dos conflitos socioambientais, na qualidade de tema central à ecologia política. De tal sorte que a análise dos conflitos não fica limitada a uma variável como, por exemplo a quantidade de recursos naturais. A perspectiva de Little (2001; 2006) busca ultrapassar a fronteira entre natureza (o mundo biofísico) e cultura (mundo social).

Como evidenciado no capítulo anterior a separação epistemológica e institucional entre as ciências da natureza e as ciências sociais tem acompanhado o rumo da história da ciência. Contudo, foi evidenciado a busca da sociologia do conhecimento científico de incorporar as influências externas ao “objeto”, as quais influenciam a produção de conhecimento. Assim, considerando, por exemplo, fatores sociais na busca de conhecimentos como o da própria matemática. Por sua vez, tem se vislumbrado a busca, principalmente, por aqueles ligados às pesquisas ecológicas, de incorporar a influência do mundo biofísico no mundo social, de modo a ser uma variável com autonomia na análise ambiental.

Para Little (2006), a etnografia multiator é uma nova proposta metodológica que busca se diferenciar da etnografia tradicional, pois seu objeto de análise são os conflitos socioambientais e as várias de interações sociais e naturais inerentes aos conflitos e que os fundamentam. Um ponto importante à caracterização dessa metodologia é a pluralidade de grupos sociais estudados simultaneamente. Outro aspecto guarda relevância no tocante à delimitação geográfica, pois raramente há uma limitação geográfica ao grupo social local, tendo em vista a pluralidade de grupos estudados e os diversos níveis de articulação social desses grupos. E, por fim (LITTLE, 2006), na etnografia dos conflitos socioambientais, a variável biofísica (natureza) permeia todos os temas desenvolvidos na etnografia, interagindo diretamente sobre a variável mundo social (cultura), e essa interação forma uma terceira dimensão a da relação interdependente entre esses dois mundos (natureza e cultura).

Já Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) trazem uma contribuição aos estudos sobre os conflitos ambientais, no tocante a uma reflexão teórica e crítica acerca do

conceito de desenvolvimento sustentável adotado nas últimas duas décadas, no livro *A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Os trabalhos desenvolvidos são fruto de pesquisas do GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, cujo método de abordagem é permeado por uma perspectiva política. O que os leva ao entendimento de que as questões ambientais não devam ser compreendidas enquanto um fator de entrave externo ao desenvolvimento, já que o meio ambiente é transpassado por conflitos sociais. Esses conflitos são reflexos das contradições no interior do modelo de desenvolvimento, modelo esse cujo perfil é objeto de disputas políticas e sociais.

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) apontam na introdução de sua obra, a partir do governo Lula, ocorreu um enorme incremento das políticas públicas de infraestrutura no Brasil, com o foco no crescimento do mercado interno. Essas políticas públicas sustentaram-se na égide de um discurso marcado pela lógica consensualista, a qual visa um desenvolvimento dito sustentável como lema de unidade. Nesse sentido, Zhour, Laschefski e Pereira (2005) entendem que no debate acerca da sustentabilidade, “a idéia de uma conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave” (p.12). A crítica feita pelos autores é tocante à convicção de que os conflitos e tensões entre os distintos segmentos sociais possam ser resolvidos através de uma gestão que busque o diálogo entre os diversos atores sociais rumo a um consenso.

Nessa perspectiva de crescimento econômico e estímulo à exportação industrial, os problemas ambientais e sociais são percebidos enquanto um problema de técnica administrativa, segundo a qual pode ser facilmente mitigada, por meio de medidas compensatórias. Assim, os efeitos negativos, isto é não-sustentáveis do desenvolvimento podem ser solucionados por medidas relacionadas ao avanço de novas tecnologias e às racionalidades de planejamento (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA, 2005). A concepção de desenvolvimento sustentável aqui esboçada é aquela em que meio ambiente e sociedade se adequam ao crescimento econômico. Já que os problemas podem ser precificadas, ou vistas como externalidades a serem dirimidas.

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) têm um posicionamento diferenciado a essa abordagem que concebe o meio ambiente enquanto uma realidade objetiva. Isso porque entendem que as dimensões sociais e políticas da sociedade não podem estar dissociadas da questão ambiental. Em virtude disso, os conflitos ambientais inerentes às contradições sociais, políticas e culturais, processuais de

apropriação do território, não podem ser adequadamente resolvidos por tentativas de soluções técnicas e de gestão de conflitos, posto compreender um fenômeno que ultrapassa os limites da resposta economicista.

Diante do exposto pelos autores, observa-se a assertiva de que existem vários projetos de sociedade, cada um com sua perspectiva de sustentabilidade. Porém essas múltiplas concepções, “esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas” (Zhourí; Laschefski; Pereira, 2005, p.12).

Os autores ligados ao GESTA²⁸ procuram fazer uma reflexão crítica a respeito do processo de institucionalização ambiental por meio da incorporação ambiental, por um viés compatível ao regime econômico, o qual fornece o modelo das noções e conceitos de desenvolvimento sustentável. Destarte, é realizada uma análise criteriosa cuja passagem de uma ecologia política para um ambientalismo de resultado constitui-se em um dos pilares da hegemonia da perspectiva economicista sobre a perspectiva ambientalista.

Mais recentemente, os trabalhos de Zhourí e Laschefski (2010; 2013) também procuraram estabelecer tipologias dos conflitos ambientais. Partiram de uma visão que o conflito tem como características a diversidade e a heterogeneidade dos atores, bem como alicerçado nas diferentes formas de pensar o mundo e projetar o futuro. Para esses autores o estudo dos conflitos questiona o modelo do desenvolvimento econômico, bem como os fundamentos da produção do conhecimento acadêmico na atualidade. Suas reflexões vão no sentido de um posicionamento crítico ao chamado paradigma da Modernização Ecológica, orientador dos discursos, debates e ações hegemônicas no campo de produção do conhecimento ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; 2013).

Assim, a partir de trabalhos empíricos, buscam identificar características dos conflitos ambientais, de modo a estabelecerem uma tipologia organizada da seguinte forma: conflitos ambientais distributivos, conflitos ambientais territoriais e conflitos ambientais espaciais. Por meio desses conflitos são explicitadas as contradições espaciais e das relações sociais no tocante as práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material.

²⁸ Para fins dessa dissertação é realizada a análise dos seguintes autores do GESTA: Andréa Zhourí; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira.

Os conflitos ambientais distributivos são àqueles que “indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18). A abordagem dos autores sobre esses conflitos expõe um exame crítico ao modelo capitalista, bem como seu consequente modelo de industrialização que causa uma desproporcional concentração no acesso e uso dos recursos por uma minoria.

Os conflitos ambientais espaciais que abarcam “aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18). A característica predominante desses conflitos é que eles não ficam circunscritos a uma territorialidade geográfico-política pré-determinada, tendo em vista que os impactos ambientais negativos causadores dos conflitos são deslocalizados em relação ao grupo social que sofre o impacto. Como por exemplo pode-se citar: a poluição atmosférica, a poluição hídrica, a chuva ácida, etc.

Os conflitos ambientais territoriais são aqueles que “marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (...)” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Esses conflitos têm origem nas diferentes formas de apropriação (técnica, social e cultural) do mundo material dos diferentes grupos sociais sobre um determinado território. Muitas vezes os conflitos dessa ordem quando há um choque entre os modos de apropriação do espaço sobre determinados territórios. Como, por exemplo os existentes os empreendimentos hidrelétricos e os grupos sociais atingidos diretamente pelos impactos. De modo que em prol do desenvolvimento há o deslocamento ou a remoção do grupo social que depende do território para a produção e reprodução que garante a sua subsistência. Assim, há uma desterritorialização, originando, muitas vezes, crise identitária em comunidades tradicionais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Essa classificação tipológica dos conflitos pode possibilitar aprofundar as análises das lutas sociais, suas causas subterrâneas, para então, permitir uma possibilidade real de solução ou conciliação. A dinâmica desses conflitos, nessa perspectiva está ancorada em uma relação dialética entre as diferentes formas de conflitos. De tal sorte que pode ocorrer a coexistência de diferentes tipos de conflitos

ambientais, ou até, um conflito que se inicia sob uma tipologia gerar consequências fundantes de outro tipo de conflito.

Para Barbanti Jr²⁹ (2002)³⁰ o debate teórico na sociologia e na economia política em torno dos conflitos estava até recentemente, se restringia a dois grandes grupos: de um lado o da escola do conflito e de outro o da escola do consenso. Dessa forma, o autor traz as contribuições de Lipset, o qual entende que o primeiro grupo contemplaria, seria composto por autores de perspectiva marxista e neomarxista, por outro lado, o segundo grupo de autores seria proveniente de escolas funcionalistas e de teorias de sistemas.

Com base nessa reflexão acerca das perspectivas teóricas do conflito e do consenso, Barbanti Jr (2002), assinala que a análise marxista foi predominante no exame dos conflitos sociais pelas ciências humanas e sociais, até a segunda metade dos anos 80. Posteriormente a esse período, as perspectivas teóricas de análise dos conflitos sociais tiveram ênfase nos enfoques de consenso. Também é percebido pelo autor a incorporação do discurso ambiental pelo “*establihment* político e empresarial capitalista” (BARBANTI JR 2002). O que denota a preocupação desses setores com a possibilidade de aniquilação ambiental, tendo em vista que, com a destruição ambiental, a reprodução do capital torna-se comprometida. Contudo, é importante destacar que para o autor, na prática, essa incorporação ambiental pela lógica econômica é parcial, tendo em vista que a

²⁹ Possui mais de 20 anos de experiência em gestão ambiental, com ênfase em aspectos sociais relacionados ao uso e à conservação dos recursos naturais, tendo realizado trabalhos em instituições de ensino superior, em órgãos ambientais federais, e no setor privado. Possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Fundação Cásper Líbero (1983), mestrado em Social Development Planning and Management - University of Wales, College of Swansea (1994) e doutorado em Social Policy and Administration - London School of Economics and Political Science (1999). Foi editor-assistente da Folha de S. Paulo, onde escreveu extensivamente sobre questões ambientais e indígenas. Entre 2001 e 2003 foi professor-visitante no departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e realizou viagens de estudos à University of Colorado, Boulder, para se aprofundar em teorias de Conflict Resolution. Entre 2003 e 2008 foi professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ministrando aulas nos cursos de graduação e mestrado em Relações Internacionais, tendo sido nessa mesma instituição, também, Secretário de Relações Internacionais, responsável por intercâmbios acadêmicos em toda a universidade. Atualmente é professor-colaborador do programa de especialização em Relações Internacionais da PUC Minas, e realiza assessoria para o governo federal, entidades de direito privado e organizações internacionais nas áreas de análise e gestão de conflitos, monitoramento e avaliação de projetos e de políticas públicas, desenvolvimento institucional, e desenho e implementação de cursos de capacitação e de extensão universitária. (Texto informado pelo autor. Disponível em: <[https:// lattes.cnpq.br/>](https://lattes.cnpq.br/>)>).

³⁰ Trabalho publicado nos anais do I Encontro Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.

degradação ambiental é concebida enquanto uma externalidade aos custos econômicos. Outros valores ambientais que não podem ser contabilizados, isto é, são incalculáveis acabam passando ao largo da análise econômica.

Barbanti Jr (2002), após ultrapassar a discussão sobre análise clássica dos conflitos sociais (enfoques do conflito e do consenso), busca proporcionar uma visão geral de quatro principais campos teóricos que hodiernamente alicerçam os estudos sobre os conflitos. De tal modo que cada campo teórico não seja estanque para poder ser combinadas as interpretações de conflito, já que o conflito social relacionado ao uso dos recursos naturais tem caráter interdisciplinar. O primeiro campo teórico é o relacionado as teorias com foco nas características do indivíduo

O primeiro ponto que merece ser destacado é o atinente ao objeto de investigação nesse campo, cujas “as características individuais do ser humano e suas influências em um processo de negociação de conflito” assume proeminência analítica. Retirasse desse postulado dois elementos importantes: um referente a dimensão da personalidade do indivíduo e, um segundo relacionado a um processo de negociação de conflitos.

Depreende-se que esse campo de análise dos conflitos tem nas características individuais um elemento fundante para compreender de qual maneira esse indivíduo responderá no processo de negociação. Logo componentes relacionados a dimensão da personalidade ganham protagonismo no exame dos conflitos sociais. Esse campo tem origens em teorias ligadas à psicologia. No entendimento de Barbanti Jr (2002) existem quatro principais teorias “psicanálise freudiana, teoria das necessidades, teoria do aprendizado social, e teoria da interação pessoa-situação” (Barbanti Jr, 2002, p.12). Também outras dimensões relacionadas ao ambiente no qual o conflito ocorre são importantes para os estudos nesse campo. Como a confiança, o preconceito e a comunicação entre os indivíduos envolvidos em um contexto de negociação, sendo que esses elementos podem causar entraves ou até mesmo processo.

Já como segundo campo elencado pelo autor tem-se o foco em processos racionais/matemáticos. Esse campo analítico tem como contribuições um compêndio teórico conhecido como teorias formais nas quais a matemática é um pilar fundamental para essa construção. Pois fornece subsídios instrumentais como fórmulas matemáticas ou fórmulas econométricas. Utilizam-se conceitos chaves como variáveis; faz-se suposições argumentativas sobre esses conceitos, sobre a

relação desses conceitos; e cria-se uma equação matemática para exprimir as ideias. Uma teoria que se destaca informada por esse campo é a teoria dos jogos. Na qual a estratégia é peça chave para a resolução de conflitos. Já que necessita-se de simulações para desvendar quais as regularidades presentes em determinadas batalhas travadas. Essa teoria se aplica muito a resolução de conflitos internacionais, no qual o ambiente institucional já é previamente definido com as regras do “jogo”.

Tem-se ainda o campo com enfoque em processos estruturantes, tendo como características os elementos que influenciam a organização da sociedade, por essa perspectiva a estrutura social condiciona a ação social dos indivíduos e da coletividade, já que toda a ação social está intrinsecamente ligada a uma estrutura social. Deste modo a divisão social entre grupos é compreendida como a razão primeira da luta social, isto é, dos conflitos sociais. Pois, essa divisão está assentada bases das desigualdades estruturais presentes na sociedade capitalista.

Por último apresenta-se o campo de análise relativo aos processos sociais que possui como elemento caracterizador a natureza processual do conflito. Processo esse, cujos elementos de características individuais e elementos de características estruturantes devem ser examinados mediante sua correlação com as partes de um conflito, segundo Barbanti Jr (2002) essas teorias apresentam uma análise funcionalista ou de sistema para sua fundamentação argumentativa, o que demonstra aproximação com perspectivas liberais. Geralmente, esse tipo de teoria tem sido utilizada pela corrente acadêmica e científica que defende a perspectiva analítica orientada pela busca de consenso, já que o conflito está presente entre as partes de modo a ocultar fatores sociais, econômicos e políticos. Sob a égide do conceito de resolução de conflitos, compreende-se por esse campo analítico que os “elementos” em desarmonia (as partes), “pinçados” da realidade objetiva e estruturante. De tal modo que o motivo reside nessa desarmonia a qual deverá ser equacionada por meio de uma composição entre as partes envolvidas.

Barbanti Jr (2002) faz um esforço teórico para entender os conflitos ambientais a partir de categorias sociológicas que estabelece para compreender os conflitos sociais. Tendo em vista que entende que a classificação de conflitos em ambientais ou socioambientais não contribui para uma interpretação adequada de todas as dimensões envolvidas em um conflito social. Assim, apresenta as principais linhas que contribuem para a interpretação interdisciplinar dos conflitos

(sociais) em quatro grandes campos teóricos: teorias com foco nas características do indivíduo; com foco em processos racional-matemáticos; em processos estruturantes; e em processos sociais. O que por sua vez nos evidencia sua preocupação para a compreensão interdisciplinar dos conflitos e para a contribuição na discussão sobre os conflitos, seja eles ambientais ou não. Mas essa análise serviria, também, para ser aplicada aos conflitos ambientais, pois os conflitos ambientais seriam uma das especialidades dos conflitos sociais.

Leite Lopes³¹ (2004; 2006) estabelece a grande importância que as questões ambientais têm alçado nas dinâmicas sociais. Sua grande contribuição está alicerçada em sua sustentação de haver uma grande tendência de “ambientalização” dos conflitos, oriunda de um processo histórico de construção de recentes fenômenos de internalização individual e social da questão ambiental. Desse modo, destaca importância em suas investigações para esse processo de incorporação e naturalização dessa nova questão pública, a ambiental, por meio da “ambientalização” dos conflitos que outrora eram compreendidos enquanto sociais.

Ao examinar a terminologia desse processo que Leite Lopes (2004; 2006) denomina por “ambientalização”, percebe-se que a expressão traz a ideia de movimento, de um tornar-se, de um vir a ser ambiental, o que, até então, não era e passa também incorporar essa dimensão. No caso em tela, o que torna-se ambiental é o conflito social, o qual vai interiorizando diversos aspectos da questão pública ambiental. Segundo Leite Lopes (2004), nos últimos 30 anos configurou-se um cenário onde uma nova questão pública começou a ganhar destaque, àquela atinente à questão da preservação ambiental. Desse modo, fez-se necessário utilizar uma terminologia para “designar novos fenômenos ou novas percepções de

³¹ Antropólogo, Professor Titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Fez pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (1988-1990). É professor do Museu Nacional-UFRJ desde 1978. Foi professor visitante na Universidade Federal de Pernambuco (2002-2005). Tem experiência na área de Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia do trabalho e dos trabalhadores, meio ambiente e conflitos sociais, história social das ciências sociais relacionadas ao trabalho e antropologia do esporte. (Texto informado pelo autor. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>).

fenômenos”, assim foi criado o neologismo “ambientalização”. (LEITE LOPES, 2004, p. 17).

A pesquisa que ensejou na criação desse novo conceito teve sua origem a partir de estudos de antropologia industrial “na área da “participação da população” (ou, segundo sua expressão norte-americana, o “envolvimento”) no controle da poluição industrial” (LEITE LOPES, 2004, p. 18).

O interessante a ser destacado é no tocante ao rumo de sua pesquisa, a qual inicialmente já inseria-se na seara ambiental, sob um enfoque antropológico e sociológico, com interesse de observar “alguns grupos de trabalhadores sob a ótica da poluição industrial e dos seus efeitos, assim como as populações residindo em proximidade a instalações fabris” (LEITE LOPES, 2004, p. 18).

Contudo o próprio autor já observava o deslocamento rumo a viabilidade “de estudo das formas participativas de gestão local e extralocal, modalidades estas que adquiriam um estatuto de forma nova e modelar de administração por parte de instituições internacionais (...) e nacionais” (LEITE LOPES, 2004, p. 18). Percebe-se na, assim, uma nova dimensão a pesquisa que ultrapassa os efeitos da poluição em determinada população, para ganhar também espaço as pesquisas as formas participativas e os temas de mobilização social e de que forma essas temáticas mudavam.

Nesse contexto, a ambientalização dos conflitos sociais está associada a edificação de uma nova questão pública e social que passa a ser incorporada tanto no Estado quanto no comportamento das pessoas, por meio de um processo de transformação. Processo esse que para Leite Lopes (2004) tem em cinco fatores, segundo os quais oferecem alicerce para a ambientalização dos conflitos sociais.

“Tais fatores seriam: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2004, p. 19).

O primeiro ponto é concernente ao crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX, no qual Leite Lopes (2004) destaca a constituição e consolidação de uma série de instituições que favorecem sua visibilidade. Dentro da arguição de Leite Lopes (2004) sobre os

elementos histórico-institucionais que contribuíram para esse processo de ambientalização, pode-se destacar como marco inicial para esse desencadeamento a conferência da ONU sobre meio ambiente de Estocolmo em 1972.

No Brasil, conforme aponta o autor, no ano seguinte, 1973, foi criada secretaria do meio ambiente, subordinada ao Ministério do Interior. Novas instituições de controle ambiental começam a serem criadas. Em 1974 é criada a Cetesb em São Paulo e, em 1975, a Feema no Rio de Janeiro. Em decorrência da existência dessas instituições, é criada a figura do licenciamento ambiental “para atividades industriais, obras de construção civil, serviços, que possam causar ‘impactos’ sobre a natureza, o patrimônio urbano ou a saúde pública” (LEITE LOPES, 2004, p. 20).

Com o processo de incorporação institucional e social da questão ambiental, a normatização ambiental entra em voga, principalmente o referente aos impactos negativos das atividades. Isso pode ser exemplificado no *Manual do Meio Ambiente* publicado em 1979 pelo estado de São Paulo. O arcabouço jurídico que passa a ser criado é um dos elementos constituintes da institucionalização do meio ambiente.

Por sua vez, o trabalho de construção institucional ambiental “está permeado por conflitos sociais (entre diferentes grupos sociais desiguais relativamente aos meios e aos efeitos de poluição; e entre diferentes grupos militantes ou técnico-administrativos)” (LEITE LOPES, 2004, p. 20). O conflito social entre grupos sociais manifesta-se, principalmente entre entidades industriais e ecológicas. Porém, levando em consideração a expansão dos movimentos sociais ecológicos e da burocracia estatal identificada com a causa ecológica, houveram tensão e pressão em prol da constituição órgãos de controle ambiental. Por outro lado, o existia também uma pressão do setor desenvolvimentista em sentido oposto, na busca de um lucro de curto prazo e maior, não favorável a um maior rigor na regulação ambiental.

Outro marco legal importante para institucionalização ambiental foi a sanção da lei que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, a qual criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) composto pelos órgãos e entidades da União, dos estados (e Distrito Federal) e dos municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. Entre os órgãos ambientais tinha-se: a secretária do meio ambiente (Sema), na época ligada à presidência da República; o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Em 1985, é criado um instrumento processual para a responsabilização por danos, entre outros, os causados ao meio ambiente: a lei de Ação Civil Pública, na qual associações de direito privado, Ongs e Ministério Público tem legitimidade ativa para sua propositura. E, por fim, Leite Lopes (2004), aponta outra norma que complementaria esse processo de institucionalização ambiental: a Constituição da República de 1998, a qual previu, no art. 225, um capítulo específico para assegurar a proteção constitucional ao meio ambiente.

Um segundo fator no processo da institucionalização ambiental, para Leite Lopes (2004), são os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas. O principal ponto argumentado está no processo histórico de deslocamento do conflito localizado no interior da fábrica – em razão de questões trabalhistas como melhorias salariais e de condições de trabalho – para um conflito da cidade contra a fábrica, em virtude dos impactos ambientais negativos, provenientes da poluição industrial. Por conseguinte, percebe-se nessa situação uma incorporação e interiorização de novas práticas pelo sindicato, nas quais a poluição industrial torna-se visível na cidade. A ambientalização desses conflitos sociais locais têm na cidade seu espaço social, o que provoca a interiorização de direitos e argumentos ambientais.

O terceiro fator aventado por Leite Lopes (2004) é o pertinente à educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva. A ambientalização enquanto um processo de interiorização e incorporação de novas práticas e comportamentos ocorre pelo que Leite Lopes (2004) denomina de “educação ambiental” (entre aspas). Pois, tanto pode ser uma atividade ligada à educação formal (escolar) ou informal (paraescolar), como uma atividade de difusão de comportamentos pelos meios de comunicação em massa.

Assim, a compreensão do autor é a de que a educação ambiental é uma ferramenta que fornece “códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos tais como o uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre a lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo” (LEITE LOPES, 2004, p. 27). Por um lado há um conjunto de informações sobre o mundo natural, contudo uma educação ambiental, considerada conservadora³², enfatiza uma educação comportamentalista, a qual prioriza a interiorização e naturalização de determinados

³² Se contrapõe à educação ambiental conservadora àquela chamada de educação ambiental crítica.

comportamentos na vida cotidiana. Para Leite Lopes (2004) “educação ambiental parece comportar esses aspectos de manual de auto-ajuda pública através da conduta individual” (LEITE LOPES, 2004, p. 27). De modo que o seu entendimento apresenta uma visão sobre como uma educação ambiental pode assumir papel de normatizar e naturalizar determinados comportamentos como ambientalmente correto ou não. Tanto no âmbito individual quanto no âmbito coletivo, estimulado principalmente pelos meios de comunicação em massa que também incorporam uma perspectiva do discurso ambiental.

A participação é outra questão compreendida por Leite Lopes (2004) como um dos fatores que alicerçam a ambientalização dos conflitos sociais. De modo que o envolvimento dos cidadãos em questões relativas às políticas públicas ambientais é mais um componente de internalização da temática ambiental nas lutas sociais. Já que essa participação torna-se instrumento de pressão social à efetividade dessas políticas públicas.

A consolidação da participação tem no processo de redemocratização um período que favoreceu a eclosão dos movimentos sociais e a participação popular. Uma nova perspectiva democrática não só representativa mais, também, participativa. Tanto é assim que a Constituição Federal de 1998, garantiu vários instrumentos de participação direta da população, como por exemplo, a lei de iniciativa popular, o plebiscito, o referendo e a criação de conselhos municipais.

Por fim, outro fator que promoveu o processo de ambientalização foi o referente à questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos como na área jurídica, nas escolas, nas empresas e na sociedade civil.

Na área jurídica, segundo Leite Lopes (2004), houve um incremento, com subsequente crescimento do direito ambiental. No âmbito do direito material o aumento da legislação de proteção ambiental tem, paulatinamente, constituído um arcabouço jurídico na direção da proteção ambiental. A Constituição Federal, como salientado antes, foi um anúncio da inscrição no principal mandamento jurídico da tutela ao meio ambiente. Na seara processual, a Lei de Ação Civil Pública tornou-se importante instrumento na defesa ambiental. Pois possibilita, tanto ao Ministério Público, quanto às Organizações Não Governamentais e associação de direito privado (desde que vinculadas à temática ambiental) legitimidade ativa para propor a ação.

Nas escolas, com o advento da Lei 9.795/99 que dispôs sobre a educação ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental formal dentro das escolas, passou a ser concebida como um tema transversal. Decorreu disso que a educação ambiental transpassa todas as demais disciplinas.

Outra fonte de legitimada guarda referência nas empresas, as quais, em alguns casos, incorporaram, além do discurso ambiental, uma auto-regulamentação ambiental com objetivo de obter maior eficiência produtiva, além de obter legitimidade mercadológica e social (LEITE LOPES, 2004). Um exemplo a ser destacado é o atinente aos selos de qualidade ambiental, os quais são percebidos como símbolo de valorização ambiental. O que pode resultar em um valor agregado à imagem da empresa.

Uma outra abordagem em destaque no cenário da produção do conhecimento sobre os conflitos ambientais, com proximidade ao constituído pela Ecologia Política, é a de Acselrad³³ (2004). Dentre seus trabalhos, tem obtido importância seu foco em identificar e espacializar os conflitos mediante a elaboração de mapas e observatórios de conflitos “socioambientais”.

Acselrad (2004) desenvolve uma crítica à compreensão da “crise ambiental”, tratada do ponto de vista “quantitativo” e analisada a partir da desproporção entre o crescimento da população e a quantidade de território ou, entre o aumento do crescimento econômico e a escassez/diminuição dos recursos naturais, ou seja, o debate gira em torno de uma ideia da objetividade dessa crise. Isso se deve por seu argumento de que “(...) uma propensão ao objetivismo tende a desconsiderar o processo social de construção de ‘crise ambiental’, fetichizando o mundo material, tido como relativamente descolado das dinâmicas da sociedade e da cultura” (ACSELRAD, 2004, p. 13).

Assim, o autor aponta que o conflito ambiental proveniente da iminente “crise ambiental” passa a ser compreendida não só no tocante à problemática de escassez

³³ Henri Acselrad possui mestrado em Economia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Planejamento, Econ. Pública e Org. do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é Professor Associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvimento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social. (Texto informado pelo autor. Disponível em: <<https://http://lattes.cnpq.br/>>>).

e as estratégias para diagnosticá-la e prevení-las; mas também compreendendo o meio ambiente socialmente construído, eivado de um viés simbólico cuja significação do mundo material é originário da diversidade sociocultural.

Partindo da ideia de que as sociedades fundam sua existência nas relações sociais que lhe são típicas, em um espaço social, bem como nas formas de apropriação do mundo material, Acseirad (2004) aponta três tipos de práticas que podem ser distinguidas na fronteira entre o mundo social e o mundo material: a) práticas de apropriação técnica do mundo material; b) práticas de apropriação social do mundo material; e, c) práticas de apropriação cultural do mundo material. Por meio da primeira prática “configuram-se os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica” (ACSEIRAD, 2004, p. 14-15). Pela segunda prática “configuram-se os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou fontes, fluxos e estoques de recursos naturais” (ACSEIRAD, 2004, p. 15). Por meio da terceira prática é atribuído significado às demais práticas no processo de construção do mundo, “dando-lhes sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepções e representações coletivas diferenciadas” (ACSEIRAD, 2004, p. 15).

Essas práticas se refletem em três formas de apropriação do mundo material: as formas técnicas, as formas sociais e formas culturais. As formas técnicas não representam só uma ação direta no meio biofísico, mas também refletem seu condicionamento pelas formas sociais e culturais, isto é, refletem as opções de sociedade e os modelos culturais predominantes. Desse modo, busca articular três dimensões numa mesma espacialidade para compreender os conflitos ambientais: material (biofísica, tecnológica, etc); social; e, cultural.

A partir da análise desenvolvida acima, Acseirad (2004), realiza uma crítica sobre a ecologia política, desenvolvida nos anos 90, segundo a qual acreditava que o mercado e a tecnologia fossem capazes de resolver “os problemas ambientais” sem levar em consideração as dimensões sociais e culturais inerentes a todos os conflitos ambientais. O que acarretaria, inevitavelmente, em mudanças institucionais da sociedade.

Por isso, para o autor, a apropriação do meio material, não se resume apenas à satisfação de carências e superação de restrições materiais, pois os atores

projetam diversos significados sobre esse meio (ACSELRAD, 2004). Isso se deve ao fato de que as práticas técnicas são ligadas “aos contextos históricos que condicionam, não só os padrões propriamente tecnológicos da ação, mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas” (ACSELRAD, 2004, p.16). Assim, o padrão tecnológico, ou seja, a escolha de qual tecnologia a ser utilizada e o seu respectivo método, passam por escolhas técnicas que, por sua vez, são condicionadas pela estrutura de poder estabelecido. Essas estruturas são orientadas por categorias de percepção dominantes que atribuem o conteúdo de “eficiência”, “capacidade competitiva” e “níveis de produtividade” (ACSELRAD, 2004, p.16). Tais critérios, segundo o autor, legitimam e tonificam a superioridade material e simbólica dos grupos dominantes sobre o conteúdo das categorias ambientais.

Importante salientar o conceito de sustentabilidade para este trabalho, pois, em Acselrad (2004), tem-se nessa categoria, um condutor de uma nova eficiência, constituindo-se em uma categoria inovadora. O conceito estabelecido é portador de legitimidade, assumindo o conteúdo construído pelo grupo dominante. Contudo, esse conceito também pode trazer sentidos extra- econômicos. Tendo em vista que além da disputa da melhor técnica, em seu viés econômico, esse conceito pode agregar categorias como justiça, democratização e diversidade cultural. Nesse sentido, o autor explana como é realizada a articulação dos modos sociais de apropriação do mundo material e suas respectivas formas em dada espacialidade e temporalidade:

Os modos sociais de apropriação do mundo material, dimensão integrante dos chamados “modelos de desenvolvimento”, articulam, portanto, formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas. Tais modelos caracterizam-se pela vigência de determinados “acordos simbióticos” entre práticas espaciais no interior dos quais cada protagonista afigura-se interessado em um certo tipo de “sucesso” do outro, definido segundo suas próprias razões (ACSELRAD, 2004, p.16-17).

Depreende-se que esses “acordos simbióticos” são acordos segundos os quais a existência de um dos protagonistas depende da existência e sua interrelação com o outro. Isso não quer dizer que esses acordos visem a uma harmonização de interesses em prol de um bem maior. Todavia, segundo Acselrad (2004), o rompimento desses acordos na seara conflitiva ambiental, explicitam as

contradições que perpassam os modelos de desenvolvimento no interior do espaço social.

Em decorrência desse entendimento é possível perceber no texto do autor sua ênfase à crítica da visão funcionalista sobre os conflitos, a qual os entendem como um indício de uma patologia da sociedade. Já que entende que a explicitação dos conflitos traz benefícios ao explicar “o modo como se organizam as relações espaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos” (ACSELRAD, 2004, p.17).

Isso evidencia a perspectiva teórica do autor, na qual se coloca contrário aos pressupostos do consensualismo e do autoritarismo ecológicos no exame da questão ambiental. Pois, a partir de um quadro analítico aberto à diversidade sociocultural e às relações conflitivas entre os diversos projetos de apropriação e significação do mundo material, torna-se possível um exame dos conflitos ambientais para além da busca de sua resolução.

No tocante ao campo de pesquisa dos conflitos ambientais, o autor destaca que a área da sociologia que se debruça sobre esse tema encontra dificuldades em caracterizá-lo como objeto científico. Por um lado, o paradigma evolucionista, o qual leva em consideração as formas de adaptação do homem, enquanto uma das espécies ecológicas. De tal forma que as oposições entre o mundo natural e as diferentes formas de adaptações dos atores sociais, mediante suas distintas maneiras culturais, seriam responsáveis pela existência conflitos ambientais.

Entretanto, para Acselrad (2004), ocorre uma redução na forma analítica de examinar as formas de apropriação do mundo material no tocante a respostas adaptativas em relação ao meio natural. Isso porque não permite “captar em sua integralidade o conteúdo político, portador de projetos, presente nos conflitos que tencionam os modos hegemônicos pelos quais se distribuem as distintas formas sociais no espaço” (ACSELRAD, 2004, p.17).

Por outro lado, para Acselrad (2004), o paradigma para analisar os conflitos ambientais ancorado no viés econômico, compreendem conflitos de dois tipos: a) os conflitos por distribuição de externalidade; e b) os conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais, decorrentes da dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos. Por essa perspectiva, os conflitos ambientais são entendidos no sentido de estarem, na fronteira social entre o mercado e não-mercado, tendo em vista que os

espaços sociais onde ocorrem os conflitos escapam à ação do mercado. Desse modo, essa teoria está condicionada a categorias analíticas mercantis.

Outra possibilidade analítica relacionada dos conflitos ambientais é às concepções que os caracterizam pelas diferentes estratégias de apropriação da natureza na era da globalização econômica e ecológica. Segundo a qual tem como fundamento a existência de racionalidades além da lógica de mercado e de direito privado, sendo expressões de tensões em um processo de reprodução de modelo de desenvolvimento.

Outra abordagem é a do “estruturalismo construtivista”, onde há: estruturas objetivas, isto é, as posições no espaço social; estruturas subjetivas que são as categorias vigentes de construção do mundo. Essas são definidas por processos históricos e tem a possibilidade de ser deslegitimada por lutas simbólicas. Já que na esfera simbólica ocorre a luta pela legitimidade de diversos projetos, afirmando ou contestando a distribuição de poder sobre o território e seus recursos.

Desse modo, é possível observar na perspectiva teórica de Acseirad (2004) que os processos políticos e simbólicos contribuem para construir sentidos sobre o meio ambiente de modo hegemônico. Já que “a luta política pela redistribuição do poder é também uma luta classificatória e cognitiva” (ACSEIRAD, 2004, p.19). Nesse recorte analítico consideram o meio ambiente como um terreno de disputa material e simbólica. No campo simbólico, a disputa pela nomeação, ou seja, a denominação do que é ou não é ambientalmente bom, é um reflexo do que do poder exercido pelos grupos sociais. As lutas materiais por recursos ambientais é ao mesmo tempo lutas por sentidos culturais. Tendo em vista que o meio ambiente é uma construção social variável no tempo e no espaço. Na qual os atores sociais se utilizam de recursos argumentativos para estabelecer estratégias de localização conceitual para afirmar um determinado projeto ambiental, em um cenário de desigualdade sociopolítica (ACSEIRAD, 2004).

Tendo em vista um meio ambiente permeado por um terreno constado material e simbolicamente, tem-se a noção de conflitos ambientais em Acseirad, na qual:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar o sistemas vivos-decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSEIRAD, 2004, p. 27)

Logo, percebe-se a contribuição conceitual do autor sobre os conflitos ambientais os quais possuem quatro dimensões constitutivas: a) a apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais. (ACSELRAD, 2004).

Quanto a autores como Alonso e Costa³⁴ (2000; 2002) se propõem a fazer uma avaliação e revisão crítica da produção acadêmica brasileira da sociologia do ambientalismo no Brasil com uma proposição de um programa de pesquisa. Assim no entendimento dos autores a questão ambiental pode ser melhor compreendida “quando tomamos em conta a estrutura de oportunidades políticas que condiciona o próprio surgimento dos atores, em especial do movimento ambientalista, e atentarmos para a dinâmica conflitiva que se estabelece entre eles” (ALONSO; COSTA, 2000, p. 07). Entretanto para tal feito é realizado o esforço de construir uma sociologia dos conflitos ambientais, tendo como ponto inicial trabalhos sobre a lógica da ação coletiva, isto é, modelos de análise da política contenciosa, também de chamada de “Escola do Processo Político” de Sidney Tarrow e Charles Tilly. De modo a integrar essa perspectiva sociológica com as abordagens culturalistas, já desenvolvidas no Brasil, principalmente pelo construtivismo ambiental. A proposta teórica de Alonso e Costa recorre à Escola do Processo Político, já que ela possibilita articular as dimensões, cultural e política, bem como os condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais.

A visão dos autores comporta uma sociologia da ação sem olvidar de um enquadramento sócio-histórico oferecido pelo estruturalismo. Desse modo, recaindo a atenção na perspectiva do processo de mobilização social, com destaque no estudo do poder. Pois se “os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores”, conseqüentemente o “próprio processo conflitivo constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes no início do processo conflitivo” (ALONSO; COSTA, 2000, p. 9). Assim, os conflitos se formam ao longo das temporalidades, da sua história; o que nos faz compreender a limitação de analisá-los apenas por meio da configuração presente da ação coletiva. É diante dessa análise que os autores tentam evidenciar o caráter processual do conflito. E esse processo é compreendido por meio de quatro conceitos básicos: *estruturas de*

34 Em tópico anterior já fora abordado de modo resumido as principais análises de Alonso e Costa sobre a produção bibliográfica brasileira “do que se convencionou a chamar de ‘sociologia ambiental’” (2000, p. 02).

oportunidades políticas; lógica da ação coletiva; estruturas de mobilização; e repertório contencioso.

Todos esses para explicarem as dimensões da ação coletiva, enfatizando sua dinâmica. Essa dissertação, em sintonia com o entendimento de Soto (2013), compreende que a análise realizada por Alonso e Costa (2000; 2002) sobre os conflitos ambientais tem cunho preliminar, pois apresentam caminhos para uma compreensão, de uma sociologia dos conflitos ambientais, porém não fornecem um maior detalhamento dessa nova subárea da sociologia, não evidenciando os marcos teóricos e metodológicos nos quais estaria ancorada.

Considerações Finais

A partir da pesquisa, na busca pelas perspectivas teórico-metodológicas que estão informando as análises sociológicas da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais no período de 1992 a 2012, foi possível concluir algumas questões.

Dentre elas, situa-se a primeira em relação às pesquisas relacionadas à produção de conhecimento, em especial a produção do conhecimento científico. Um escopo analítico ligado aos estudos entre sociedade e pensamento, e, sociedade e ciência. Desse modo a produção de conhecimento científico tornou-se objeto de estudo de um ramo da sociologia denominada, inicialmente, de sociologia do conhecimento. Outras abordagens do estudo sociológico acerca do conhecimento que surgiram posteriormente como a sociologia da ciência e a sociologia do conhecimento científico tiveram como origem a própria sociologia do conhecimento.

A discussão sobre a objetividade e a subjetividade científica permearam as discussões sociológicas, de modo a refletirem nas teorias que sustentam as três principais abordagens. O debate sobre se a produção de conhecimento sofre ou não a incidência direta de fatores exteriores à lógica interna do conhecimento, de modo a influenciar ou condicionar o direcionamento desse conhecimento também foi um elemento que conduziu esse campo de estudo. Tanto que em Khun foi possível perceber um novo olhar sob a ciência cujos aspectos históricos e sociológicos entendidos como externos à ciência, passam a ser considerados inerente a ela. Assim, buscou-se resgatar na sociologia do conhecimento de Mannheim, o conceito de perspectiva. Já que o autor foi um dos primeiros a se destacar nos estudos sociológicos do conhecimento, segundo o entendimento que fatores históricos e sociais condicionam a produção do desse conhecimento. Conceito que foi possível identificar seus dois vieses: o primeiro, a partir dos fatores extrínsecos que condicionam a produção de conhecimento; o segundo, por meio das marcas intrínsecas no conteúdo, provenientes dessas externalidades.

Além disso, analisou-se uma tradicional antinomia sociológica entre consenso e conflito, integração e ruptura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança, a qual foi possível notar seus reflexos na positividade ou negatividade em relação as abordagens teóricas acerca do conflito social. O que possibilitou constatar, por meio da análise da teoria sociológica clássica e contemporânea, dois grandes grupos de

autores. De um lado, um grupo de autores que partem do entendimento que a sociedade tem uma natureza harmônica e equilibrada, pela ênfase do consenso (Émile Durkheim; Talcott Parsons). Em consequência, essa perspectiva concebe o conflito como negativo, pois afronta a essas características essenciais da natureza da sociedade. De outro, um grupo de autores que entendem o conflito enquanto fenômeno inerente a toda sociedade, portanto destacando sua ênfase positiva (Georg Simmel; Karl Marx; Max Weber; Ralf Dahrendorf e Henri Lefebvre). Assim, ao invés de afrontar, o conflito é importante, pois possibilita a interação social, por meio da relação social, bem como o aspecto de incentivar as mudanças que ocorrem no seio da sociedade.

Com a emergência da preocupação a respeito da questão ambiental, a pesquisa buscou evidenciar que análise dos conflitos sociais têm encontrado novos desafios teóricos, de modo a incorporar a dimensão ambiental. De tal modo que o entendimento acerca dos conflitos têm sido resignificado, ampliando o escopo de análise para contemplar o que se denominava apenas problemas ambientais.

Tendo em vista as preocupações com a questão ambiental, as ciências sociais, igualmente, têm encontrado novos desafios teóricos, os de compreender os conflitos na dimensão ambiental, ou os conflitos ambientais. Tendo em vista que de, no campo ambiental, o conflito tem sido resignificado, de modo a ampliar o escopo de análise para contemplar o que antes se denominava apenas problemas ambientais. Com o processo de ambientalização dos conflitos foi possível aferir que houve uma internalização e naturalização da questão ambiental na esfera institucional, acadêmica e social, de modo a alargar o que outrora era apenas conflito social. Contudo, o entendimento nessa pesquisa foi o de que, mesmo com o processo de ambientalização dos conflitos sociais, essa perspectiva não consegue dar conta de explicar de maneira substancial os fenômenos conflitivos ligados à questão ambiental.

Por isso, a pesquisa preocupou-se em desenvolver a subárea da sociologia que trouxe significativas contribuições à análise dos conflitos ambientais: a sociologia ambiental. De modo que foram analisados, mesmo sucintamente os 4 (quatro) enfoques metodológicos e ontológicos nos quais a sociologia ambiental estaria dividida: o enfoque materialista durkheimiano (realista); o enfoque materialista marxista; o enfoque pós-materialista e o enfoque construtivista ou construcionista.

A pesquisa pretendeu, através do exame das perspectivas teórico-metodológicas que estão informando as análises sociológicas da produção bibliográfica brasileira acerca dos conflitos ambientais no período de 1992 a 2012, traçar os possíveis rumos do pensamento sociológico brasileiro sobre os conflitos ambientais.

As referências que orientam o pensamento sobre os conflitos ambientais são expressas nos trabalhos de foram de Fuks (1998; 2001); Little (2001; 2006); os autores ligados ao GESTA Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) Zhouri e Laschefski (2010; 2013); Barbanti Jr (2002); Leite Lopes (2004; 2006); Acselrad (2004); Alonso e Costa (2000, 2002). De modo que buscou-se evidenciar as categorias, conceitos e marcas intrínsecas no interior das abordagens desses autores. Em Fuks (1998; 2001) é destacado sua perspectiva construtivista na construção teórico-metodológica para compreender e analisar os conflitos ambientais. Já Little (2001; 2006) aparenta dialogar com os enfoques materialista marxista e o pós-materialista. Os autores ligados ao GESTA, tem em suas análises uma forte marca do enfoque materialista marxista. Barbanti Jr (2002), por compreender que não exista propriamente conflitos ambientais, é um ator que aborda a análise conflitiva ambiental sob as categorias sociológicas do conflito social, logo não se enquadra na classificação da sociologia ambiental. Por sua vez, Leite Lopes (2004), carrega fortes traços da abordagem construtivista sobre os conflitos. Acselrad (2004) tem como características sua forte influência da perspectiva materialista marxista, na abordagem dos conflitos ambientais. Por fim, Alonso e Costa (2000, 2002), ao procurem desenvolver uma sociologia dos conflitos ambientais, apontam para uma perspectiva processual nessa análise.

No quadro de referência da escola do consenso e da escola do conflito no exame sobre os conflitos ambientais, foi possível definir que autores ligados ao GESTA Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) Zhouri e Laschefski (2010; 2013); bem Acselrad (2004), se afastam fortemente de uma perspectiva consensualista, muitas vezes, se valendo da explicitação do dissenso e do conflito para o exame ambiental. Por sua vez Fuks (1998; 2001); Little (2001; 2006); Leite Lopes (2004; 2006), tem uma preocupação teórica com formas de resolução dos conflitos ambientais. Já Barbanti Jr (2002) e Alonso e Costa (2000, 2002) não deixam explícita suas posições no tocante a esse tema. Mas, ao examinar suas produções, por meio do

não dito, evidenciou-se que a explicitação do conflito e uma proximidade com a escola do conflito não é uma marca nítida insculpidas em suas produções científicas.

Destarte, a preocupação dessa pesquisa, no último capítulo foi evidenciar essas marcas, as quais possibilitam localizar as perspectivas teóricas tem orientada a produção de conhecimento científico no Brasil, acerca da temática dos conflitos ambientais. O desdobramento e o aprofundamento dessa investigação, possibilitam uma pesquisa na qual poder-se-á examinar as trajetórias histórico-sociais que condicionam a produção de conhecimento pelos cientistas sociais, através de seu percurso político e institucional. Já que que essa dissertação limitou-se à análise dos sinais insculpidos no interior da lógica interna do conhecimento, mesmo esses sinais sendo condicionado pelos fatores externos à produção desse conhecimento.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Encontro do Grupo do Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro, 22 a 23 de novembro de 2000.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Em ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ANPPAS. Disponível em: < <http://anppas.org.br/> > Acesso em: 03 dez. 2013.

ANPOCS. Disponível em: <<https://www.anpocs.org.br/>> Acesso em: 03 dez. 2013.

BAPTISTA, Rosanita Ferreira e. Constituição e reconfiguração da sociologia da ciência: as abordagens de Merton, Bloor e Latour. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

BARBANTI, JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, 2002. Disponível em www.anppas.org.br.

BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social**. Tradução Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: Unesp, 2009.

BOBBIO, et al. **Dicionário de política**. 11^a ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BUTTEL, Frederick H. A Sociologia e o meio ambiente: Um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**. São Paulo, v.15, 1992, p. 69-94.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ensaio, 1994.

DAHRENDORF, Ralf. **Sociedade e liberdade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

DIAS, Antônio Carlos Jr. **O lugar das utopias no pensamento de Ralf Dahrendorf: crítica a Talcott Parsons e Karl Marx**. In: Em tese. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://dx.org/10.5007/1806-5023.2012v9n1p27>>. Acesso em 11 de fev. de 2013.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1895].

DURKHEIM, Émile, WEBER, Max, MARX, Karl, PARSONS, Talcott. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. Coletânea de Textos organizada por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. São Paulo: Centauro, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1893].

ELIAS, Norbert. Sociologia do Conhecimento: novas perspectivas. Tradução e revisão: Leonardo Fernandes Nascimento e Dmitri Cerboncini Fernandes. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

FERREIRA, L. & BRITO, N. Os intelectuais no mundo e o mundo dos intelectuais: uma leitura comparada de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 133-150.

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, nº 10, jul/dez, 2004, p. 77-89.

FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lúcia da Costa. Águas Revoltas: Um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil. **BIB.** São Paulo, nº. 54, 2º sem., 2002, p. 83-100.

FETZ, Marcelo; DEFACCI Fabrício Antônio; NASCIMENTO, Lerisson. Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 13, nº. 27, mai./ago. 2011, p. 284-317.

FRANÇA, Andressa S. T. Talcott Parsons: apontamentos para uma análise institucional. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas,** Florianópolis. v. 10, n. 97, p. 108-204, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/issue/view/1213>>. Acesso em 18 de jan. de 2013.

FUKS, Mario. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema social no Rio de Janeiro. **Dados.** Rio de Janeiro, v 41, n. 1, 1998. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de junho de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro:** ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1998.

GUIVANT, Júlia S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. In: Congresso Mundial da Internacional Sociological Association, Brisbane, Austrália. 2002, p.8-13.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HERCULANO, Selene. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e conflitos. **Revista Mundo e Vida:** alternativas em estudos ambientais. Rio de Janeiro, ano I, nº 1. 2000, p. 45-55.

HERCULANO, Selene. Redesenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, v. 5, jan./jun. p. 143 – 152, 2002.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas. Das origens a Max Weber.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas. De Parsons aos contemporâneos.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Sociologia do Conhecimento e Ideologia. In: **Sociologia de Marx.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, 45-65.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A ambientalização dos conflitos sociais:** participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre Processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 31-64, jan/jun, 2006.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e da ação política. In: BURSZTYN, M. **A Díficil Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 85-103, jan/jun, 2006.

MACHADO, Carlos R. S. Momentos da Obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Sociedade.** v. 13, p. 83-95, 2008.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTEDI, Marcos Antônio. A sociologia da pesquisa científica: o laboratório científico como unidade de análise sociológica. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos, Vol. XVI - nº. 02 - jul./dez. 2007, 51-70.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 10 ed. São Paulo: Global, 2006 [1848].

MERTON, Robert K. **The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations**. Chicago: University Of Chicago Press, 1973.

MERTON, Robert K.; MILLS, Charles Wright. **Sociologia do conhecimento**. Antonio Carlos Bertelli; Moacir G. Soares Palmeira; Otavio Guilherme Velho (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de Campo como descoberta e criação**. In: Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) 18ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 01 jul. 2014.

RODRIGUES, Léo Peixoto. **Introdução à sociologia do conhecimento, da ciência e do conhecimento científico**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SILVA, Marcos José Diniz. O conflito social e suas mutações na teoria sociológica. **Qualit@s Revista Eletrônica**. v.1, nº2, p. 1-12, 2011.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, v.34).

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Disponível em: <<https://www.sbsociologia.com.br/>> Acesso em: 03 dez. 2013.

SOTO, William Héctor Gómez. Os conflitos ambientais e as contradições no espaço social: uma introdução à perspectiva lefebvriana. p. 41-58. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudiomar Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos. Org(s). **Conflitos Ambientais e Urbanos**: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

TEDESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as sociabilidades do moderno: uma introdução**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007.

VIERA, Paulo Freire. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)** – Mapeamento preliminar e avaliação crítica da produção acadêmica. BIBI, Rio de Janeiro, nº. 33, 1ºSemestre de 1992, p. 3-32.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2004.

WIKIPEDIA. Disponível em: <[http:// http://en.wikipedia.org/wiki/Ralf_Dahrendorf/](http://http://en.wikipedia.org/wiki/Ralf_Dahrendorf/)> Acesso em: 03 dez. 2013

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ZHOURI_&_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acessado em maio de 2013.

Apêndices

Trabalhos Completos publicados em Anais de Eventos (2012 – 1992)

Apêndice A – Trabalhos completos publicados nos Encontros Anuais da ANPOCS

Tabela 1 - 36º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos (2012)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
O conflito está no ar: Povos da Floresta e espoliação sob o capitalismo verde	Elder Andrade de Paula; Maria de Jesus Morais	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	27	COMISSÃO Pastoral da Terra-CPT. (2011).
Os povos indígenas do semiárido nordestino e a luta em defesa do rio São Francisco	Flávio José Rocha da Silva; Rinaldo Sérgio Vieira Arruda	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	21	FILHO, Severino Soares Agra (2010). RIBEIRO, Wagner Costa (2010). VALÊNCIO, Norma (2010). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens (2005).
O REORDENAMENTO SOCIOAMBIENTAL DOS GERAIZEIROS EM CONFLITO COM A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS GERAIS	Isabel Cristina Barbosa de Brito	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	30	ACSERARD, Henri (2004). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (2005).
A “ambientalização” dos conflitos sociais no PDS Virola Jatobá no município de Anapu, Estado do Pará	Josilene Ferreira Mendes; Noemi S. Miyasaka Porro; Joaquim Shiraishi Neto	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	30	ACSELRAD, Henri. (2010). FUKS, Mário (2001). LITTLE, Paul E. (2001). LOPES, José S. L. (2004).
CONFLITO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO EM BURITIZEIRO - MG: O DESENCONTRO ENTRE DIREITO À TERRA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Lucas Magno; Júnia Marise Matos de Sousa; Alex Fabiani de Brito Torres	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	31	ACSELRAD, H. (2004). CUNHA, L. H; NUNES, A. M. B. (2008). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens (2005).
“QUEM DEU ESSE NÓ, NÃO PODE DAR, ESSE NÓ TÁ DADO, EU DESATO JÁ!”: MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS EM TORNO DE DIREITOS TERRITORIAIS EM MEIO A CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CEARÁ	Martha Monteiro Joca Martins; Luciana Nogueira Nóbrega; Jacqueline Alves Soares	2012	36º Encontro Anual da Anpocs	31	ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. (2010).

35°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos (2011)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Agrocombustíveis, técnica e conflitos ambientais	Klemens Laschefski; Rômulo S. Barbosa	2011	35º Encontro Anual da Anpocs	28	
Sobre rios, usinas e pessoas: relações sociedade-natureza a partir do conflito ambiental em torno da usina hidrelétrica de Belo Monte – PA, Brasil	Lorena Fleury; Cândido Almeida Jalcione	2011	35º Encontro Anual da Anpocs	21	ACSERALD, Henri (2004). ACSELRAD, H.,
“Atingidos por Mineração”: Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira	Luiz Jardim de Moraes Wanderley	2011	35º Encontro Anual da Anpocs	30	ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÂDUA, J (2004) ³⁵ ALMEIDA, A. (1993).
“O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental”	Raquel Giffoni Pinto	2011	35º Encontro Anual da Anpocs	32	ACSELRAD, H. (2004). ANDRADE, J. (2000). FANZERES, A (coord.). (2002).

34°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST14- Ideologia do desenvolvimento, sujeitos sociais e conflitos socioambientais (2010)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Dinâmicas territoriais e conflitos ambientais na produção de agrocombustíveis: A colonialidade na apropriação da natureza	Wendell Ficher Teixeira Assis	2010	34º Encontro Anual da Anpocs	32	ACSERALD, Henri (2004).

³⁵ Muitos trabalhos vem citando esta obra, tendo em vista a importância dela, embora não mencione diretamente terminologias diretamente ligadas a conflito ambiental ou conflito socioambiental, coloca-se na bibliográfica citada.

33°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT04 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais (2009)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos ambientais em Alcântara	Benedito Souza Filho	2009	33º Encontro Anual da Anpocs	24	_____
O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico	Eder Jurandir Carneiro	2009	33º Encontro Anual da Anpocs	23	ACSERALD, Henri (2004).
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO MARANHÃO	Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior; Carla Regina Assunção Pereira; Elio de Jesus Pantoja Alves	2009	33º Encontro Anual da Anpocs	23	ACSERALD, Henri (2004). CORDEIRO (2008). LOPES (2004). ACSERALD, Henri. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (2005).
“ISSO É COISA DE AMERICANO”: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS, GO.	LORENA CÂNDIDO FLEURY; JALCIONE ALMEIDA	2009	33º Encontro Anual da Anpocs	31	ACSERALD, Henri (2004). CARNEIRO, Eder J; BARROS, Matheus A. de (2006). FUKS, Mario (2001). LOPES, José S. L. (2004). LOPES, José S. L. (2006). ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (2005).
As Resoluções de Conflitos Ambientais no cenário brasileiro	Rodrigo Nuñez Viégas	2009	33º Encontro Anual da Anpocs	26	ACSELRAD, H. (2006). BREDARIOL, C.S. (2001). FUKS, Mario (2001). GUIVANT, Júlia S. (1998). LOPES, José S. L. (2006).

32º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT04 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais (2008)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais	Andréa Zhouri; Marcos Cristiano Zucarelli	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	24	ACSELRAD, Henri (2004). CARDOSO, Denis (2007). SAMPAIO, Alexandre Lima (2007). ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel (2005). ZHOURI A. & ZUCARELLI, M. C (2008).
COMUNIDADE LAGOA DOS ÍNDIOS: CONFLITOS E PERSPECTIVAS NA CRIAÇÃO DE UMA ÁREA PROTEGIDA NO AMAPÁ	Cecília Maria Chaves Brito Bastos; Daguinete Maria Chaves Brito	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	30	ACSELRAD, Henri (2004). LITTLE, Paul (2001).
Afinal, o quê está em jogo? Reserva Biológica da Mata Escura: conservação da natureza X conflito socioambiental na implantação da Unidade de Conservação no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.	Denis Cardoso.	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	29	ACSELRAD, Henri (2004). ACSELRAD, Henri (2005). FUKS, Mario (2001). FUKS, Mario (2006).
“O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos” : Conflito socioambiental causado por fábrica de agrotóxico na região metropolitana de Fortaleza-Ce.	Islene Ferreira Rosa; Raquel Maria Rigotto	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	29	ACSELRAD, Henri (2004). COSTA, H. S. M.; e BRAGA (2004). ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (2005).
Conflitos ambientais e disputas políticas em tempos de “agronegócio”: um estudo sobre as organizações patronais rurais e natureza.	Janaína Tude Sevá	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	29	ACSELRAD, Henri (2004). LOPES, José S. L. (2004). Madeira Fº, W., Ribeiro, A.M.M. et all. (2007). Vainer, C. (1995). ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (2005).
Projetos territoriais, processos de territorialização e conflitos ambientais no semi-árido: a proteção da natureza em assentamentos e nas RPPNs	Luis Henrique Cunha; José Irivaldo Alves Oliveira Silva; Aldo Manoel Branquinho Nunes	2008	32º Encontro Anual da Anpocs	30	COELHO, M. C. N., CUNHA, L. H. e WANDERLEY, L. J. (2008). LOPES, José S. L. (2006). SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira (2008).

31º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST07 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais (2007)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Conflitos socioambientais e disputas territoriais: a RPPN Serra das Almas e os Tabajara de Crateús/CE.	Estêvão Martins Palitot	2007	31º Encontro Anual da Anpocs	31	_____
O cálculo do conflito na definição de políticas ambientais	Leonardo Bis dos Santos	2007	31º Encontro Anual da Anpocs	34	ACSELRAD, Henri (2004). ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano (2003). SANTOS, Leonardo Bis dos (2007).
A Tragédia dos Comuns às Avestas: Hidrelétricas do Xingu e a Expansão da Fronteira Energética ³⁶	Maria da Graça de Moraes Bittencourt Campagnolo	2007	31º Encontro Anual da Anpocs	31	ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano (2003).
Conflitos sócio-ambientais e mobilização de identidades: um estudo de caso na Mata Atlântica	Pedro Castelo Branco Silveira	2007	31º Encontro Anual da Anpocs	19	_____
Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas ¹	Andréa L. M. Zhouiri; Raquel Oliveira Santos Teixeira	2007	31º Encontro Anual da Anpocs	23	ACSELRAD, Henri (2004). LEMOS, C. F. (1999).

³⁶ Embora o trabalho não traz no título a palavra conflito com termo ambientizador, o autor deixa expresso no resumo que visa estudar os conflitos ambientais.

30°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT02 - Conflitos sociais e meio ambiente (2006)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Processos de territorialização e conflitos sociais no uso dos recursos ambientais pelo povo Awá-Guajá em área da antiga Reserva Florestal do Gurupi	Eliane Cantarino O'Dwyer	2006	30º Encontro Anual da Anpocs	25	_____
LÓGICA POLITÉCNICA VERSUS FISIOCRACIA AGRESTE: CONFLITOS EM TORNO DA GESTÃO AMBIENTAL EM UM ECOSISTEMA DO LITORAL FLUMINENSE	Marco Antonio da Silva Mello; Arno Vogel	2006	30º Encontro Anual da Anpocs	32	_____
O PEQUENO É NOSSO! CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DE RECURSOS NATURAIS E A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NO CERRADO.	Ricardo Ferreira Ribeiro	2006	30º Encontro Anual da Anpocs	32	_____
Representações da Natureza e Ocultamento dos Conflitos Socioambientais: A Unidimensão do Ambiente na Publicidade dos Setores Químico e Petroquímico	Wendell Ficher Teixeira Assis	2006	30º Encontro Anual da Anpocs	31	LEMOS, Chélen Fischer de (1999).

29°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS³⁷
GT02 - Conflitos sociais e meio ambiente (2005)

28°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS³⁸
ST18 Natureza e sociedade: a sustentabilidade em questão (2004)

27°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS³⁹
GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira (2003)

³⁷ Sem um trabalho específico sobre conflitos ambientais/socioambientais.

³⁸ Sem um trabalho específico sobre conflitos ambientais/socioambientais.

³⁹ Sem um trabalho específico sobre conflitos ambientais/socioambientais.

26°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira (2002)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Conflitos socioambientais e a emergência de regimes de propriedade coletiva na pesca ribeirinha no Estado do Amazonas	Henrique dos Santos Pereira	2002	26º Encontro Anual da Anpocs	27	_____
Clientelismo e conflito ambiental	Neide Esterici	2002	26º Encontro Anual da Anpocs	31	ESTERCI, Neide (2002).

25°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (2001); 24°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (2000); 23°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (2000); 22°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1999); 21°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1998); 20°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1998); 19°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1998); 18°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1997); 17°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1996)⁴⁰

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

ACSELRAD, H., HERCULANO, S. & PÁDUA, J. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A. et al. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 7-10.

ACSELRAD, H. **A Resolução Negociada dos Conflitos Ambientais na América Latina** – a constituição de um campo? Rio de Janeiro: Mimeo, 2006.

ALMEIDA, A. **Conflito e Mediação**. Os Antagonismos Sociais na Amazônia Brasileira segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, tese de doutorado, 1993.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, Héctor (compilador). **Ecologia Política: natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p.115-135.

ANDRADE, J. **Conflito, cooperação e convenções**: a dimensão político-institucional das estratégias socio-ambientais da Aracruz Celulose S. A (1990-1999). Tese – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. 2000.

⁴⁰ Nos eventos destes anos não constam no sítio institucional da ANPOCS Grupo de Trabalho ou Seminário Temático de cunho ambiental.

BREDARIOL, C.S. **Conflito ambiental e negociação: para uma política local de meio ambiente**. Tese. (Doutorado em Planejamento Energético/COPPE) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, Denis. **Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais**: estudo de caso da Reserva Biológica da Mata Escura no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CARNEIRO, Eder J. e BARROS, Matheus A. de. Conflitos ambientais e construção de um território urbano: o caso do bairro São Dimas (São João del Rei - MG). III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Ambiente e Sociedade, **Anais...**, Brasília, 2006.

COELHO, M. C. N., CUNHA, L. H. e WANDERLEY, L. J. (2008) Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores dos lagos em Oriximiná, PA. Artigo apresentando no **Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**, Belo Horizonte, 02 a 04 de abril.

COMISSÃO Pastoral da Terra-CPT. (2011). **CONFLITOS NO CAMPO**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas**: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2008. Dissertação de Mestrado.

COSTA, H. S. M.; e BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004. p.195-216.

CUNHA, L. H; NUNES, A. M. B. Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 18, jul/dez, 2008. p. 27 - 38.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. In: **Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia Brasileira**. Boletim No. 1 Rede Amazônia, 2002.

FANZERES, A (coord.). **Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores**; Ministério do Meio Ambiente, Relatório Final, Março 2005 FASE. “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo - Brasil.” Vitória, 2002.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate público: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.41, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0-01152581998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2006. Pré-publicação.

FILHO, Severino Soares Agra. **Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente**. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010. pp. 351-359.

GUIVANT, Júlia S. Conflitos e Negociações nas Políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. *Ambiente e Sociedade*. Ano I, nº 2, 1998, pp. 101-123.

LEMONS, Chélen Fischer de. *Audiência Pública, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidrelétricos: Os Casos de Tijuco Alto e Irapé*. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado) IPPUR/UFRJ, 1999.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOPES, José S. L. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, José S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MADEIRA Fº, W., Ribeiro, A.M.M. et all (org). **Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental**. Ocaso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. Niterói: PPGSD/UFF, EDUFF, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade**. In Revista Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. V. 24 – Número 68 – Janeiro/Abril 2010. pp. 9-13.

SAMPAIO, Alexandre Lima. **Conflito Socioambiental no Meio Rural de Minas Gerais: o licenciamento de assentamentos, o Projeto de Assentamento Chico Mendes II e a Reserva Biológica da Mata Escura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental: debates acerca do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – ES**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2007, 201p.

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira. (2008) Conflitos ambientais e conservação da natureza em propriedades privadas do semi-árido paraibano: as contradições do modelo RPPN. Campina Grande: PPGCS/UFCG, dissertação de mestrado.

VAINER, Carlos. O caso dos atingidos por barragens. In IBASE. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente**. Desafios políticos e conceituais/ equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

VALÊNCIO, Norma. Conflitos **ambientais no Velho Chico: o *modus operandi* da descreditação pública da pesca artesanal**. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI Klemens. Desenvolvimento e conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010. P. 203-223.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ZHOURI A. & ZUCARELLI, M. C. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. In: **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília-DF, 2008.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A Insustentável Leveza das Políticas Ambientais: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 49-64.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

Apêndice B – Trabalhos completos publicados no Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)

XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)
GT03 - Conflitos socioambientais (2011)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Os impactos do processo de licenciamento ambiental: Análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural na Usina Hidrelétrica de Estreito	Elder Andrade de Paula; Maria de Jesus Moraes	2011	XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	20	ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. (2007).
NATUREZA E POLÍTICA: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA-SE	Emílio de Britto Negreiros	2011	XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	16	ACSELRAD, Henri (2004). CARNEIRO, Eder Jurandir (2007). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (2005).
Usos Sociais e Políticos da Ciência: expertise científica na definição de riscos/impactos ambientais ⁴¹	José Eduardo Viglio	2011	XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	19	ACSELRAD, Henri (2004). ALONSO, A. COSTA, V.M (2000). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (2005).

⁴¹ Embora não conste no título do trabalho a expressão conflito ambiental/socioambiental, no resumo do trabalho consta que o objetivo do trabalho é compreender o papel da *expertise* no cenário de conflito ligados a temas ambientais (de risco e impactos ambientais).

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)
GT23 - Sociedade e Ambiente (2009)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (mesorregião Campo das Vertentes)	Eder Jurandir Carneiro	2009	XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	20	ACSERALD, Henri (2004).
GAÚCHOS E GOIANOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS	Lorena Cândido Fleury; Jalcione Almeida	2009	XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	25	ACSELRAD, Henri (2004). FLEURY, Lorena C. (2008). LOPES, José Sérgio L (2006).
AS RESOLUÇÕES DE CONFLITOS AMBIENTAIS: DA RETÓRICA DA JUSTIÇA PARA A RETÓRICA DA EFICÁCIA.	Rodrigo Nuñez Viégas	2009	XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	20	ACSELRAD, Henri (2006). BREDARIOL, C.S. (2001). FUKS, Mario (2001). GUIVANT, J.S. (1998)
Re-ordenando Fronteiras: A produção de agrocombustíveis e os novos conflitos territoriais	Wendell Ficher Teixeira Assis	2009	XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	18	ACSELRAD, Henri (2004). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (2005).

XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)
GT23 - Sociedade e Ambiente (2007)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei - MG	Eder Jurandir Carneiro	2007	XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	16	ACSELRAD, Henri (2004).
As varas agrárias e os conflitos sócio-ambientais no estado do Pará.	Mariana Trotta Dallalana Quintans	2007	XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	12	_____

XII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)
GT10-Conflitos Ambientais, Territorialidade e Estado (2005)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais ⁴²	Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Angela Paiva	2005	XII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	43	ACSELRAD, Henri (2004). LEMONS, Chélen Ficher (1999). ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel (2005).

XI Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)
GT18 - Relações Sociais e Meio Ambiente (2003)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento	Páginas	Referências utilizadas (autores)
_____	_____	2003	XI Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)	_____	_____

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri. **A Resolução Negociada de Conflitos Ambientais na América Latina – a constituição de um campo?** Rio de Janeiro: Mimeo, 2006.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. Dissertação de Mestrado. Brasília: DAN/UnB. 2007.

ALONSO, A. COSTA, V.M. Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil. **Anais**. Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.

BREDARIOL, C.S. **Conflito ambiental e negociação: para uma política local de meio ambiente**. Tese. (Doutorado em Planejamento Energético/COPPE) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del Rei-MG. **ANAIS do Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2007. Disponível em www.sbsociologia.com.br.

GUIVANT, Júlia S. Conflitos e Negociações nas Políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**. Ano I, nº 2, 1998, pp. 101-123

⁴² O trabalho embora não remeta no título o assunto sobre conflitos ambientais, em seu resumo aponta que tem como objetivo também a “ênfase nos conflitos socioambientais decorrentes de uma concepção hegemônica de desenvolvimento e da oligarquização do campo ambiental”.

FLEURY, Lorena C. **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008. 210 f.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro:** ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

LEMOES, Chélen Ficher. **Audiências Públicas, Participação Social e Conflitos Ambientais nos Empreendimentos Hidroelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (UFRJ), 1999.

LOPES, José Sérgio L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (orgs). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (Orgs.). **A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambeintais.** Belo Horioznte: Ed. Autêntica [(no prelo) 2005].

Apêndice C – Trabalhos completos publicados nos Encontros da ANPPAS

6º ENCONTRO DA ANPPAS (2012)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento/GT	Páginas	Referências utilizadas (autores)
A Centralidade do Território nos Conflitos Ambientais: O Caso do Parque Estadual de Itaúnas	Vanessa Hacon; Carlos Frederico B. Loureiro	2012	6º Encontro da ANPPAS GT16 - Direito Ambiental e Ordenamento Territorial	18	ACSELRAD, Henri (2004).
Energia Eólica: Os Conflitos Socioambientais Gerados pela Implantação dos Parques Eólicos no Litoral do Ceará	Roberta Jéssica Nascimento Freitas	2012	6º Encontro da ANPPAS GT17 - Energia e Meio Ambiente	8	_____

5º ENCONTRO DA ANPPAS (2010)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento/GT	Páginas	Referências utilizadas (autores)
ECOTURISMO DE ESPETÁCULO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DA RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA, PARATY-RJ	Sem identificação de autoria	2010	5º Encontro da ANPPAS GT1 - Turismo Ambiente e Sociedade	2	_____
Métodos de Resolução de conflitos Ambientais: a mediação como objeto de estudo	Rodrigo Nuñez Viégas	2010	5º Encontro da ANPPAS GT2 Espaços Socioambientais Mediação e Conflitos Rurais	20	BREDARIOL, C.S. (2001).
CONFLITOS AMBIENTAIS COMO UM NOVO ESPAÇO POLÍTICO PARA OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Sem identificação de autoria	2010	5º Encontro da ANPPAS GT2 Espaços Socioambientais Mediação e Conflitos Rurais	2	ACSELRAD, Henri (2004). GUIVANT, Júlia S. (1998).
Conflitos ambientais: uma proposta de bases teóricas para a discussão	Lorena C. Fleury	2010	5º Encontro da ANPPAS GT2 Espaços Socioambientais Mediação e Conflitos Rurais	9	ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean Pierre (2006). CARNEIRO, Eder J. e BARROS, Matheus Alves de. (2006). LOPES, José S. L. (2004). LOPES, José S. L. (2006). ZHOUR, A.; LASCHEFSKI, K. (2010).
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: ENTRE A TÉCNICA, A POLÍTICA E OS CONFLITOS SOCIAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE	Gustavo Ferreira da Costa Lima	2010	5º Encontro da ANPPAS GT3 - Políticas Públicas e Meio Ambiente	21	ZHOURI, A. (2008).
RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL	Sem identificação de autor	2010	5º Encontro da ANPPAS GT16 - Direito Ambiental e Ordenamento Territorial	2	ERNANDORENA, Paulo Renato. (2003).
Expansão da Matriz Hidrelétrica no Brasil: as Hidrelétricas da Amazônia e a perspectiva de mais Conflitos Socioambientais.	Alexandre do Nascimento Souza; Pedro Roberto Jacobi	2010	5º Encontro da ANPPAS GT17 Energia e Meio Ambiente	18	_____

4º ENCONTRO DA ANPPAS (2008)

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Local de publicação/Evento/GT	Páginas	Referências utilizadas (autores)
A soja no palco dos riscos e conflitos ambientais	Elaine de Azevedo	2008	4º Encontro da ANPPAS GT1- Agricultura, riscos e conflitos ambientais	20	
Da solução ao problema: um estudo sobre os conflitos, os impactos sócio-ambientais e as representações sociais envolvidas no uso e na gestão da água na Comunidade Rural de Fervida (Colombo-PR).	Janiffer Tammy Gusso Zarpelon	2008	4º Encontro da ANPPAS GT1- Agricultura, riscos e conflitos ambientais	20	
Conflitos Ambientais em torno da Silvicultura no Planalto Catarinense: O Pinus como Ponto Obrigatório de Passagem para a Formação de um Novo Coletivo.	João Fert Neto; Guilherme dos Santos Floriani	2008	4º Encontro da ANPPAS GT1- Agricultura, riscos e conflitos ambientais	20	ACSELRAD, Henri (2004). GUIVANT, Júlia S. (1998).
Conflitos Sócio-Ambientais Na APA da Barra do Rio Mamanguape: O Caso da Atividade de Carcinicultura	Juliana Fernandes Moreira; Maristela Oliveira de Andrade	2008	4º Encontro da ANPPAS GT1- Agricultura, riscos e conflitos ambientais	20	ALEXANDRE, Agripa Faria (2003). BARBANTI JR. (2002). FUCKS, Mario (2001). LITTLE, Paul E. (2004). THEODORO, Suzi Huff et al. (2005).
Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro	Thaissa Sobreiro; Carlos Edwar de Carvalho Freitas	2008	4º Encontro da ANPPAS GT2 Conflitos relativos ao uso de recursos naturais	16	ACSELRAD, Henri (2004).
ATORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (1987-2007).	Joviles Vitorio Trevisol;	2008	4º Encontro da ANPPAS GT2 - Conflitos relativos ao uso de recursos naturais	20	
PARADOXOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: Uma análise de conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade Cana Brava – Norte de Minas Gerais	Raquel Mendes Maia	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	20	ACSELRAD, Henri (2004). ANDRADE, José Célio Silveira; RIBEIRO, Maria Teresa Franco; GÓES, Maria de Fátima Barbosa; VARGENS, Emiliana da Costa (2002).

					SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. (1997). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (2005).
Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp CSA	Marina Barbosa Zborowski; Carlos Frederico Bernardo Loureiro	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	20	LASCHEFSKI, Klemens (2006). LOPES, José S. L. (2004). ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (2005).
Conflitos Ambientais na Produção de Agrocombustíveis: Colonialidade da Natureza e Manutenção da Economia Capitalista	Wendell Ficher Teixeira Assis	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	14	ACSELRAD, Henri (2004). COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2006). ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K.; SIANO, D. B. P. (2005).
Conflitos Socioambientais em dois Municípios do Norte do Estado do Rio de Janeiro	Ana Carolina Crisostomo da Silva; Carlos Frederico Bernardo Loureiro; Reinaldo Luiz Bozelli; Laísa Maria Freire dos Santos; Alexandre Ferreira Lopes	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	19	LAYRARGUES, P.P. (2000). ZHOURI, A. (2007).
“DRAMAS DESENVOLVIMENTISTAS, ACESSO À INFORMAÇÃO E CONFLITOS AMBIENTAIS...”. O CASO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE ITABORAÍ.	Rodrigo Mattos de Carvalho	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	16	LITTLE, P. E. (2004). LITTLE, P. E. (2001).
Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento	Andréa Zhouri; Marcos Cristiano Zucarelli	2008	4º Encontro da ANPPAS GT6 - Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	15	ACSELRAD, Henri (2004). LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D.; SILVA, G. (Orgs.). (2004). ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. (2005).

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean Pierre (Coord.). **Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR/UFRJ (CD ROM). 2006.

ANDRADE, José Célio Silveira; RIBEIRO, Maria Teresa Franco; GÓES, Maria de Fátima Barbosa; VARGENS, Emiliania da Costa. Conflitos sócio-ambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/enconto1/gt/dimensões_socio_políticas>. Acesso em: 16 out. 2007.

BREDARIOL, C.S. **Conflito ambiental e negociação: para uma política local de meio ambiente**. Tese. (Doutorado em Planejamento Energético/COPPE) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT, 2006. Disponível em <www.cptnac.com.br> Acesso em 17.nov.2006

ERNANDORENA, Paulo Renato. **A Ação Civil Pública e a resolução dos conflitos ambientais em zona costeira de Santa Catarina**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

GUIVANT, Júlia S. Conflitos e Negociações nas Políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. *Ambiente e Sociedade*. Ano I, nº 2, 1998, pp. 101-123.

LAYRARGUES, P.P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Layrargues, P.P. (org) **Sociedade e Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Marcel Bursztyn. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001, v., p. 107-122.

LITTLE, P. E. A Etnografia dos Conflitos Sócio-Ambientais: Bases metodológicas e empíricas. Trabalho apresentado no II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba – São Paulo, 2004.

LOPES, José S. L. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, José S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K.; SIANO, D. B. P.. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais**. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens; Barros, Doralice Pereira. (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, 2005, p. 11-24.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens; Barros, Doralice Pereira. (Org.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, 2005, p. 89-118.

ZHOURI, A. 2007 Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. Série Documenta Eicos 2007. Site:
http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arq_anexos/revsdocum/revdocumenta_resumosonline.htm Consultado em 05 de maio de 2005.

ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. In: LIMA, Marcos Costa. **Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: Cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.